

CADERNO

OBSERVATÓRIO  
NACIONAL  
DO MERCADO  
DE TRABALHO

VOLUME  
2

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

# CADERNO DO OBSERVATÓRIO NACIONAL DO MERCADO DE TRABALHO

VOLUME 2

SÃO PAULO, 2017

**Presidente da República**  
Michel Temer

**Ministro do Trabalho**  
Ronaldo Nogueira

**Secretário de Políticas Públicas de Emprego**  
Leonardo José Arantes

**Subsecretário de Economia Solidária**  
Natalino Oldakoski

**Secretário de Relações do Trabalho**  
Carlos Cavalcante de Lacerda

**Ministério do Trabalho**  
**Secretaria de Políticas Públicas de Emprego – SPPE**  
Esplanada dos Ministérios Bloco F- Anexo Ala B,  
2º Andar-Sala 211  
Telefone (61) 2031-6667 | Fax (61) 2031-8272

**Subsecretaria de Economia Solidária – Senaes**  
Esplanada dos Ministérios Bloco F - Sede  
3º Andar - Sala 300  
Telefone: (61) 2031-6533 / 6534 | Fax: (61) 2031-8221

**Secretária de Inspeção do Trabalho**  
Esplanada dos Ministérios Bloco F - Anexo - Ala B,  
1º Andar-Sala 176  
Telefone: (61) 2031-6174/6162 | Fax: (61) 2031-8270  
CEP: 70059-900 | Brasília – DF

**Equipe Técnica Observatório Nacional do Mercado de Trabalho**  
Felipe Pateo, Mariana Almeida, Vinicius Lobo

MTb. © copyright 2017 - Ministério do Trabalho

*Obs.: Os textos não refletem necessariamente a posição do Ministério do Trabalho*

VOLUME 2

# CADERNO DO OBSERVATÓRIO NACIONAL DO MERCADO DE TRABALHO



**Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos**

Rua Aurora, 957 – Centro – São Paulo – SP – CEP 012009-001

Fone: (11) 3874 5366 – Fax: (11) 3874 5394

E-mail: institucional@diese.org.br / http://www.dieese.org.br

**Direção Sindical Executiva**

*Luís Carlos de Oliveira* – Presidente

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo Mogi das Cruzes e Região – SP

*Raquel Kacelnikas* – Vice-Presidente

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região – SP

*Nelsi Rodrigues da Silva* – Secretário Geral

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC – SP

*Alex Sandro Ferreira da Silva* – Diretor Executivo

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região – SP

*Bernardino Jesus de Brito* – Diretor Executivo

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo – SP

*Carlos Donizeti França de Oliveira* – Diretor Executivo

Federação dos Trabalhadores em Serviços de Asseio e Conservação Ambiental Urbana e Áreas Verdes do Estado de São Paulo – SP

*Cibele Granito Santana* – Diretora Executiva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Campinas – SP

*Josinaldo José de Barros* – Diretor Executivo

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel – SP

*Mara Luzia Feltes* – Diretora Executiva

Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul – RS

*Maria das Graças de Oliveira* – Diretora Executiva

Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco – PE

*Paulo Roberto dos Santos Pissinini Junior* – Diretor Executivo

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba – PR

*Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa* – Diretor Executivo

Sindicato dos Eletricistas da Bahia – BA

*Zenaide Honório* – Diretora Executiva

Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo – SP

**Direção técnica**

*Clemente Ganz Lúcio* – Diretor Técnico

*Patrícia Toledo Pelatieri* – Coordenadora Pesquisa e Tecnologia

*José Silvestre Prado de Oliveira* – Coordenador de Relações Sindicais

*Fausto Augusto Jr* – Coordenador de Educação e Comunicação

*Ângela Maria Schwengber* – Coordenadora de Estudos em Políticas Públicas

*Rosana de Freitas* – Coordenadora Administrativa e Financeira

**Equipe técnica responsável**

Ademir Figueiredo, Angela Schwengber, Joana Cabete Biava, Fernando Adura Martins, Patrícia Laczynski de Souza, Paulo Jäger, Pedro dos Santos Bezerra Neto, Samira Schatzmann, Tiago Cortes, Vera Gebrim, Geni Marques, Iara Heger (revisão)

**Projeto gráfico**

Caco Bisol Produção Gráfica

**Diagramação**

Zeta Studio

DIEESE

D419 Caderno do Observatório Nacional do Mercado de Trabalho/  
Departamento Intersindical de Estatística e Estudos  
Socioeconômicos.  
São Paulo: DIEESE, 2017 .

140 p.  
ISBN 978-85-87326-84-X

1. Observatório do Mercado de Trabalho 2. Mercado de  
Trabalho 3. Metodologia I. DIEESE II Título.

CDU 331.5

# SUMÁRIO

- 7** APRESENTAÇÃO
- 12** INTRODUÇÃO
- 17** CONHECER PARA TRANSFORMAR: A PRODUÇÃO DE  
INFORMAÇÕES NO DIEESE  
*Equipe técnica do Núcleo de Produção de Informações  
e dos Observatórios do Trabalho do DIEESE*
- 34** O OBSERVATÓRIO NACIONAL DO MERCADO DE  
TRABALHO: TRAJETÓRIA INSTITUCIONAL E PREMISSAS  
METODOLÓGICAS  
*Vinicius Lobo, Viviani Anze, Felipe Pateo, Mariana Almeida,  
Augusto Albuquerque*
- 49** A EXPERIÊNCIA DO OBSERVATÓRIO DO MERCADO  
DE TRABALHO DA PARAÍBA: ENTRE ESCOLHAS  
METODOLÓGICAS E DESAFIOS FUTUROS  
*Mario Henrique Ladosky, Nadine Gualberto Agra*

- 67** O OBSERVATÓRIO SOCIAL DO TRABALHO (UFPEL) E AS TRANSFORMAÇÕES DOS MERCADOS LOCAIS DE TRABALHO: ABORDAGENS ANALÍTICAS, LIMITES E DESAFIOS  
*Francisco E. B. Vargas*
- 82** AS DIMENSÕES DA FORMA SOCIAL DO MERCADO DE TRABALHO E AS FONTES DE INFORMAÇÃO NECESSÁRIAS À SUA COMPREENSÃO: BREVE EXPOSIÇÃO DO CASO PARAENSE  
*José Raimundo Trindade*
- 101** OBSERVATÓRIO DO MERCADO DE TRABALHO DO MARANHÃO: CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO E ORGANIZAÇÃO  
*Tadeu Gomes Teixeira, Flávia de Almeida Moura,  
Bruno Rogens Ramos Bezerra*
- 116** OBSERVATÓRIO DO MERCADO DO TRABALHO DE PERNAMBUCO: ATIVIDADES INICIAIS E ALGUNS RESULTADOS PRELIMINARES  
*Cristiano Wellington Noberto Ramalho, Sidartha Sória e Silva*

# Apresentação

A Secretaria de Políticas Públicas de Emprego do Ministério do Trabalho (MTb) apresenta a Coleção *Caderno do Observatório Nacional do Mercado de Trabalho*, desenvolvida em parceria com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). Esta segunda edição do Caderno, além de trazer um artigo sobre a experiência do DIEESE na produção de informações sobre o trabalho e as políticas públicas neste campo, reúne as experiências das parcerias estabelecidas pelo Ministério com cinco universidades federais para a implantação de unidades de observação do mercado de trabalho e o processo de implementação do Painel de Monitoramento do Mercado de Trabalho pelo MTb.

As parcerias com o DIEESE e também com as universidades fazem parte de um conjunto de ações en-

vidadas para enfrentar os desafios de implementação das políticas públicas de emprego, trabalho e renda. Atualmente, a maior parte dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) é destinada a políticas passivas de emprego, notadamente os benefícios do seguro-desemprego e do abono salarial. De outro lado, as políticas ativas, como a intermediação de mão de obra e a qualificação profissional, merecem maior atenção por parte do sistema público de emprego, na medida em que buscam reduzir o tempo de desemprego e possibilitam uma inserção mais qualificada do trabalhador no mercado de trabalho. A integração e efetividade dessas políticas constitui para nós um desafio e, nesse sentido, a disponibilização e análise de dados contribui para que o gestor público conheça melhor a realidade em que deve atuar, resultando em ações mais efetivas.



No que se refere à intermediação de mão de obra, por exemplo, percebe-se que, entre 2013 e 2015, houve uma queda constante no número de trabalhadores inscritos, encaminhados e colocados, bem como das vagas oferecidas no sistema público. Em 2015, pouco mais de 10% dos trabalhadores que procuraram a rede de atendimento do Sistema Nacional de Empregos (Sine) conseguiram ser contratados por meio dos serviços de intermediação oferecidos por meio do órgão e apenas 29% dos empregadores que ofereceram vagas no sistema tiveram sucesso no recrutamento.

Os números chamam a atenção, sobretudo em um contexto socioeconômico de crise e, como o Ministério do Trabalho é o ator central das políticas públicas de emprego, há que se atuar proativamente.

Faz-se necessário, para isso, a profissionalização da política pública por meio do aumento da utilização das estatísticas produzidas pelo próprio Ministério e por outros órgãos públicos como subsídio para intervenção e tomada de decisão no âmbito da implementação de políticas públicas. Tal necessidade foi apontada inclusive pelo Tribunal de Contas da União, por meio do Acórdão do TCU 732/2015, que identificou, a respeito dos indicadores de efetividade da política pública de trabalho,

a necessidade “de que o MTE providencie a disponibilização de informações atualizadas dos indicadores e, quando possível, os bancos de dados que subsidiam os seus cálculos”.

O papel de sistematizar o conjunto de informações e produzir conhecimento é atribuído ao Observatório Nacional do Mercado de Trabalho, que, ademais, assume a tarefa de se constituir como intermediário entre as áreas responsáveis pela produção dos dados e seus usuários, internos ou externos ao Ministério. Nesse sentido,

A organização do Observatório deve prever ramificações regionais, e nesses casos pode ser importante a parceria com institutos de pesquisas e com as entidades representantes dos trabalhadores e dos empregadores, buscando abrir caminhos para a coleta de informações produzidas por esses atores do mercado de trabalho. [...] a forma de atendimento do serviço de emprego a essas comunidades pode se beneficiar e se alimentar das informações obtidas juntos a esses parceiros. Ademais, isso pode ser importante para a realização de estudos prospectivos que apontem os caminhos do futuro do trabalho” (MORETTO, 2007, p. 214-215).

O reconhecimento pelo governo dessa necessária ramificação foi oficializado com a publicação do Decreto nº 8.893, em 3 de novembro de 2016,

que, no artigo 14, inciso VIII, atribui a esta Secretaria de Políticas Públicas de Emprego a função de “promover o desenvolvimento da Rede de Observatório do Trabalho”.

O Ministério do Trabalho conta com uma rede física de atendimento, composta por 559 unidades próprias e 1.558 unidades administradas por estados e municípios, que executam as políticas públicas de emprego por meio de convênios com a União. Para exercer o papel de coordenação dessa política junto aos entes federados, o Ministério tem caminhado no sentido de formar uma rede de parceiros que possibilite maior aproximação entre a administração central e as realidades locais, em constante transformação.

É com este objetivo que se avança na construção da Rede Observatórios do Trabalho, inclusive estabelecendo no Convênio MTb/SPPE/Codefat DIEESE, Siconv nº 811485/2014 a meta de “Criação e articulação da Rede Nacional de Observatórios do Trabalho”, da qual este Caderno é um dos produtos.

O artigo introdutório intitulado “Conhecer para Transformar: A trajetória do DIEESE na produção de informações”, de autoria do Departamento, apresenta os condicionantes históricos, conceituais e as diretrizes

que orientaram a consolidação de um método de produção de informações socioeconômicas baseado no conhecimento científico da realidade do mercado de trabalho brasileiro. Aproveitando-se da experiência histórica do DIEESE na produção de informações, na constituição dos Observatórios do Trabalho estaduais e municipais e no seu desenvolvimento metodológico, este Caderno apresenta também o relato de um processo recentemente iniciado com o fomento, pelo MTb, a partir de suporte metodológico do DIEESE, à constituição de Observatórios vinculados a universidades federais.

No conjunto de artigos apresentados nesse Caderno é possível perceber a peculiaridade do processo de construção de cada um dos observatórios parceiros do processo, vinculados à: Universidade Federal de Campina Grande, Universidade Federal do Maranhão, Universidade Federal do Pará, Universidade Federal de Pelotas e Universidade Federal de Pernambuco<sup>1</sup>.

Nesse processo, as universidades, além de desenvolverem metodologias e indicadores para debater as realidades dos mercados locais, participaram ativamente da construção de indicadores que foram utilizados pelo Observatório Nacional deste Ministério para construção do Pai-

1. Nesta primeira versão foram convidadas universidades que participaram de uma oficina realizada no encontro da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (Abet) em 2015.

nel de Monitoramento do Mercado de Trabalho, experiência também relatada neste Caderno. Destaca-se, deste esforço conjunto, a ênfase na construção de indicadores com especial foco no subsídio à tomada de decisão de políticas públicas e à oferta de informações relevantes para empregadores e trabalhadores.

Envolver as universidades federais nesse processo significa convocar essas instituições para desenvolver o conhecimento aplicado às políticas públicas e provocar o diálogo com a sociedade civil e o poder público. Registram-se, desta forma, avanços importantes, como o envolvimento de um número ampliado de estudantes, pesquisadores e professores na temática do mercado de trabalho, fomentando a massa crítica de informação e análises disponíveis para os tomadores de decisão.

Por outro lado, é possível perceber, nas experiências dos Observatórios criados nas universidades, o grande desafio que é garantir que esse conhecimento seja efetivamente aplicado ao aperfeiçoamento das políticas públicas de emprego, trabalho e renda. Essas dificuldades podem ser

entendidas como resultantes de um afastamento histórico da universidade brasileira em relação às demandas sociais e da desvalorização da extensão universitária como componente indissociável do ensino e pesquisa no tripé universitário, o que dificulta o estabelecimento de uma cultura de colaboração entre a gestão pública e o ambiente acadêmico.

Outro fator explicativo deste afastamento é a fragilidade institucional das políticas de trabalho nas gestões estaduais e municipais. Desta forma, cabe ao Ministério o papel de fomentador da utilização de ferramentas analíticas e processos de inteligência informacional como parte do necessário processo de profissionalização das políticas públicas de trabalho, aproximando produtores de conhecimento e tomadores de decisão. É este o processo iniciado com as parcerias aqui apresentadas e que deve se aprofundar e institucionalizar.

Esperamos que todos façam uma boa leitura.

*Leonardo José Arantes*  
*Secretário de Políticas Públicas de Emprego*

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Acórdão 732/2015**: plenário. Brasília, DF, 2015. Relator: Augusto Sherman. Disponível em: [www.tcu.gov.br/consultas/juris/docs/judoc/acord/20150409/ac\\_0732\\_12\\_15\\_p.doc](http://www.tcu.gov.br/consultas/juris/docs/judoc/acord/20150409/ac_0732_12_15_p.doc)

MORETTO, Amilton José. **O sistema público de emprego no Brasil**: uma construção inacabada. Tese (Doutorado) - Instituto de Economia, Unicamp, Campinas, 2007.

# Introdução

O Ministério do Trabalho (MTb), por meio da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego (SPPE), e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), apresentam o segundo número da Coleção Caderno do Observatório Nacional do Mercado de Trabalho. A Coleção tem o objetivo de fomentar a elaboração e difundir estudos sobre as temáticas do mundo do trabalho e metodologias de monitoramento das políticas públicas de emprego, trabalho e renda<sup>1</sup>.

Esta publicação faz parte do projeto *Desenvolvimento de instrumentos e atualização dos indicadores de apoio à gestão de políticas públicas de emprego, trabalho e renda*, desenvolvido por meio do Convênio MTPS/SPPE/Codefat nº 003/2014 - DIEESE - Siconv nº 811485/2014, firmado em 19 de outubro de 2014. Em uma das metas do Convênio estão previstas ações para fortalecer o Observatório Nacional do Mercado de Trabalho e articular uma Rede Nacional de Observatórios do Trabalho.

Entre as ações estão atividades e elaboração de produtos voltados para a articulação dos atores sociais e o desenvolvimento metodológico junto aos técnicos e pesquisadores envolvidos com as questões relacionadas ao trabalho e às políticas públicas de emprego, trabalho e renda. Destaca-se que, no segundo ano do Convênio, foi desenvolvido e lançado o ambiente virtual da Rede Observatórios do Trabalho, o qual possibilita a interação entre os membros da Rede por meio de diversas ferramentas de comunicação e compartilhamento de estudos e experiências. Além disso, foi realizado um levantamento de experiên-

1. Para mais informações sobre a política editorial da Coleção Caderno do Observatório Nacional do Mercado de Trabalho, ver introdução do Volume 1, disponível no ambiente virtual da Rede Observatórios do Trabalho ([www.redeot.colivre.net](http://www.redeot.colivre.net)). Diferentemente do primeiro volume, o atual foi editado apenas em formato eletrônico, em consonância com a estratégia mais geral de construção dos instrumentos da Rede Observatórios do Trabalho, que busca avançar na utilização dos recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação para articulação dos membros da Rede.

cias de políticas públicas de emprego, trabalho e renda em municípios com mais de 100 mil habitantes. Entre as atividades, além da 3ª Oficina Metodológica com técnicos de Observatórios do Trabalho e do 2º Seminário da Rede Observatórios do Trabalho, que deram continuidade às atividades do primeiro ano, foi realizado ainda o curso de formação dos técnicos de Observatórios do Trabalho de cinco universidades federais, que estabeleceram parcerias com o Ministério do Trabalho desde o final de 2015. Todas as atividades debateram diferentes aspectos da produção de informações para análise local.

Buscando sistematizar as reflexões desenvolvidas pelos Observatórios do Trabalho e o conteúdo debatido nessas atividades, o *Caderno do Observatório Nacional do Mercado de Trabalho – Volume 2* reúne artigos que trazem reflexões sobre a *produção de informações para análise local pelos Observatórios do Trabalho*. Para tratar deste tema, foi elaborada uma proposta, pactuada com os autores, de elaboração de artigos que sistematizassem o processo de desenvolvimento metodológico desenvolvido pelos Observatórios existentes ou em processo de constituição, bem como os resultados alcançados em termos analíticos.

Pretendeu-se assim diversificar o conteúdo publicado em relação ao volume

anterior e, ao mesmo tempo, subsidiar mais diretamente o desenvolvimento do trabalho dos Observatórios, tendo em vista contribuir para a articulação dos pesquisadores envolvidos na Rede Observatórios do Trabalho.

O primeiro artigo apresentado no caderno é *“Conhecer para transformar: A produção de informações no DIEESE”*. No artigo são apresentados alguns aspectos históricos da trajetória da instituição, criada em 1955, para produzir informações para a classe trabalhadora, visando à transformação social. Desde os anos 1990, os Observatórios do Trabalho desenvolvidos pelo DIEESE em diferentes parcerias institucionais permitiram que se avançasse no desenvolvimento de uma metodologia de produção de informações voltada para a análise do mercado de trabalho local, possibilitando conhecer melhor as especificidades de cada localidade e contribuir assim para que os atores sociais ajam sobre a realidade, através de políticas públicas de emprego, trabalho e renda mais adequadas. Por fim, o artigo apresenta alguns princípios de boas práticas adotados pela instituição na produção de informações.

O segundo artigo foi elaborado por Vinicius Lobo, Viviani Anze, Felipe Pateo, Mariana Almeida e Augusto Albuquerque, equipe do Observatório Nacional do Mercado de Traba-

lho (ONMT) do MTb. Como revela o título “*O Observatório Nacional do Mercado de Trabalho: Trajetória Institucional e Premissas Metodológicas*”, o artigo situa a criação do ONMT como parte da estratégia do MTb para a produção de informações para o sistema público de emprego, em consonância com as recomendações da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Em seguida, o artigo apresenta as premissas metodológicas que embasaram a estratégia desenvolvida desde 2014 pelo ONMT para promover levantamento, análise e disponibilização de dados sobre o mercado de trabalho ao MTb e às gestões de estados e municípios, bem como aos demais atores sociais envolvidos com as políticas públicas de emprego, trabalho e renda no Brasil. Destaca-se nesse sentido, além das parcerias desenvolvidas com o DIEESE, Ipea e as universidades federais o desenvolvimento do Painel de Monitoramento do Mercado de Trabalho, com informações sobre o emprego e as políticas públicas de emprego, trabalho e renda no Brasil.

O artigo dos professores Mario Henrique Ladosky (Universidade Federal de Campina Grande) e Nadine Gualberto Agra (Universidade Estadual da Paraíba), “*A experiência do Observatório do Mercado de Trabalho da Paraíba: entre escolhas metodológicas e desafios futuros*”, apresenta o proces-

so de constituição dos Observatórios do Trabalho nas cinco universidades federais a partir da parceria com o MTb e detalha as atividades desenvolvidas pelo Observatório do Mercado de Trabalho da Paraíba. Em seguida, o texto detalha o processo de desenvolvimento dos indicadores relativos à mobilidade ocupacional e saúde do trabalhador, eixos temáticos aprofundados pelo Observatório no trabalho, desenvolvido em conjunto com o ONMT e as demais universidades federais. Por fim, os autores analisam alguns indicadores selecionados para traçar um quadro do mercado de trabalho paraibano e dos municípios acompanhados pelo Observatório, evidenciando a vulnerabilidade e precariedade ocupacional dessas localidades. Entre os principais desafios do Observatório está o de avançar na articulação com os atores sociais locais envolvidos com as políticas públicas de emprego, para que o conhecimento produzido pelo Observatório seja compartilhado e aprimorado, contribuindo para a transformação da realidade local.

O quarto artigo, “*O Observatório Social do Trabalho (UFPel) e as Transformações dos Mercados Locais de Trabalho: Abordagens Analíticas, Limites e Desafios*”, do professor Francisco Vargas, da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), apresenta o desenvolvimento metodológico



e analítico do único Observatório, entre os Observatórios das universidades federais presentes neste Caderno, que já existia antes da parceria estabelecida entre o MTb. O artigo, portanto, apresenta o processo de constituição e desenvolvimento metodológico do Observatório Social do Trabalho da UFPel, partindo de uma leitura das transformações contemporâneas do mundo do trabalho, caracterizado pela permanência do desemprego e pela multiplicação de formas de inserção ocupacional flexíveis precárias, pano de fundo para a análise do mercado de trabalho local, particularmente dos municípios de Pelotas e Rio Grande. Por fim, o autor apresenta as dificuldades para promover o debate para além do ambiente acadêmico, indicando o estímulo ao diálogo social com os atores sociais envolvidos com o mundo do trabalho um dos principais desafios a serem enfrentados, o que deve trazer avanços para o trabalho desenvolvido pelo Observatório, além de contribuir para a superação dos dilemas enfrentados pelo mundo do trabalho, por meio da construção de diagnósticos e ações convergentes.

*“As Dimensões da Forma Social Mercado de Trabalho e as Fontes de Informação Necessárias à sua Compreensão: Breve Exposição do Caso Paraense”* é o quinto artigo do Caderno, no qual o professor José Raimundo Trindade

(Universidade Federal do Pará) apresenta o processo de constituição e o desenvolvimento metodológico do Observatório Paraense do Mercado de Trabalho. O autor apresenta o processo de trabalho e de produção de informações desenvolvido pelo Observatório e a proposta de indicadores desenvolvida para monitoramento do mercado de trabalho local, o que se faz após uma apresentação da abordagem teórica geral que o autor tem acerca das condicionantes das relações de trabalho no sistema capitalista e suas especificidades resultantes do processo histórico de formação do mercado de trabalho brasileiro. Por fim, o autor analisa alguns dos indicadores propostos para acompanhamento do emprego e da renda no estado e em alguns municípios do Pará.

O artigo seguinte, de autoria dos professores Tadeu Gomes Teixeira, Flávia de Almeida Moura e Bruno Rogens Ramos Bezerra (Universidade Federal do Maranhão), é intitulado *“Observatório do Mercado de Trabalho do Maranhão (OMT-MA): considerações sobre o processo de implantação e organização”*. Os autores apresentam os objetivos e o processo de constituição do Observatório e a proposta de desenvolvimento de estudos e estratégia de relação com os atores sociais, apresentando os principais instrumentos produzidos para



a disseminação do conhecimento. No escopo pactuado com as demais universidades federais e o ONMT, o OMT-MA assumiu a tarefa de desenvolver indicadores relacionados à caracterização demográfica e da atividade, paralelamente ao acompanhamento estrutural e conjuntural do mercado de trabalho local, o que é feito por meio de relatórios com diferentes periodicidades e recorte territorial. Por fim, os autores analisam algumas informações estatísticas, as quais revelam a precariedade do mercado de trabalho maranhense.

O sétimo e último artigo do Caderno do ONMT, “*Observatório do Mercado do Trabalho de Pernambuco: Atividades Iniciais e Alguns Resultados Preliminares*”, é de autoria dos professores Cristiano Wellington Noberto Ramalho e Sidartha Sória e Silva (Universidade Federal de Pernambuco). Como nos demais artigos, os autores iniciam apresentando os objetivos e o processo de constituição do Observatório para, em seguida, apresentar os procedimentos metodológicos adotados, indicando quais as bases de dados utilizadas, os instrumentos elaborados para a disseminação da informação e a abran-

gência e desagregação territorial que orienta as análises do Observatório. Os autores fazem uma análise do mercado de trabalho formal pernambucano, a partir de indicadores estruturais e conjunturais, revelando os impactos da crise econômica recente sobre o nível de emprego e a distribuição por setor de atividade. Por fim, indicam como atividade estratégica para o próximo período o investimento na comunicação para aprimorar a disseminação do trabalho desenvolvido pelo Observatório para toda a sociedade.

A leitura dos artigos presentes neste Caderno possibilita compreender os desafios comuns enfrentados pelos Observatórios do Trabalho no processo de desenvolvimento metodológico e na produção de informações. Espera-se que o fortalecimento da Rede Observatórios do Trabalho e a continuidade de iniciativas para a troca de experiências e metodologias, como este Caderno, possibilitem a superação conjunta destas dificuldades, particularmente no que diz respeito ao fortalecimento dos espaços de debate e participação social das políticas públicas de emprego, trabalho e renda.

# Conhecer para transformar: A produção de informações no DIEESE\*

Em mais de sessenta anos de história, o DIEESE tem produzido conhecimento para subsidiar as lutas dos trabalhadores por melhores condições de vida e trabalho. Esse conhecimento, além de sustentar a atuação das entidades sindicais - Sindicatos, Federações, Confederações e Centrais – tem apoiado a ação de diversas instituições da sociedade civil e dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Vários são os espaços em que as informações produzidas pelo DIEESE são utilizadas para a compreensão da realidade, como, entre outros, Congresso Nacional, prefeituras, governos estaduais, governo federal, fóruns de promoção do diálogo social e conselhos de políticas públicas. A produção desse conhecimento tem na pesquisa, na assessoria e na formação seus eixos estruturantes.

O DIEESE é uma experiência única no mundo: instituição fundada,

mantida e dirigida pelo movimento sindical brasileiro, que congrega mais de setecentas entidades sindicais representativas de trabalhadores de todas as atividades econômicas e regiões geográficas do país, incluídas nove Centrais Sindicais. Foi fundado em 1955, a partir da iniciativa de um grupo de dirigentes sindicais que, diante do crescimento da classe operária em uma sociedade cada vez mais industrial e urbana, sentiu a necessidade de atuar de forma mais qualificada na disputa entre capital e trabalho pela distribuição da renda. Para isso, optou pela criação de uma entidade que, por meio da utilização de instrumental científico, produzisse conhecimento técnico, pela perspectiva da classe trabalhadora, para subsidiar a ação sindical.

O primeiro objeto de estudo do DIEESE foi o custo de vida da classe

\* Este artigo foi elaborado pela equipe técnica do Núcleo de Produção de Informações e dos Observatórios do Trabalho do DIEESE, com contribuições da equipe de editoração do DIEESE.

trabalhadora, que resultou na criação, em 1959, do Índice do Custo de Vida (ICV-DIEESE), cuja finalidade era embasar as reivindicações dos trabalhadores por reajustes salariais nas negociações coletivas entre patrões e empregados. A motivação dos sindicalistas da época para o desenvolvimento desse indicador era a desconfiança gerada pelos índices apresentados pelo patronato como parâmetro para a recomposição do poder aquisitivo dos salários. Quase duas décadas após sua implantação, mais precisamente no ano de 1977, diante de denúncia de manipulação do índice oficial de inflação relativo ao ano de 1973 -, o ICV-DIEESE foi reconhecido como o índice que refletia o real aumento do custo de vida no Brasil<sup>1</sup>, o que projeta a entidade no cenário nacional e lhe confere a credibilidade que o acompanha desde então.

No decorrer dos anos 1970 e 1980, com o processo continuado de desvalorização dos salários em geral – e do salário mínimo, em particular -, o DIEESE dedicou-se ao desenvolvimento de análises sobre o poder de compra da população e a distribuição da renda. Inúmeras foram as avaliações realizadas pela instituição a respeito dos efeitos das sucessivas políticas econômicas decretadas pelos governos sobre os trabalhadores. Também o salário mínimo, como

elemento fundamental na política distributiva, foi objeto de vários estudos que procuravam revelar sua deterioração e apresentar alternativas para a recuperação de seu valor, sendo o de maior destaque o *Salário Mínimo Necessário*<sup>2</sup> para o sustento dos trabalhadores e de suas famílias. Esse indicador passou a ser calculado e divulgado sistematicamente e tornou-se uma importante referência no debate sobre a política de salário mínimo no Brasil<sup>3</sup>.

Ainda no início dos anos de 1980, quando os níveis de desemprego atingiram patamares preocupantes, o DIEESE, em parceria com a Fundação Seade, elaborou a PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego, implementada em meados da década. Para essa pesquisa, desenvolveu-se um instrumental capaz de investigar a heterogeneidade típica do mercado de trabalho brasileiro, que possibilitou desvendar as diversas formas de ocultação do desemprego, viabilizando a aferição do verdadeiro número de desempregados e da precariedade dos empregos oferecidos no país. Em 1993, a PED foi reconhecida pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat) como a mais adequada para a compreensão do mercado de trabalho no Brasil e passou a ser considerada a pesquisa oficial do Sistema Nacional de Emprego (Sine)<sup>4</sup>, o

1. O índice relativo à inflação oficial correspondia a 13,7 % e o do DIEESE, a 26,9%

2. O Salário Mínimo Necessário é a projeção do valor que o salário mínimo deveria ter para fazer frente aos gastos de uma “família típica”, definida como um casal e dois filhos. Para maiores detalhes, ver a metodologia do indicador aqui: <https://www.dieese.org.br/metodologia/metodologiaCestaBasica2016.pdf>

3. Em 1984, o salário mínimo, antes definido regionalmente, foi unificado nacionalmente, e passou a figurar entre os direitos dos trabalhadores rurais e urbanos assegurados, posteriormente, pela Constituição Federal de 1988: “IV - salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas [do trabalhador] e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo” (artigo 7º, inciso IV da CF 1988).

4. Resolução Codefat nº 54 de 14 de dezembro de 1993: <http://portal.fat.mte.gov.br/wp-content/uploads/2016/01/Res54.pdf>

que foi reconhecido em 2003 e 2005 nos Congressos do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, reforçando-a como instrumento para subsidiar a formulação e monitoramento das políticas públicas de emprego, trabalho e renda.

Foi também a partir do final dos anos de 1970 e no decorrer da década de 1980, com o avanço significativo da atuação sindical e das negociações coletivas de trabalho, que novos desafios se colocam aos trabalhadores em sua relação com o capital. Nesse contexto, ampliou-se consideravelmente o campo de análise do DIEESE, que passou a enfatizar outras dimensões das relações de trabalho, como processos de trabalho, automação, formação profissional e sistema de relações de trabalho. Ainda nesse período, investiu-se na implantação do SAIS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Informações Sindicais, composto por três sistemas para o armazenamento de dados sobre acordos e convenções coletivas de trabalho (SACC-DIEESE), reajustes e pisos salariais (SAS-DIEESE) e greves (SAG-DIEESE). Posteriormente, já na segunda metade dos anos 2000, a experiência acumulada pelo DIEESE no desenvolvimento da metodologia para a estruturação do SAIS foi fundamental para subsidiar o Ministério do Trabalho na constituição do Sistema Mediador.

A década de 1990 caracteriza-se por aguda crise econômica, altos índices de precarização do mercado de trabalho e reformas que enfraquecem a capacidade do Estado de liderar processos de investimentos e de desenvolver políticas sociais, que se associam ao processo de descentralização das políticas públicas determinado pela Constituição Federal de 1988. Coloca-se, então, a necessidade urgente de geração de trabalho e renda e abre-se a agenda pública sobre desenvolvimento local e fortalecimento da participação e do controle social nas políticas públicas. O DIEESE é, assim, instado pelo movimento sindical a subsidiá-lo também nessa temática e desenvolve os Observatórios do Trabalho, de modo a municiar prefeituras e governos com a produção de conhecimento para as políticas públicas no campo do trabalho.

A partir dos anos de 1990 e nas décadas de 2000 e 2010, amplia-se consideravelmente o campo de atuação do movimento sindical e intensificase sua intervenção nos mais diversos fóruns públicos de debate, o que leva o DIEESE a incorporar uma imensa gama de conteúdos à agenda temática, seguindo na trajetória de extrapolar seu objetivo inicial de instrumentalização das negociações coletivas. Hoje, a instituição produz conhecimento sobre os mais variados

temas, tratando desde questões que se referem diretamente às condições, relações e regulamentação do trabalho até as atinentes à formulação de políticas públicas, sempre visando à transformação social.

### **PROCESSO DE PRODUÇÃO DE INFORMAÇÕES PARA A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL**

A produção de informações pelo DIEESE tem origem e destino na ação dos trabalhadores. As investigações realizadas pela instituição partem da necessidade de superação de situações-problema e geram conhecimentos que alimentam as organizações de representação dos trabalhadores - e outras instituições sociais e públicas - para uma atuação qualificada nos espaços constituídos para sua resolução.

Para a produção de informações, é necessário que algumas etapas sejam percorridas, de modo a viabilizar a transformação de dados brutos em subsídio para a ação. O primeiro momento desse percurso é a escolha das fontes de dados para a investigação do fenômeno sobre o qual se quer intervir, que deve levar em conta sua complexidade para o levantamento da maior diversidade possível de informações que permitam elaborar um diagnóstico completo do problema. Se o objeto de análise for o

mercado de trabalho brasileiro, por exemplo, deve-se considerar sua profunda heterogeneidade estrutural, a flexibilidade contratual da força de trabalho, a alta rotatividade e a intensa transição entre postos de trabalho com maior ou menor proteção social. Nesse sentido, embora uma base de dados possa contribuir mais para o conhecimento de um aspecto desse mercado de trabalho do que outra, deve-se utilizar um conjunto de fontes de informações de naturezas distintas e complementares.

Existe no Brasil, hoje, uma ampla disponibilidade de dados estatísticos sobre os mais variados aspectos sociais e econômicos. Para que esse volume de dados seja transformado em informação, é necessária sua organização a partir da intencionalidade do analista, com base em um diagnóstico inicial acerca do problema e das medidas de superação a serem adotadas, que deverá ser confrontado com os dados analisados em todas as etapas da produção das informações.

A produção de conhecimento só ocorre quando os atores se apropriam da informação gerada para sua ação, o que requer a utilização de recursos que possibilitem essa apropriação, por meio de linguagem clara e transparência na exposição da metodologia empregada. O DIEESE, como mediador entre o objeto analisado e

o sujeito (movimento sindical, ou a sociedade, ou um governo), desenvolveu vários instrumentos para viabilizar a apreensão, pelo sujeito, do conhecimento produzido.

Produção de dados, informações, conhecimento e ação não correspondem, no entanto, a etapas subsequentes do processo. O movimento, ainda que se oriente na direção da ação, caracteriza-se pela retroalimentação entre as etapas, buscando uma aproximação sucessiva do objeto analisado: graus de complexidade do conhecimento produzido são ampliados a partir da ação e da disputa ao longo do processo.

A disputa em torno do conhecimento produzido se dá em todas as etapas. A produção de um dado em uma pesquisa primária, por exemplo, é antecedida de uma definição do que será perguntado. Na organização dos dados definem-se as informações que serão analisadas e as que serão desprezadas. A disseminação da informação pode possibilitar ou restringir a apropriação do conhecimento pelos diversos segmentos da sociedade. Nesse sentido, reafirma-se que a participação no processo de produção de conhecimento é um recurso de poder nas ações que serão realizadas.

Uma síntese desse processo é descrita partindo-se de um volumoso

conjunto de **dados** brutos, que são coletados por diversos métodos estatísticos (diretos ou indiretos) ou de prospecção qualitativa. A maioria dos livros textos de Estatística define “dados” simplesmente como valores assumidos por uma determinada variável, podendo ser qualitativos ou quantitativos. A organização da informação pode ser feita com base em determinados recortes que expressam relações entre variáveis e é disponibilizada por meio de ferramentas analíticas, como, entre outros, anuários compactos, sistema de informações geográficas, boletins, estudos e pesquisas. A análise dessas informações e indicadores sociais, aliada a atividades formativas para a disseminação de conteúdo, permite sua apropriação por parte dos atores sociais, possibilitando desse modo a produção do **conhecimento** que retroalimenta a produção de informação em novas etapas.

Os indicadores sociais são um instrumento operacional que permite o monitoramento da realidade social, que, ao contextualizar e comparar, contribui para a interpretação dos diversos fenômenos sociais e para a formulação de estratégias de ação. A ciência estatística é uma das ciências que contribui enormemente para o conhecimento de determinado objeto de estudo, pois permite agrupamento por critérios de similaridade e com-

parações entre universos com características distintas. Tomemos como exemplo a comparação entre a posição dos ocupados em mercados de trabalho tão distintos quanto os do Acre e de São Paulo, cujos dados estão discriminados na Tabela 1, a seguir.

A comparação entre os dados apresentados possibilita visualizar a heterogeneidade da estrutura ocupacional dos dois estados. Em São Paulo, destaca-se a importância do emprego com carteira de trabalho assinada, situação de mais da metade (52,3%) dos ocupados. No Acre, por

outro lado, observa-se a forte presença de trabalhadores por conta-própria (26,6%), empregados sem carteira de trabalho assinada (15,7%), trabalhadores na produção para o próprio consumo (8,3%) e trabalhadores não remunerados (6,8%), formas de inserção ocupacional menos protegidas do ponto de vista trabalhista e previdenciário. Esses dados podem ser relacionados a outros indicadores econômicos e sociais que revelem o contraste da realidade local, conformando um panorama analítico da situação complexa que se pretende conhecer em profundidade.

**TABELA 1**  
**Distribuição dos ocupados por posição na ocupação**  
**Acre e São Paulo 2015 (em %)**

Posição na ocupação	Acre	São Paulo
Empregado com carteira	20,9	52,3
Militar	0,9	0,3
Funcionário público estatutário	11,4	6,2
Empregado sem carteira	15,7	10,5
Trabalhador doméstico com carteira	1,8	2,7
Trabalhador doméstico sem carteira	4,9	4,1
Conta própria	26,6	18,5
Empregador	2,4	4,0
Trabalhador na produção para o próprio consumo	8,3	0,4
Trabalhador na construção para o próprio uso	0,2	0,1
Não remunerado	6,8	0,7
Total	100,0	100,0
Total (em n <sup>os</sup> absolutos)	330.409	21.362.148

Fonte: IBGE.Pnad



## **ANUÁRIO DOS TRABALHADORES: RESULTADO DO PROCESSO DE PRODUÇÃO DE INFORMAÇÕES**

No DIEESE, a ideia de se produzir anuários estatísticos compactos surgiu no final da década de 1980, a partir de uma experiência realizada pelo movimento sindical alemão. Em 1993, lançou-se o “Anuário dos Trabalhadores”, publicação estatística de “bolso”, que conta com o maior número de edições compactas elaboradas pelo Departamento. Esse Anuário apresenta informações relativas às principais dimensões do “mundo do trabalho”, como, entre outras, mercado de trabalho, relações de trabalho e condições de trabalho. Atualmente, já em parceria com o Ministério do Trabalho, a publicação está em sua 12ª edição. A obra reúne um conjunto de indicadores coletados em mais de 30 bases de dados estatísticas e, por seu formato, que facilita a consulta a qualquer informação, tem se notabilizando como importante subsídio às negociações coletivas no Brasil.

A experiência adquirida pelo DIEESE na elaboração do “Anuário dos Trabalhadores” e a ampliação da temática que compõe a agenda sindical levou, na primeira década dos anos 2000, ao desenvolvimento de outras publicações com o mesmo formato. Diversos foram os te-

mas então tratados, como Gênero, Educação Profissional, Saúde do Trabalhador, Trabalho nas Micro e Pequenas Empresas e Trabalho no Meio Rural. Essas publicações subsidiaram, além do movimento sindical, gestores públicos e organizações da sociedade civil.

Além desses, com vistas a aprofundar o conhecimento das relações entre políticas públicas de emprego e proteção social e estrutura e dinâmica do mercado de trabalho brasileiro, o DIEESE e o Ministério do Trabalho lançaram, em 2008, o “Anuário do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda”, que se tornou uma espécie de guia para a produção de informações sobre o mercado de trabalho e as políticas públicas de emprego, trabalho e renda.

Os anuários estatísticos do DIEESE, como o próprio nome evidencia, apresentam valores dos indicadores disponíveis no último ano e comparações temporais de médio prazo para alguns indicadores selecionados. Registre-se, ainda, que, além de exibir e propor indicadores, a publicação contém diversos textos metodológicos que justificam as escolhas realizadas, o que pode ser importante instrumento pedagógico de orientação para a produção de planos tabulares e sugestões técnicas de recorte de variáveis e suas categorias.



A produção de cada um dos Anuários Estatísticos tem início com a definição das informações necessárias para subsidiar os atores envolvidos na disputa social. Em seguida, levantam-se as fontes de informação disponíveis, dentre as quais, as produzidas pelo próprio DIEESE: Custo de Vida (ICV e Cesta Básica), Emprego e Desemprego (PED) e Indicadores Sindicais (Sistemas de Acompanhamento de Contratações Coletivas de Trabalho, de Greves e de Reajustes Salariais). Também são coletadas informações de bases de dados produzidas por outras instituições, que se distribuem em Registros Administrativos e Pesquisas (domiciliares, em estabelecimentos, amostrais, censitárias etc.), cuja organização e tratamento são centralizados pelo Núcleo de Produção de Informações (NPI), unidade de trabalho criada pelo DIEESE em fevereiro de 2006 para a sistematização do processo de produção de informações e padronização institucional no tratamento das bases de dados secundárias.

### **OBSERVATÓRIO DO TRABALHO DO DIEESE: INFORMAÇÕES PARA ANÁLISE LOCAL E A GESTÃO DAS POLÍTICAS DE EMPREGO, TRABALHO E RENDA**

Os Observatórios do Trabalho do DIEESE têm por finalidade formular conhecimento para a ação num

determinado território (município, estado ou outra área delimitada) e estabelecem como ponto de partida a *organização e a produção de informações associadas à produção de análises e ao fomento ao debate e participação social*. A organização de informações é o ponto de partida ao qual o Observatório do Trabalho volta recorrentemente ao longo da sua atividade, trazendo os elementos da conjuntura e a percepção dos atores sociais para uma (re)construção constante da interpretação acerca dos fenômenos analisados.

O primeiro desafio dos Observatórios do Trabalho ocorre na etapa de coleta dos dados brutos, na qual devem ser identificadas as fontes de informações que produzem estatísticas referentes à área geográfica em que o Observatório atua. No caso dos municípios brasileiros, essas informações são escassas, o que leva à necessidade de identificação de fontes de informação locais, como registros administrativos da gestão pública municipal, por exemplo, ou a produzir pesquisas primárias no local para preencher essa lacuna.

Nesse sentido, ao refletir sobre os registros administrativos municipais e as estruturas locais, o Observatório contribui para explorar suas potencialidades e aprimorá-los. Pode-se tomar como exemplo a consulta aos

registros de matrículas em escolas municipais, que podem ser utilizados para a elaboração de um cadastro detalhado das famílias; ou o desenvolvimento de pesquisas que utilizem as estruturas locais para a coleta de informações, como postos do Sine, escolas municipais e hospitais. Ainda, em muitos casos, a produção de informações nos Observatórios do Trabalho dá-se a partir da utilização de *metodologias qualitativas*, tais como diagnósticos participativos, entrevistas em profundidade, grupos focais e oficinas de diálogo social, entre outras. Essas metodologias, além de viabilizarem a captação de informações importantes, aportam conhecimentos relevantes para a análise de dados secundários.

O segundo desafio dos Observatórios do Trabalho para a produção de informações é a escolha dos dados mais adequados à investigação que se quer realizar, o que depende de profundo conhecimento sobre as bases de dados disponíveis.

No que se refere às pesquisas – domiciliares ou em estabelecimentos –, é fundamental que se tenha total domínio das metodologias empregadas, uma vez que cada uma delas adota conceitos, variáveis, nomenclaturas e períodos de referência distintos, sendo mais ou menos apropriadas aos objetivos postos.

O uso de registros administrativos implica cuidados ainda mais acurados por parte dos pesquisadores, dado que os dados por eles coletados não tinham a finalidade de prestar-se à análise; seu objetivo inicial era auxiliar na fiscalização (no caso da Relação Anual de Informações Sociais – Rais/MTb, por exemplo, para o controle da nacionalização da mão de obra por meio da “Lei dos 2/3”) ou na gestão de diferentes políticas públicas (como o Seguro Desemprego/MTb). Assim, os registros administrativos possuem restrições que derivam de sua função, como por exemplo uma menor consistência em informações que não são fundamentais para o seu objetivo administrativo (como a variável raça/cor no caso da Rais, muitas vezes preenchida pelo contador da empresa). Ainda assim, o Brasil é o único país da América do Sul com registros administrativos que possibilitam um monitoramento regular do mercado de trabalho e vem aos poucos aprimorando as consistências das suas informações, ainda que com alto custo para o MTb/FAT.

Ainda sobre o uso dos registros administrativos, é importante destacar que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) reconhece o avanço na sua qualidade. Pode-se citar o caso da Lei dos Registros Públicos<sup>5</sup> que propiciou grande avanço no desenvolvimento dos registros civis, permitin-

5. IBGE. Mudança Demográfica no Brasil no Início do Século XXI: subsídios para as projeções populacionais. 2015. 156 p.

do alteração nos fluxos de envio dos dados pelos Cartórios e centralização na coleta e processamento pelo IBGE. Entretanto, a própria melhora na qualidade dos registros administrativos em países com dimensões continentais como o Brasil se deve fundamentalmente à melhora da própria realidade dos trabalhadores e suas famílias nas diferentes regiões do país. Os contrastes regionais em infraestrutura social e acesso a direitos são limitantes na superação de problemas históricos de sub-registro e registro tardio.

Um limite atualmente para o uso dos registros administrativos decorre da desarticulação entre as políticas públicas. Essa desarticulação, particularmente presente entre as políticas públicas de emprego, trabalho e renda, resulta da persistente setorialização do Estado brasileiro e, além de aumentar o custo da produção de informações e o retrabalho<sup>6</sup>, implica a produção de registros administrativos com diferentes unidades de registro (e sem um identificador único), cobertura, períodos de captação, entre outras restrições que impossibilitam a comparação entre as suas informações. Os Observatórios do Trabalho também podem contribuir para superar esses problemas, ao reforçar esse diagnóstico e propor mudanças.

Nem todos os registros administrativos possuem, como no caso das

pesquisas domiciliares, dicionários de variáveis e uma metodologia detalhada e pública. Neste sentido, *a primeira etapa da organização da informação deve ser a elaboração de um dicionário de variáveis dos bancos de dados relacionais.*

Os dicionários de variáveis (existentes ou desenvolvidos pelos Observatórios do Trabalho) são elaborados para compor um *cadastro de fontes e variáveis*, no qual são descritas todas as variáveis disponíveis nos bancos de dados que possam ser analisadas pelos Observatórios, relacionando por tema as principais características das fontes e variáveis (cobertura, regularidade, série histórica, etc.).

As informações assim organizadas são agrupadas a partir das necessidades impostas pelo objeto que será analisado. O *conhecimento multidisciplinar é fundamental na hora de definição dos indicadores* que serão desenvolvidos e monitorados, sendo os critérios estatísticos usados para contribuir em determinada análise, e não como definidores da direção que a análise irá tomar. No mesmo sentido, para que a compreensão dos fenômenos do mercado de trabalho local avance em cada território, é preciso que a produção de indicadores se descole da organização a partir das bases de dados que permitem o seu cálculo, e passe cada vez mais para uma orga-

6. Na Bahia, a organização das políticas públicas em torno dos Territórios de Identidade, está sendo uma iniciativa para promover a superação dessa desarticulação: <http://www.seplan.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=17>

nização temática e das dimensões que fazem parte do complexo ocupacional e territorial a ser compreendido.

No processo de produção de informações para a intervenção no território, realizada pelos Observatórios do Trabalho, a apresentação de dados em tabelas e gráficos não é suficiente para revelar a dinâmica da realidade. Surge a necessidade de abordar também a informação espacializada, para complementar a informação e análise setorial. Juntamente com os gráficos e tabelas, os cartogramas passam a ser preponderantes na elaboração dos indicadores. A informação espacializada permite, por exemplo, entre outras análises, contemplar a dinâmica dos fluxos da população no território, como mostra a Figura 1, a seguir, que apresenta o fluxo de trabalhadores inscritos no Sine do Território de Identidade Metropolitana de Salvador, segundo seu município de residência.

O mapa apresenta o fluxo de todos os moradores da Bahia que fizeram sua inscrição no posto do Sine estadual localizado na região metropolitana de Salvador, revelando a atração do Território de Identidade Metropolitana de Salvador em relação ao fluxo de inscritos no estado: embora haja postos do Sine localizados em municípios mais próximos de suas residências,

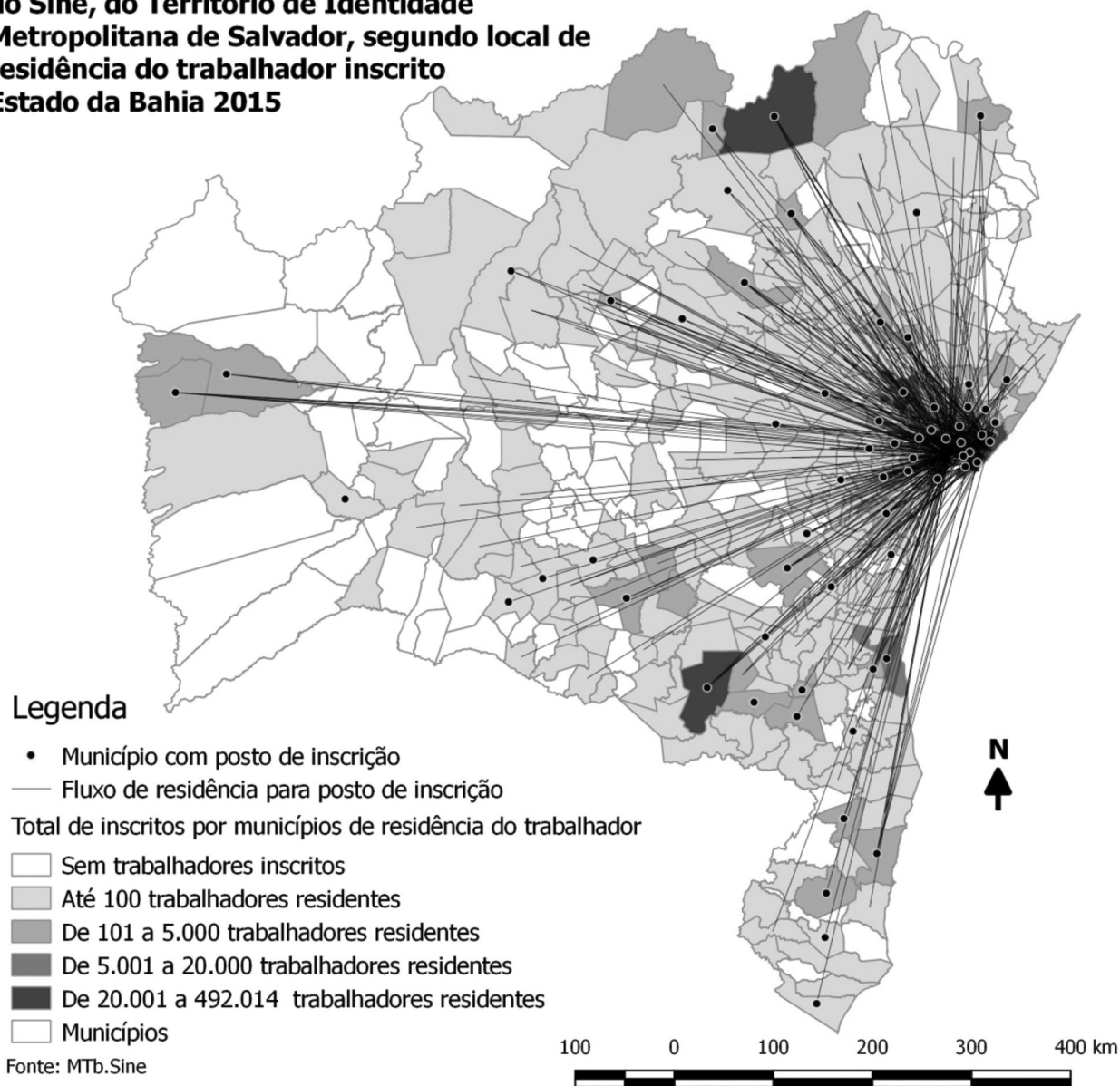
muitos moradores do interior vão até a capital para a inscrição nos programas do Ministério do Trabalho.

Ainda na perspectiva da organização das informações, uma vez desenvolvidos os indicadores que serão analisados e monitorados, é preciso realizar *o registro da metodologia empregada na sua construção*. Os Observatórios do Trabalho do DIEESE desenvolveram para este fim as *fichas de qualificação de indicadores*, que apresentam metodologia, interpretação, limitações e potencialidades dos indicadores, com o objetivo tanto de esclarecer os usuários, quanto de permitir sua replicação posteriormente pelo próprio ou por outros Observatórios.

Para viabilizar a apropriação das informações produzidas, e assim permitir a produção de conhecimento, os Observatórios do Trabalho mantêm um diálogo permanente entre técnicos, gestores públicos e atores sociais que farão uso das informações, de modo a possibilitar sua incidência sobre as políticas públicas de emprego, trabalho e renda. O fomento a espaços de participação dos diversos atores e à promoção do diálogo social constitui um insumo para a produção do conhecimento e contribui para a apropriação da informação produzida.

FIGURA 1

**Fluxo de inscrições nos postos de atendimento do Sine, do Território de Identidade Metropolitana de Salvador, segundo local de residência do trabalhador inscrito Estado da Bahia 2015**



Por fim, o conhecimento produzido *precisa ser interpretado conjuntamente* pelos técnicos do Observatório do Trabalho, pela gestão pública local e pelos atores sociais, com o objetivo de definir as ações a serem adotadas naquele território. O conhecimento produzido deve, então,

transformar-se em *subsídio para a definição de um plano de ação* que oriente as políticas públicas de emprego, trabalho e renda no território.

Como apontado anteriormente, *as fases da produção de informações para a ação não caminham apenas*



*em uma direção, sendo um processo que se retroalimenta entre as etapas de coleta, organização, análise e ação.* A aproximação sucessiva em relação à análise de determinado fenômeno depende da reorganização constante das informações coletadas e da reformulação de indicadores a partir das novas pistas identificadas. Além disso, os técnicos devem

manter também um diálogo com os responsáveis pela organização dos bancos de dados para superar a interdição de linguagem. A própria ação proposta pode, ainda, incluir uma alteração em relação às informações coletadas, caso permita avançar na análise do objeto de estudo ou no monitoramento da política pública (ver Box 1).

## BOX 1

### Indicadores para acompanhar e avaliar as políticas públicas

“Cada etapa do ciclo envolve o uso de um conjunto de indicadores de diferentes naturezas e propriedades, em função das necessidades intrínsecas das atividades aí envolvidas” (JANNUZZI, 2005, p 147 e 148). No caso da elaboração do diagnóstico, os indicadores devem abranger as temáticas da realidade social. Além de indicadores com boa confiabilidade e validade, os pesquisadores ou técnicos devem atentar para sua possibilidade de desagregação ao nível territorial desejado, ou seja, ao nível intraterritorial (até municípios, quando considerarmos as políticas públicas estaduais, e intramunicipais, no caso de políticas públicas municipais). Assim é possível comparar as diferentes regiões e se os resultados esperados da ação afetam parcelas da população mais vulneráveis. A matriz de indicadores define a situação inicial, cuja intervenção pública irá operar, permitindo, portanto, o seu acompanhamento quanto às mudanças desejadas.

Na fase da formulação da política pública (ou dos programas), o conjunto de indicadores pode ser mais reduzido e deverá estar relacionado aos objetivos que se quer alcançar. Segundo Jannuzzi (2005), os indicadores de formulação da política pública devem ser baseados em informações sobre a realidade social (assim como na fase de diagnóstico), mas devem estar focados nas temáticas relacionadas aos objetivos concretos da política pública.

Na etapa de implementação da política pública, são necessários indicadores de monitoramento, que devem primar pela periodicidade com que estão disponíveis. Como esse é um grande problema, uma vez que as informações produzidas pelas agências estatísticas não são, em geral, específicas para os propósitos de monitoramento de programas, uma solução é a elaboração de indicadores baseados em registros administrativos.

O ideal é, nessa fase, estruturar um sistema de indicadores que permitam monitorar a implementação processual do programa na lógica insumo–processo e resultado–impacto. Ou seja, os indicadores deverão possibilitar a análise quanto ao dispêndio realizado por algum tipo de unidade operacional prestadora de serviços ou subprojeto; uso operacional dos recursos humanos, financeiros e físicos; geração de produtos e a percepção dos efeitos sociais mais amplos dos programas (Jannuzzi, 2005).

Enquanto os indicadores de monitoramento permitem subsidiar o gestor público e os conselhos de participação quanto ao ritmo e à forma de implementação dos programas, os indicadores de avaliação são referentes aos resultados e efeitos almejados. Neste último caso, os indicadores devem “revelar” a eficácia (resultados) e a efetividade social (impactos) dos programas e podem ser levantados a partir de pesquisas amostrais, registros administrativos, grupos focais, por exemplo (Jannuzzi, 2005).

## PRINCÍPIOS E BOAS PRÁTICAS NA PRODUÇÃO E USO DE INFORMAÇÕES

Um dos primeiros desafios para uma instituição se consolidar na produção e uso de informações é sua credibilidade junto à sociedade. Para isso, além da adoção de princípios e diretrizes sólidos na produção das informações, bem como, dos próprios princípios institucionais, é fundamental que estes se tornem públicos. Estes princípios tratam de: i) transparência metodológica, ii) validação da produção e uso das informações pelos atores sociais; e iii) cooperação interinstitucional.

Do ponto de vista da *transparência metodológica*, é importante que a metodologia completa da produção das informações esteja devidamente registrada, e disponível para quem quiser consultar. Ela tem como missão possibilitar a reprodução da pesquisa realizada ou do indicador elaborado e, como princípio básico, contribui para o debate público das ideias e concepções sobre o mercado de trabalho de diferentes instituições. O cálculo de um indicador apresentado por uma instituição possui diversos atributos, e a publicidade do método utilizado para sua criação possibilita o debate sobre estas características, o que reforça a credibilidade institucional. Sem a transparência metodológica, a informação produ-

zida pode vir a ser objeto de manuseio inapropriado e o uso dos bancos de dados disponibilizados, pelos pesquisadores pode ser limitado.

Um caso especial dessa situação, e que demanda atenção adicional na hora de se registrar a metodologia, se apresenta quando há necessidade de mudanças metodológicas. Considerando que a sociedade está em constante transformação social, esta pode implicar a necessidade de ajuste na forma de captação da informação, sejam pesquisas ou registros administrativos. Isso representa, a rigor, um aprimoramento das fontes de dados. Nesse sentido, uma diretriz importante na produção e uso de informações é a sistematização de toda a documentação das bases de dados com o propósito de analisar os eventos ocorridos ao longo do tempo sem perder a dimensão histórica em que está referenciada a mudança metodológica<sup>7</sup>.

Para além da produção primária das informações, a transparência metodológica é igualmente importante quando da utilização de dados secundários. No caso da utilização das informações oriundas dos cadastros públicos e registros administrativos recomenda-se, por exemplo, que se registre a data de processamento da informação, pois a informação extraída reflete a posição dos dados

no momento que a informação é prestada. Esse aspecto é particularmente importante para os registros administrativos, como o Caged e o Seguro Desemprego, em que há a necessidade de reconhecimento da parcialidade temporal dos dados, ou seja, que eles podem se alterar se forem extraídos em outro momento do tempo. Além disso, cabe diferenciar e identificar fatores que podem ocasionar a sub-declaração e a declaração tardia, tanto para entender as implicações destas questões nos indicadores elaborados, em termos de relativização da sua capacidade de explicação, mas também com vistas a contribuir para o aprimoramento metodológico<sup>8</sup>, através do *feedback* entre usuários e produtores de informação. Estas questões são relevantes quando se trata de apurar a maneira mais adequada para a reconstituição de séries históricas, tendo em vista às características do banco de dados utilizado.

No que tange ao *envolvimento dos atores sociais*, este confere qualidade e validação social das informações produzidas, uma vez que eles são demandantes e beneficiários destas. Desde o início do processo de produção de informações, o DIEESE realiza atividades que envolvem o movimento sindical e a sociedade na elaboração de panoramas sobre os problemas do mercado de traba-

lho brasileiro. Esse diagnóstico participativo tem o propósito de captar aspectos não revelados diretamente pelas fontes usuais de informação, a partir da interação entre os atores sociais, bem como de realçar atributos qualitativos que se dão no processo dinâmico do mercado de trabalho. Além disso, as informações produzidas serão analisadas sob o prisma dos atores sociais beneficiários diretos desse levantamento. A essa etapa atribui-se o nome de validação social pelos atores sociais e constitui fator decisivo na relação com a sociedade quando o assunto é a revisão ocasionada por mudança metodológica. No processo de produção de informação, essa fase é indispensável para a apropriação da informação e a produção do conhecimento. Para que um instrumento seja de efetiva utilidade para a transformação social, precisa ser apropriado pelos sujeitos desta transformação.

Por fim, em relação à *cooperação institucional*, este é um princípio adotado pelo DIEESE na produção e uso de informações. Esta cooperação tem se materializado na ampliação do acesso às fontes de informações, na realização de uma pesquisa primária, na análise de aspectos do mercado de trabalho e, sobretudo, na constituição de redes de instituições preocupadas com a elaboração do adequado diagnóstico, análise do



mercado de trabalho e implementação de medidas de políticas públicas de mercado de trabalho. Esse princípio tem como estratégia o fortalecimento interinstitucional na disputa pelo acesso às informações estatísticas públicas, na constituição de uma rede de pesquisadores multidisciplinares para a análise do mercado de trabalho e na ampliação de parceiros na disputa da narrativa pública sobre os determinantes da desestruturação do mercado de trabalho e do subdesenvolvimento social, econômico e ambiental brasileiro.

Esses princípios são renovados cotidianamente na produção de co-

nhecimento da instituição e sua presença é verificada na mobilização da produção para temas pertinentes da agenda do trabalho, que se amplia consideravelmente, tornando-se imperativa a ampliação e a consolidação do conhecimento das bases de dados existentes na sociedade que contribuem para o reconhecimento da realidade do mercado de trabalho. Apenas para ilustrar, a política de valorização do salário mínimo e a discussão sobre os impactos da rotatividade no mercado de trabalho são dois exemplos de ampla mobilização interna de produção de informação para subsidiar essas ações de política nacional.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FIGUEIREDO, A., LÚCIO, C.G. **O DIEESE no século XXI. Revista Ciências do Trabalho**, nº 5. Escola do DIEESE: dez. 2015. 34 p.
- GOTTMANN, Jean. **A evolução do conceito de território.** Boletim Campineiro de Geografia, v. 2, n. 3. Campinas, 2012.
- HAESBERT, Rogério. **Territórios alternativos.** São Paulo: Contexto, 2006.
- IBGE. **Código de Boas práticas das estatísticas do IBGE.** 2013. 46p. Em.: [ftp://ftp.ibge.gov.br/Informacoes\\_Gerais\\_e\\_Referencia/Codigo\\_de\\_Boas\\_Praticas\\_das\\_Estatisticas\\_do\\_IBGE.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Informacoes_Gerais_e_Referencia/Codigo_de_Boas_Praticas_das_Estatisticas_do_IBGE.pdf)
- JANUZZI, P. de M. **Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações.** 2006.
- \_\_\_\_\_, **Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil.** In Revista do Serviço Público Brasília 56 (2): 137-160. Abr/Jun 2005.
- JÚNIOR, F. A. **Da necessidade à práxis: análise do Índice do Custo de Vida do DIEESE como processo de produção de conhecimento entre 1955 e 1964.** Dissertação de Mestrado. São Paulo: Faculdade de Educação da USP, 2010.
- SOJA, Edward William. **The political Organization of Space.** Washington, D.C: AAG Comission on College Geography. 1971.
- VALENTIM, Marta Lígia Pomim. **Equipes interdisciplinares na gestão da informação e conhecimento.** In: BAPTISTA, Sofia Galvão; MÜELLER, Suzana Pinheiro Machado (Orgs.). Profissional da informação: o espaço de trabalho. Brasília: Thesaurus, 2004. p.154- 176.

# O Observatório Nacional do Mercado de Trabalho: Trajetória Institucional e Premissas Metodológicas

Vinicius Lobo, Viviani Anze, Felipe Pateo, Mariana Almeida\*  
Augusto Albuquerque\*\*

## INTRODUÇÃO: SERVIÇOS PÚBLICOS DE EMPREGO E INFORMAÇÕES SOBRE MERCADO DE TRABALHO

O debate sobre a consolidação dos sistemas públicos de emprego ganha importância especialmente no período posterior à Segunda Guerra Mundial, quando os Estados e as Organizações Internacionais focam suas preocupações com a reorganização da produção, não mais para o esforço bélico, mas sim, para a produção de bens de consumo e de produção. Em 1944, a Organização Internacional do Trabalho (OIT), pensando na transição de uma economia de guerra para uma economia de paz, e considerando que isso implicaria em requalificação e realocação da mão de obra, publicou duas normas internacionais<sup>1</sup>: a Recomendação nº 71, sobre a organização do emprego (transição da guerra à paz) e a Recomendação nº 72, sobre o serviço público de emprego.

Segundo Ricca (1983), essas normas já indicavam uma mudança conceitual em relação à função que vinham desempenhando os serviços públicos de emprego no período entreguerras, quando passam a dar ênfase à promoção do emprego e à organização do mercado de trabalho, em substituição à ênfase ao auxílio aos desempregados individualmente. Essa nova orientação teórica que toma corpo nas normas de 1944, por sua vez, influenciou aquelas orientações que foram adotadas no pós-guerra, em 1948, e que dariam as bases definitivas para a organização dos serviços públicos de emprego nos países desenvolvidos.

\* Analistas de Políticas Sociais do Observatório Nacional do Mercado de Trabalho do Ministério do Trabalho.

\*\* Estagiário do Observatório Nacional do Mercado de Trabalho do Ministério do Trabalho.

1. As normas internacionais desenvolvidas pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) assumem a forma de convenções e recomendações internacionais sobre o trabalho. As convenções são tratados internacionais sujeitos à ratificação pelos Estados Membros da Organização. As recomendações são instrumentos não vinculativos – muitas vezes tratando dos mesmos assuntos das convenções – que definem a orientação das políticas públicas e ações nacionais. Desta forma, observa-se que as normas internacionais da OIT podem influenciar consideravelmente a legislação, as políticas públicas e as decisões judiciais adotadas a nível nacional, bem como as disposições das convenções coletivas de trabalho.

Assim, com as normas de 1948 – a Convenção OIT, nº 88; e a Recomendação OIT, nº 83 – a proposta de um serviço público de emprego ganha sua forma mais acabada e, conforme o Art. 1º da Convenção OIT, nº 88, este serviço passa a ter como tarefa essencial “a melhor organização possível do mercado de trabalho como parte integrante do programa nacional destinado a assegurar e manter o pleno emprego, assim como desenvolver e utilizar os recursos produtivos”. Conforme analisa Moretto (2007), essas normas, ao reafirmarem o sentido das mudanças na concepção teórica das normas de 1944, vão muito além da simples especificação de como organizar o serviço de emprego, como está expresso no título da Convenção nº 88. O desemprego passa a ser considerado como resultado do mau funcionamento da economia e não mais como uma adversidade do indivíduo e o pleno emprego passa a ser um objetivo concreto. A ação racional, realizada pelos serviços públicos de emprego, de organização do mercado de trabalho, retirando obstáculos e reduzindo os desequilíbrios, contribuiria assim para se atingir o pleno emprego. Dessa forma, o serviço de emprego passa então a justificar-se como um instrumento organizador e regulador do mercado de trabalho (RICCA, 1983).

O sistema público de emprego definido na Convenção nº 88 da OIT,

portanto, apesar de conservar a função social original desse tipo de serviço – de apoiar trabalhadores em situação de desemprego – passa a ter um novo objetivo, de caráter econômico, o de organizar o mercado de trabalho. Para isso, são detalhados os instrumentos básicos, necessários para atingir tal objetivo, entre os quais se destaca aquele expresso na alínea “c” do Art.6º: “recolher e analisar, em colaboração, se for necessário, com outras autoridades, assim como com os empregadores e os sindicatos, todas as informações de que se dispõe sobre a situação do mercado de emprego e sua evolução provável no país e nas diferentes indústrias, profissões ou regiões”. Assim, uma instância capaz de recolher e analisar informações sobre o mercado de trabalho é, por conseguinte, de acordo com a Convenção nº 88 da OIT, uma peça básica dos serviços de emprego, que devem dispor dela e colocá-la em interação com as demais políticas e ações, como, por exemplo, a intermediação de mão de obra e a qualificação profissional.

O Brasil ratificou a Convenção da OIT, de nº 88 em 25 de abril de 1957, e a instituição do Sistema Nacional de Emprego (Sine), por meio do Decreto nº 76.403, de 8 de outubro de 1975, é a regulamentação do conteúdo ratificado. Como consta no Decreto, em vigor até o presente

momento<sup>2</sup>, a principal finalidade do Sine é promover a intermediação de mão de obra, por meio da implantação de serviços e agências de intermediação de mão de obra em todo o país. O Decreto também prevê o desenvolvimento de uma série de objetivos específicos relacionados a essa finalidade principal, dos quais o primeiro a ser citado pelo Art. 3º do Decreto é o de “organizar um sistema de informações e pesquisas sobre o mercado de trabalho, capaz de subsidiar a operacionalização da política de emprego, em nível local, regional e nacional”. A organização de um sistema informações e pesquisas sobre o mercado de trabalho é, portanto, em linha com aquilo que está posto na Convenção nº 88, um dos objetivos do Sine, sendo, ademais, colocada como o instrumento que deve subsidiar a operacionalização da política pública de emprego e renda nos níveis local, regional e nacional.

Hoje, o Sine, por meio da Lei nº 8.016, de 11 de abril de 1990, é parte integrante do Programa Seguro-Desemprego, tal como coloca o Artigo 13º da Lei: “A operacionalização do Programa Seguro Desemprego, no que diz respeito às atividades de pré-triagem e habilitação de requerentes, auxílio aos requerentes e segurados na busca de novo emprego, bem como às ações voltadas para reciclagem profissional, será executada

prioritariamente em articulação com os Estados e Municípios, por meio do Sistema Nacional de Emprego (Sine), nos termos da lei” (BRASIL, 1990). E, como visto acima, os termos da Lei, no caso do Sine (e da Convenção nº 88 da OIT que o fundamenta), determinam que o sistema público de emprego deve dispor de um sistema de informações e pesquisas sobre o mercado de trabalho capaz de subsidiar a operacionalização das políticas públicas de emprego.

No caso brasileiro, há um grande conteúdo de informações sobre mercado de trabalho. Somente o Ministério do Trabalho (MTb) dispõe de quatro registros administrativos extremamente ricos, com informações sobre a movimentação no mercado de trabalho formal (celetista, estatutário e trabalhadores temporários), os beneficiários do seguro-desemprego e os trabalhadores atendidos pelo Sine, por meio, respectivamente, do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), do Sistema de Registro de Empresas de Trabalho Temporário (Sirett) e das informações do sistema Portal MTb Mais Emprego. Além disso, existem ainda bases de dados de outros órgãos produtores de informações, também oriundas de registros administrativos ou de pesquisas amostrais.

2. É importante destacar que o Ministério do Trabalho enviou ao Congresso Nacional, no primeiro semestre de 2016, um projeto de lei (PL 5.278) para reestruturar a organização e a gestão do Sistema Nacional de Emprego (Sine), que se encontra em tramitação e já foi aprovado em sua primeira comissão na Câmara dos Deputados.

No Brasil não há, portanto, uma carência de dados, pois existe uma grande variedade de fontes com informações sobre o mercado de trabalho, as quais, até hoje, foram muito pouco exploradas pela Secretaria de Políticas Públicas de Emprego do MTb (SPPE/MTb) no que se refere ao uso focado em subsidiar as tomadas de decisão dos atores envolvidos nos ciclos das políticas públicas de emprego. Nesse sentido, como afirma o Prof. Amilton Moretto, em sua tese de doutoramento intitulada “O sistema público de emprego no Brasil: uma construção inacabada”:

A existência de um Observatório do Mercado de Trabalho é importante para se articular esse conjunto de informações e produzir conhecimento. Ele pode ser o elo articulador entre os produtores de dados e os usuários, tanto públicos quanto privados. Ademais, pode mobilizar toda a competência existente no país para se criar uma rede de pesquisa que incentive a produção de análises nacionais, regionais e locais que contribua para subsidiar a formulação de políticas públicas de emprego e renda. Nesse sentido, cabe destacar a necessidade de o Observatório capacitar-se – tanto em termos de estrutura física como de pessoal – para poder antecipar-se a mudanças no mercado de trabalho e nas condições de contratação de mão de obra (MORETTO, 2007, p. 137).

O Observatório do Mercado de Trabalho, se devidamente estruturado, pode, portanto, prover um sistema de informações sobre mercado de trabalho ao serviço público de emprego brasileiro e contribuir com a governança das políticas públicas de emprego, sistema este que, desde que o Brasil ratificou a Convenção de nº 88 da OIT e instituiu o Sine, é uma tarefa pendente.

É importante que se destaque, também, a adequação da proposta de um Observatório do Mercado de Trabalho - visto como provedor de informações e conhecimento sobre mercado de trabalho - à natureza descentralizada da execução das políticas públicas de emprego no país. Tais políticas, em linha com o princípio da descentralização do Estado brasileiro presente na Constituição Federal de 1988, executam-se em parceria com os governos estaduais e municipais, conforme determinado pelas Leis nº 7.998 e nº 8.019, respectivamente de 11 de janeiro e 7 de abril de 1990, que regem a execução das políticas públicas de emprego, trabalho e renda.

Neste contexto, torna-se um insumo essencial para a gestão destas políticas um nível de conhecimento adequado sobre o mercado de trabalho, sobre os desempregados e sobre os trabalhadores inscritos no Sine, tanto por

parte dos gestores locais, quanto por parte dos atores da sociedade civil que devem exercer o controle social, em que se destaca aqui a institucionalidade das Comissões Estaduais e Municipais de Emprego<sup>3</sup>.

Assim, prover gestores estaduais e municipais e atores sociais envolvidos com o controle social da política pública com conhecimento adequado sobre a situação do mercado de trabalho nacional e local e sobre o público das políticas de emprego e de mercado de trabalho significa dar condições para que a governança das políticas públicas de emprego possa ser efetiva. Em última instância, a partir dessas informações, o Sine pode cumprir plenamente com a sua finalidade de organizar o mercado de trabalho nacional e promover o pleno emprego.

O presente artigo apresenta o processo de construção do Observatório Nacional do Mercado de Trabalho, instância responsável, no Ministério do Trabalho, pelo levantamento, análise e disponibilização de dados sobre o mercado de trabalho no âmbito do sistema público de emprego brasileiro, conforme definido em Portaria Ministerial nº 2.061 de 30/12/2014. Para melhor compreender este processo, destacam-se a trajetória institucional, premissas metodológicas, principais resultados e desafios enfrentados ao longo do

caminho. O texto está organizado em duas seções, além desta introdução e das considerações finais. Na seção seguinte, apresenta-se a trajetória institucional do Observatório Nacional do Mercado de Trabalho, apontando as dificuldades enfrentadas para a consolidação enquanto parte da estrutura do Ministério do Trabalho. Na segunda seção, discutem-se as premissas metodológicas para se alcançar efetividade nas ações do Observatório do Trabalho e apresenta-se a segunda versão do painel de monitoramento do mercado de trabalho. Por fim, são traçadas algumas considerações finais.

## 1. O OBSERVATÓRIO NACIONAL DO MERCADO DE TRABALHO: TRAJETÓRIA INSTITUCIONAL

O Observatório Nacional do Mercado de Trabalho (ONMT) foi criado em 2002, por intermédio da Portaria nº 339, de 23 de agosto, como uma “comissão técnica” ligada ao gabinete da Secretaria Executiva do então Ministério do Trabalho e Emprego. Seu objetivo, segundo a Portaria, seria o de “promover estudos sobre o processo de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas de trabalho, bem como de assessorar os órgãos do Ministério”. Além desse objetivo, de caráter mais geral, também são atribuídas 10 competências, como, por exemplo, “promover es-

3. No contexto dos anos 1990, dentro da lógica descentralizada de execução das políticas de emprego, trabalho e renda, foram criadas as Comissões Estaduais e Municipais de Emprego, em decorrência da criação do FAT e do Codefat e a determinação de que deveria haver uma estrutura correspondente em estados e municípios, de caráter tripartite (empresários, trabalhadores e governos) e que deveria ser a responsável pela elaboração de diagnósticos e propostas para a gestão das políticas de geração de trabalho e renda no nível local. Os critérios para reconhecimento das Comissões estaduais, distritais e municipais de emprego foram estabelecidos pelas Resoluções nº 63 (1994) e nº 80 (1995) do Codefat, as quais tiveram pequenas alterações por meio das Resoluções 114/96, 138/97, 227/99 e 270/01. em: Ministério do Trabalho. Disponível em: (<http://portal.mte.gov.br/codefat/comissoes-estaduais-e-municipais-de-emprego.htm>).



tudos sobre o mercado de trabalho”, “subsidiar a formulação de políticas públicas de emprego e renda”, “disponibilizar as informações existentes sobre mercado de trabalho no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego” e “subsidiar as ações da Seção Brasileira do Observatório do Mercado de Trabalho do Mercosul”.

Na verdade, a criação do Observatório Nacional do Mercado de Trabalho foi um desdobramento da criação, no ano de 1999, do Observatório do Mercado de Trabalho do Mercosul<sup>4</sup>, o qual pressupõe a existência de seções nacionais nos países membros. Nesse primeiro momento, destacou-se, na atuação do ONMT, o trabalho desenvolvido junto à assessoria internacional do Ministério. Como exemplo, entre as atividades desenvolvidas neste período, esteve o assessoramento à implantação do Observatório do Mercado de Trabalho do Timor Leste em 2011, a instituição da política de salário mínimo naquele país e, de forma continuada, as ações junto ao Observatório do Mercosul. Além disso, foi importante o assessoramento ao Gabinete do Ministro, no processo de elaboração da “Agenda Nacional do Trabalho Decente”, dos seminários regionais e nacionais, que culminaram no “Plano Nacional do Trabalho Decente”, sendo o Brasil o único país a instituir um plano específico para esta agenda.

É preciso destacar, contudo, que, mesmo com os resultados mencionados, a trajetória institucional do Observatório tem sido marcada por descontinuidades, relacionadas às mudanças nos ocupantes dos cargos da alta gestão do Ministério. A principal razão para a descontinuidade tem sido o grau insuficiente de institucionalidade conferido ao Observatório, pois o seu instrumento de criação não o vinculou à estrutura organizacional do Ministério, mobilizando-se, então, para a sua coordenação, cargos de direção e assessoramento superiores.

Este desenho institucional vinha levando à desmobilização da coordenação do Observatório a cada troca de direção do Ministério, dificultando ou impossibilitando processos de transição com garantia de continuidade e aproveitamento do legado da gestão anterior.

A partir de 2013, a coordenação do ONMT passou a ser realizada por servidores de carreira, vinculados ao Gabinete da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego, o que deu início a um processo de reestruturação, com o objetivo de consolidá-lo enquanto ferramenta de acompanhamento do mercado de trabalho e das políticas públicas de trabalho, emprego e renda, de forma a subsidiar o planejamento das ações da Secre-

4. Segundo o *site* do Observatório do Mercado de Trabalho do Mercosul, este constitui “um órgão técnico permanente de informação e consulta das questões relacionadas com o mercado de trabalho, de caráter público e de gestão por parte do setor governamental e com participação tripartite (governo, empresários e trabalhadores). O Observatório é formado por seções nacionais da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. A coordenação é de responsabilidade dos Ministérios do Trabalho de cada país, ou do organismo responsável pelas políticas trabalhistas do país membro. O ONMT é um órgão auxiliar do Grupo Mercado Comum. Suas reuniões regionais, nas quais participam os responsáveis governamentais pelos ministérios do trabalho e os representantes dos atores sociais (empregadores e trabalhadores) se realizam semestralmente no quadro das reuniões dos órgãos sócio laborais (SGT 10, CSL e Ganemple) no país que tenha a Presidência Pro-Tempore do Mercosul. O ONMT foi institucionalizado como o órgão técnico consultivo do Grupo de Alto Nível da Estratégia Mercosul para Crescimento do Emprego (Ganemple). O Objetivo Geral do Observatório é facilitar a tomada de decisões sobre o mercado de trabalho, incentivando a produção, coleta, análise e divulgação de informação sobre o mercado de trabalho no Mercosul, entendendo como tal, entre outras as relativas ao emprego, às migrações de trabalho, à formação profissional, à segurança social, às normas reguladoras dos mercados de trabalho e às políticas e programas públicos que lidam com estas áreas temáticas” (OBSERVATÓRIO DO TRABALHO DO MERCOSUL. Disponível em: [www.observatorio.net/pt](http://www.observatorio.net/pt)).



taria de Políticas Públicas de Emprego (SPPE/MTb) e das Secretarias do Trabalho dos governos subnacionais. Isso fez com que, em 2014, uma nova portaria fosse editada, a já citada Portaria do Ministério do Trabalho nº 2.061, de 30 de dezembro, publicada no DOU de 02 de janeiro de 2015, que instituiu formalmente o Observatório junto ao Gabinete da SPPE, embora a alteração referente a sua incorporação na estrutura regimental da secretaria não tenha sido realizada até o presente momento.

O Observatório passou, então, pela ampliação da equipe técnica com servidores concursados, pela retomada e ampliação das suas atividades e das parcerias com outras instituições, entre elas com o DIEESE e com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), esta última orientada para a produção de estudos sobre o mercado de trabalho e para a avaliação de políticas e programas sob responsabilidade da SPPE.

O Convênio firmado entre o MTb e o DIEESE, em 2014, prevê uma meta específica voltada para o fortalecimento do Observatório Nacional do Mercado de Trabalho, no sentido da constituição da Rede Nacional de Observatórios do Trabalho. Contudo, no conjunto das metas do convênio, serão desenvolvidos instrumentos (anuários estatísticos, sistemas de

consultas, metodologias), indicadores e informações, estudos, formação de gestores e conselheiros, entre outros subsídios que contribuirão, sobretudo com os propósitos do ONMT.

Além disso, o Observatório desenvolveu uma plataforma para o monitoramento analítico do mercado de trabalho, incorporando, na ferramenta desenvolvida em *software* livre e de atualização mensal, informações oriundas da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) e do Sistema de Registro de Empresas de Trabalho Temporário (Sirett), de forma a disponibilizar, não só a movimentação do emprego, como também o rendimento, em diversos níveis de desagregação geográfica e setorial<sup>5</sup>. Por meio dessa mesma parceria, de maneira automatizada e coordenada por sua equipe técnica, o Observatório faz o envio regular de Boletins sobre os mercados de trabalho locais para todos os convenientes da SPPE, além dos conselheiros municipais e estaduais do trabalho e entidades econômicas. O envio do boletim é feito, hoje, para mais de 10.000 instituições, em todo país. Além da importância de garantir, de maneira amigável, aos gestores subnacionais, o acesso a informações sobre o mercado formal de trabalho local e nacional, tais iniciativas possibilitaram uma aproximação entre

5. Disponível em:  
<mercadodetrabalho.mte.gov.br>.  
Acesso em: 01 de dezembro de 2016.

esses gestores que, graças ao debate sobre tais ferramentas, agora mantém um fluxo contínuo de comunicação.

Devido a esse trabalho de reestruturação, com a publicação do Decreto nº 8.893, em 03 de novembro de 2016, que aprovou a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções de confiança do Ministério do Trabalho, o Observatório Nacional do Mercado de Trabalho foi finalmente institucionalizado, passando a ter atribuições no quadro de competências da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego. Esta deve agora, segundo o inciso VIII do art. 14º do mesmo decreto, “promover o desenvolvimento da Rede de Observatório do Trabalho”; e também, atuar no quadro de competências do Departamento de Emprego e Renda, o qual a partir de agora deve, segundo o inciso VI do art. 15º, “supervisionar, orientar e coordenar as atividades do Observatório Nacional do Mercado de Trabalho e elaborar informações estatísticas e indicadores da evolução do mercado de trabalho e emprego, de análises, pesquisas e relatórios capazes de subsidiar a formulação de políticas públicas de trabalho, emprego e renda”.

Com essa institucionalização, espera-se que as ações hoje em curso no ONMT possam ter continuidade

e, assim, passem a incidir cada vez mais sobre a gestão das políticas públicas de emprego, trabalho e renda e, dessa forma, qualificá-las para que entreguem melhores resultados aos trabalhadores e empregadores.

## 2. PREMISSAS METODOLÓGICAS

A missão do ONMT é aprimorar a administração das políticas públicas de emprego, trabalho e renda, o que procura fazer com a disponibilização de um programa/política de alcance nacional, capaz de produzir e disseminar conhecimento e informação significativa para o planejamento e a gestão de tais políticas.

Por ter o aprimoramento da gestão como seu fim, as informações e o conhecimento produzido no âmbito do observatório nacional precisam observar pelo menos quatro premissas, que são o ponto de partida para qualquer discussão metodológica.

A primeira é a necessidade de que as informações produzidas sejam significativas do ponto de vista da gestão das políticas públicas de emprego, trabalho e renda, ou seja, precisam expor aspectos da realidade local que induzam o gestor a refletir sobre iniciativas, no âmbito da execução da política, que melhorem os seus resultados. As informações e o conhecimento desenvolvido precisam,

portanto, ser produzidos de uma maneira que permita ao gestor, ou ao representante da sociedade civil envolvido com a política, perceber a possibilidade de uma intervenção por parte do poder público naquele aspecto em particular.

A segunda premissa tem a ver com a forma de disposição, apresentação e fácil usabilidade das informações, garantindo que elas estejam dispostas em interfaces cuja compreensão seja a mais intuitiva possível. Trata-se de um pré-requisito para que as análises produzidas possam ser absorvidas pelos gestores públicos locais e representantes da sociedade civil, um público-alvo não acadêmico, e aplicadas na implementação de políticas públicas.

A terceira premissa é a de promoção do diálogo social. Além de serem significativas e de fácil assimilação, espera-se que as informações disponibilizadas facilitem e qualifiquem a interação entre gestores públicos e representantes dos trabalhadores e empregadores nos espaços de interlocução institucionalizados ou não, tais como seminários, oficinas, reuniões das comissões estaduais e municipais de emprego etc. Desta forma, permite-se que os debates ocorram a partir de dados confiáveis e atualizados.

A última premissa que é considerada central ao trabalho do ONMT refe-

re-se à importância de disponibilizar o conteúdo de maneira customizada, tempestiva, automatizada e com baixo custo operacional e de manutenção. Estas características pressupõem a utilização de ferramentas de Tecnologia de Informação e Comunicação adequadas que viabilizem o processamento ágil de grandes volumes de dados, de forma a propiciar a disponibilização de informações customizadas para todas as Unidades Federativas do Brasil.

Feita a apresentação dessas premissas básicas, pode-se concluir essa sessão apresentando alguns aspectos da segunda versão do painel de monitoramento do mercado de trabalho, que está sendo desenvolvido, nesse momento, por meio de uma parceria com o Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Universidade de Brasília (CDT/UnB) e cujo lançamento está previsto para o primeiro semestre de 2017.

Como destacado na primeira seção do texto, em julho de 2015, o ONMT disponibilizou, em seu sítio *online*, a primeira versão do painel de monitoramento do mercado de trabalho, criado para apoiar a gestão estadual e municipal das políticas públicas de emprego, trabalho e renda. O painel foi concebido para integrar e organizar, em um ambiente único e de fácil utilização, dados que possam ajudar

os gestores estaduais e municipais, além de conselheiros de políticas de emprego e entidades da sociedade civil ligadas ao mundo do trabalho, a formular suas respectivas estratégias de inclusão produtiva e combate ao desemprego. Nesta primeira versão, ele traz informações mensalmente atualizadas, para todos os estados e para cada um dos 5.570 municípios brasileiros, sobre dois eixos: a movimentação do mercado de trabalho formal e a evolução do rendimento auferido pelos seus trabalhadores.

O principal objetivo dessa iniciativa foi ampliar o acesso a informações sobre mercado de trabalho e, assim, qualificar a gestão das políticas de emprego e a participação dos atores que exercem o controle social. A segunda versão, em desenvolvimento, como já mencionado, está sendo projetada para abranger um espectro ampliado de variáveis relacionadas ao mercado de trabalho e para integrar bases de dados externas ao MTb, as quais permitirão ampliar as análises para além do mercado de trabalho formal.

Tendo em vista a relevância dos gestores locais na tomada de decisões a respeito das políticas públicas de emprego, bem como a grande diversidade de dinâmicas e realidades regionais e territoriais do mercado de trabalho no Brasil, uma primei-

ra decisão tomada foi a de trabalhar com informações estatísticas que pudessem ser divulgadas, no mínimo com agregação estadual e, quando possível, municipal (restrição especialmente para os dados provenientes de pesquisas amostrais).

Além disso, optou-se por um modelo de painel automatizado, programado para gerar automaticamente um conjunto de indicadores pré-selecionados sobre o mercado de trabalho, com abrangência geográfica para todas as unidades da federação. Desta forma, com a orientação metodológica do Observatório Nacional, cabe aos gestores e à sociedade civil local a interpretação dos dados e sua transformação em diretrizes de políticas públicas.

Também, por tratar-se de um painel de abrangência nacional, optou-se ainda por trabalhar apenas com bases de dados que tenham abrangência para todo o território do país. Não obstante, sendo papel do Observatório Nacional fomentar uma rede de observatórios estaduais e municipais, é possível e até recomendável, que as informações disponibilizadas no painel de monitoramento possam ser complementadas futuramente por registros administrativos e pesquisas amostrais de abrangência regional pelos observatórios membros da Rede.

Após definição das temáticas abordadas (processo a ser tratado mais a frente), foram selecionadas as seguintes bases de dados: a) de produção do próprio Ministério do Trabalho, a Rais, o Caged, a BG-IMO (base de gestão da intermediação de mão de obra), a BG-SD (base de gestão do seguro-desemprego) e o Cadsol (cadastro de empreendimentos de economia solidária); b) do IBGE, são utilizados os dados da Pnad anual e contínua e os dados das Contas Regionais do Brasil; c) do Sebrae, agrega-se a base dos Microempreendedores Individuais - MEI e; d) do MDS, agrega-se a base do Cadastro Único.

Percebe-se, pelas bases selecionadas, que se buscou aproveitar ao máximo os registros administrativos produzidos pelo Ministério do Trabalho, mas também agregar a utilização de pesquisas amostrais que permitem verificar o comportamento das posições informais e não-assalariadas. Mesmo com o avanço da formalização nos anos 2000, a relevância do trabalho informal continua sendo uma característica marcante do mercado de trabalho brasileiro que, como o de outros países em desenvolvimento, é marcado pela heterogeneidade ocupacional (POCHMANN, 2014; KREIN E PRONI, 2010).

Outra característica presente na realidade brasileira, cuja evolução se

buscou apresentar neste painel, são as desigualdades estruturais do mercado de trabalho. Sempre que a informação esteve disponível e com significância estatística, buscou-se apresentar os indicadores do mercado não só para o conjunto da população, mas também para os diferentes grupos populacionais a partir de recorte por gênero, raça/etnia, faixa etária e para pessoas com deficiência (ABRAMO, 2006; CORSEUIL E FRANCA, 2015). Ao se agrupar essas informações em segmentos específicos, busca-se permitir ao gestor público e à sociedade civil organizada observar quais ações públicas ainda são necessárias para reduzir e buscar a eliminação dessas desigualdades.

De forma geral, os indicadores construídos foram organizados em cinco eixos (sendo dois destes divididos em oito subeixos), cujas informações estão organizadas em relatórios e painéis que serão atualizados periodicamente (trimestralmente). Os recortes temporais utilizados foram: informações do presente; evolução no curto prazo (últimos oito trimestres); e evolução no médio prazo (últimos seis anos). Este recorte visou permitir a observação de mudanças conjunturais e características estruturais do mercado de trabalho.

Na definição dos eixos (Figura 1) identificou-se dois eixos com in-

formações de dimensões externas ao mercado de trabalho, mas cujo comportamento tem impacto direto sobre ele, que são os eixos relativos à caracterização demográfica e à caracterização econômica. Neste último eixo, são analisados indicadores como elasticidade emprego-produto, produtividade do trabalho e distribuição funcional da renda.

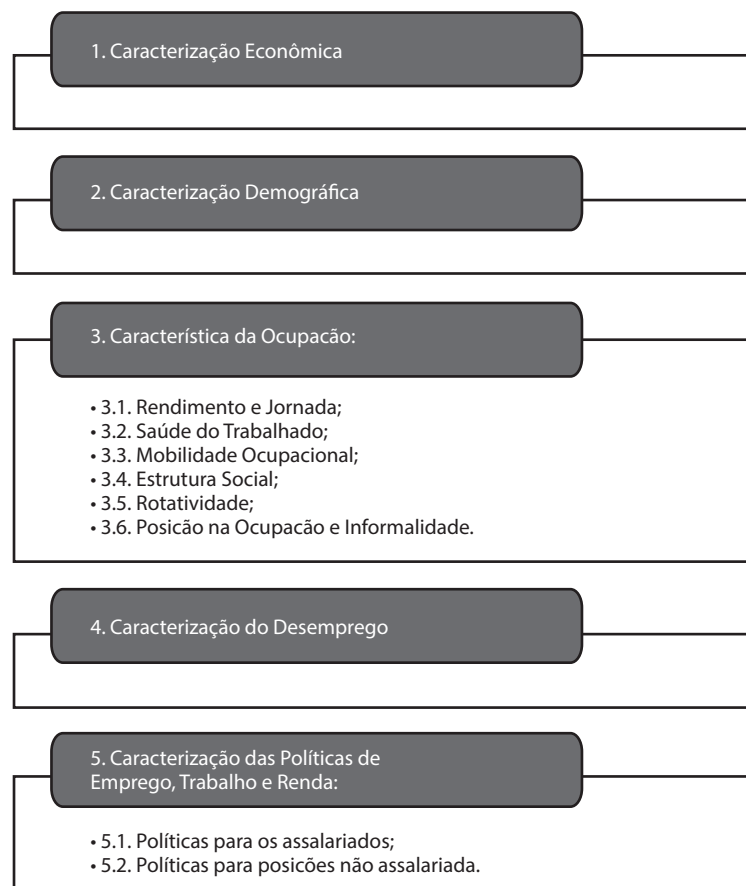
Na sequência, estabeleceu-se um grande eixo referente às características da ocupação, que se subdividiu em seis subeixos distintos (rendimento e jornada, saúde do trabalhador, mobilidade ocupacional, estrutura setorial, rotatividade e flexibilidade e posição na ocupação e informalidade). Outro eixo definido, de relevância direta para análise do mercado de trabalho, é o da caracterização do desemprego, sua evolução e perfil dos desempregados.

Por fim, agregou-se um eixo a respeito das políticas públicas de emprego, trabalho e renda, subdividido em políticas para os assalariados (seguro-desemprego, intermediação de mão de obra e jovem-aprendiz) e políticas para posições não-assalariadas (microcrédito produtivo orientado, microempreendedorismo individual e economia solidária). Segue abaixo quadro síntese dos eixos:

Destaca-se que os indicadores construídos para cada um destes eixos te-

máticos são fruto de um processo de construção coletiva, em que a equipe do Observatório Nacional do Mercado de Trabalho contou com a participação e colaboração de professores e técnicos de cinco universidades federais, do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Pará, do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão, do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade

**FIGURA 1**  
**Nova versão do painel de monitoramento do mercado de trabalho: eixos temáticos e subeixos**





Federal de Campina Grande, do Instituto de Filosofia, Sociologia e Política da Universidade Federal de Pelotas e do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Pernambuco, e dos técnicos do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE).

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O caminho percorrido pelo Observatório Nacional do Mercado de Trabalho nos últimos anos e o lançamento da segunda versão, ampliada e detalhada, do Painel de Monitoramento do Mercado de Trabalho marcam a conclusão de uma primeira etapa desse processo de construção, com a institucionalização e a disponibilização de uma ferramenta robusta e acessível, que permite a apresentação de uma gama ampla de informações e deixa aberta a possibilidade de seus usuários terem conhecimento consolidado sobre o mercado de trabalho do seu território.

Esta é uma etapa que nunca estará plenamente concluída, pois é somente a partir da efetiva disseminação, apropriação, e uso das informações disponibilizadas que será possível perceber as necessidades de aprimoramento e desenvolvimento dos indicadores e relatórios realizados. Além desse constante aprimoramen-

to, o principal desafio para que o Observatório possa apresentar uma contribuição para a estruturação do Sistema Público de Emprego é a disseminação das informações e do uso delas para os gestores públicos locais e estaduais.

Nesse sentido, apresentam-se alguns caminhos ainda a percorrer. Em primeiro lugar, é preciso reconhecer que a ferramenta construída gera informações com certo grau de detalhamento e periodicidade para todas as unidades da federação, mas para serem aplicados, os resultados produzidos requerem um esforço de interpretação e análise que não é trivial.

Desta forma, entende-se que um próximo passo necessário é a construção de um caderno metodológico da segunda versão do Painel do Mercado de Trabalho, que contenha orientações sobre como as informações produzidas podem ser utilizadas para a tomada de decisão de intervenção em políticas públicas estaduais e municipais. O ideal é que esse processo de construção seja feito de forma participativa, contando com gestores públicos que estejam já envolvidos com essas políticas e especialistas técnicos de universidades e institutos de pesquisa.

A disseminação da ferramenta é um processo e desafio constante a ser fa-



cilitado com a produção do caderno metodológico. Essa disseminação deve abranger, prioritariamente, gestores públicos e membros das comissões municipais e estaduais de emprego, podendo ser realizada por meio de oficinas e eventos de sensibilização. Seu objetivo final deve ser a montagem de uma estrutura nos órgãos locais responsáveis pelas políticas públicas de trabalho e renda, capacitada para analisar as informações e propor mudanças nas políticas. Para contribuir neste processo é fundamental também que o Ministério do Trabalho utilize sua capacidade de órgão coordenador do sistema,

induzindo seus parceiros a prever a criação dessas estruturas como pressuposto necessário à racionalização da ação pública e aumento da efetividade da política.

Espera-se com isso permitir o correto planejamento das ações públicas, com a estruturação de políticas de qualificação, intermediação de mão de obra, aprendizagem, fomento ao empreendedorismo e à economia solidária adequadas às dinâmicas e tendências dos mercados de trabalho locais, de forma a melhorar o atendimento às necessidades de geração de emprego e renda para os trabalhadores.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMO, Laís. Desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho brasileiro. **Cienc. Cult.**, São Paulo, v. 58, n. 4, dez. 2006
- BRASIL. Câmara dos Deputados. **Lei 7.998**. 1990. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L7998.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7998.htm)>.
- CORSEUIL, Carlos Henrique L; FRANCA, Maíra A. P. **Inserção dos jovens no mercado de trabalho brasileiro: evolução e desigualdades no período 2006 – 2013**. Brasília: OIT, 2015
- KREIN, D.; PRONI, M. **Economia informal: aspectos conceituais e teóricos**. Brasília, DF: OIT, 2010. Documento de Trabalho n. 4 da série Trabalho Decente no Brasil.
- MORETTO, Amilton José. **O sistema público de emprego no Brasil: uma construção inacabada**. Tese (Doutorado) - Instituto de Economia, Unicamp, Campinas, 2007.
- OBSERVATÓRIO DO TRABALHO DO MERCOSUL. Disponível em: [www.observatorio.net/pt](http://www.observatorio.net/pt).
- OBSERVATÓRIO NACIONAL DO MERCADO DE TRABALHO. **Painel de monitoramento do mercado de trabalho**. Disponível em: <http://mercadodetrabalho.mte.gov.br/pentaho/api/repos/:public:SPPE:INDEX.xaction/generatedContent>. Acesso em 01 dez. 2016.
- POCHMANN, M.. Brasil: segunda grande transformação no trabalho?. **Estudos Avançados** (USP. Impreso), São Paulo, v. 28, p. 1-292, 2014.
- RICCA, S. **Los servicios de empleo**. Suíça, Genebra: OIT, 1983.

# A experiência do Observatório do Mercado de Trabalho da Paraíba: entre escolhas metodológicas e desafios futuros

Mario Henrique Ladosky\*

Nadine Gualberto Agra\*\*

## APRESENTAÇÃO

O presente artigo tem como objetivo sintetizar o processo de desenvolvimento operacional e analítico do Observatório do Mercado de Trabalho da Paraíba – OMT-PB, de modo que seja explicitado como surgiu, os principais objetivos, as linhas de pesquisa e os indicadores acompanhados, enfim, a metodologia que norteia o trabalho como um todo, bem como os desafios postos. Além das questões operacionais, pretende-se ainda, demonstrar, sucintamente, alguns resultados alcançados em termos analíticos, levando-se em consideração a realidade do mercado de trabalho paraibano, a partir dos dados levantados pela equipe em 2016. Com isso, pretende-se, contribuir para o trabalho realizado pelas demais unidades da Rede de Observatórios do Trabalho, visando uma articulação mais sólida e frutífera.

Ele se divide em três seções. A primeira trata do histórico de criação do OMT-PB, no final de 2015, como parte de uma cooperação entre a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e o Ministério do Trabalho (MTb), que envolve outras quatro universidades.

A segunda seção apresenta parte do debate que os vários Observatórios destas universidades e o Observatório Nacional do Mercado de Trabalho (ONMT) do MTb têm realizado, e a elaboração de indicadores sobre mobilidade ocupacional e saúde do trabalhador que o OMT-PB fez, dentro desse esforço coletivo do projeto de cooperação.

\* Professor da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (UACS-UFCG), e credenciado no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS-UFCG). Coordenador do Observatório do Mercado de Trabalho da Paraíba.

\*\* Professora do Departamento de Administração e Economia da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Coordenadora do Observatório do Mercado de Trabalho da Paraíba.

Na terceira seção apresenta-se, sucintamente, uma breve análise do mercado de trabalho da Paraíba, em especial sobre os municípios escolhidos no âmbito do projeto para receberem acompanhamento e subsídio do OMT-PB na elaboração de políticas públicas de emprego, trabalho e renda em nível local.

Ao final, apresentam-se algumas considerações ressaltando o desafio maior do OMT-PB, que é o de empoderar os atores envolvidos – gestores, representantes de trabalhadores e de empregadores – e, com isso, fortalecer o espírito do tripartismo na elaboração de políticas públicas de emprego, trabalho e renda em nível local.

## **1. A CONSTITUIÇÃO DO OBSERVATÓRIO DO MERCADO DE TRABALHO DA PARAÍBA**

O Ministério do Trabalho - MTb tem como competência institucional a elaboração e acompanhamento de políticas públicas de geração de emprego e renda, bem como de apoio ao trabalhador. Nesse universo de competências, cabe a Secretaria de Políticas Públicas de Emprego - SPPE, entre outras atribuições, subsidiar a formulação de políticas de emprego e qualificação profissional, e ainda, planejar, monitorar e avaliar programas relacionados à geração de emprego e renda. Levando-se em

consideração a complexidade de tais atribuições, na SPPE levantou-se a necessidade de conhecer mais profundamente a realidade do mercado de trabalho nacional nas suas mais variadas configurações, de modo que o conhecimento produzido pudesse subsidiar as ações da secretaria, sobretudo, no tocante ao enfrentamento da informalidade no mercado de trabalho.

A partir dessa necessidade de conhecimento, no âmbito da SPPE, foi instituída uma comissão técnica denominada Observatório Nacional do Mercado de Trabalho - ONMT, tendo como objetivos: promover estudos sobre o processo de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas de trabalho, emprego e renda, bem como assessorar os órgãos do Ministério do Trabalho (BRASIL, 2014).

O ONMT, então, tem como competência: 1) promover estudos sobre o mercado de trabalho e as políticas públicas de geração de emprego e renda; 2) subsidiar a formulação de políticas públicas de emprego e renda, bem como efetuar estudos e avaliação de seus impactos; 3) proceder à interlocução com instituições de estudo e pesquisas e centros produtores de estatísticas, cujas ações estejam voltadas para o mercado de trabalho, entre outras.

Em suma, trata-se de um órgão articulador da produção de conhecimento sobre o mundo do trabalho, direcionando a produção destes conteúdos à sua aplicação para a gestão de políticas públicas de emprego.

No entanto, diante da grande diversidade da realidade nacional nos seus mais variados aspectos, faz-se estratégico que a produção do conhecimento ocorra de maneira capilarizada, daí a necessidade de parcerias com instâncias locais, a exemplo das universidades federais, instituições com condições de desenvolver um trabalho com garantia de excelência e continuidade. Assim, para a elaboração de dados regionais e locais, o MTb buscou se apoiar na *expertise* de pesquisa do pessoal docente nas instituições federais de ensino superior.

De uma dessas parcerias surgiu o Observatório do Mercado de Trabalho da Paraíba (OMT-PB), que começou a ser gestado no XIV Encontro Nacional da Associação Brasileira para Estudos do Trabalho (Abet), em setembro de 2015, realizado na Universidade de Campinas (Unicamp), quando técnicos do Observatório Nacional do Mercado de Trabalho do Ministério do Trabalho (ONMT/MTb) e do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – DIEESE – propuseram uma atividade para

apresentar o projeto e as necessidades de expansão da Rede Observatórios do Trabalho.

Contudo, o OMT-PB foi criado, efetivamente, em dezembro de 2015, com a assinatura do termo de cooperação firmado entre a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e o então Ministério do Trabalho e Previdência Social, especificamente, no âmbito da Secretaria de Política Pública de Emprego – SPPE, como explicado anteriormente. Institucionalmente, localiza-se na Unidade Acadêmica de Ciências Sociais – UACS, do Centro de Humanidades – CH, da UFCG. Enquanto atividade de pesquisa integra-se ao Grupo de Pesquisa Trabalho, Desenvolvimento e Políticas Públicas - TDEPP, iniciativa do Prof. Dr. Roberto Vêras de Oliveira.

Desse modo, o OMT-PB compõe uma rede coordenada pelo MTb juntamente com outras universidades públicas federais, a saber: Universidade Federal de Pelotas – UFPel, Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Universidade Federal do Maranhão – UFMA e Universidade Federal do Pará – UFPA.

No tocante aos seus objetivos, o OMT-PB propõe, no primeiro momento, produzir conhecimento acerca do mercado de trabalho no estado

da Paraíba, para, em seguida, subsidiar os gestores públicos municipais, representantes da classe empresarial, dos trabalhadores, bem como as Comissões Municipais de Emprego Trabalho e Renda com dados que lhes auxiliem no diagnóstico e na proposição de políticas públicas. Os dados do OMT-PB, portanto, são produzidos tendo em vista a promoção do diálogo social de forma tripartite, buscando sempre envolver os mais variados atores.

## 2. ASPECTOS METODOLÓGICOS

Pretende-se, aqui, destacar tanto as questões relativas à proposta metodológica para produção de conhecimento local, quanto o processo de escolha e acompanhamento dos indicadores realizado de forma articulada com a rede nacional. Inicialmente, destaca-se que, sendo realizada em rede, a pesquisa dos Observatórios possui um eixo central e eixos temáticos. O primeiro volta-se à análise de indicadores socioeconômicos locais; e o segundo, a questões específicas de cada localidade, ficando, portanto, discricionário aos pesquisadores de cada região, de acordo com seus interesses de estudo em consonância com as peculiaridades do local.

No que diz respeito à elaboração dos indicadores do *eixo central da pes-*

*quisa*, destaca-se o fato desses terem sido escolhidos como fruto de um esforço coletivo de todos os Observatórios criados nas universidades federais a partir de 2015, coordenados pelo ONMT, com o apoio técnico do DIEESE.

Como apresentado na Figura 1 do artigo anterior, após várias reuniões com representantes de cada observatório, realizadas no MTb, em Brasília, foram definidos os eixos e subeixos temáticos para elaboração dos indicadores pelos Observatórios do Trabalho das Universidades Federais<sup>1</sup>.

A ideia central que norteou a escolha dos indicadores foi a necessidade de se gerar uma base de conhecimentos que refletisse aspectos estruturais de cada localidade, com as devidas diferenciações da realidade socioeconômica e do mercado de trabalho. No entanto, uma análise estrutural sem prescindir questões conjunturais, de maneira que as oscilações do mercado de trabalho também possam ser contempladas como objeto de estudo. Logo, entende-se que a observação conjunta de questões estruturais e conjunturais ajudará a compreensão mais detalhada de cada região, possibilitando que potencialidades e vulnerabilidades dos diversos mercados de trabalhos sejam evidenciadas e devidamente contempladas em futuras políticas públicas.

1. Eixos e subeixos de pesquisa dos Observatórios do Trabalho das Universidades Federais: 1. Caracterização econômica; 2. Caracterização demográfica; 3. Características da ocupação (3.1 Rendimento e Jornada; 3.2 Saúde do Trabalhador; 3.3 Mobilidade Ocupacional; 3.4 Estrutura Setorial; 3.5 Rotatividade e Flexibilidade; 3.6 Posição na Ocupação e Informalidade); 4. Caracterização do desemprego; e 5. Caracterização das políticas de emprego, trabalho e renda (5.1 Políticas para os assalariados; 5.2 Políticas para posições não assalariadas).

Após a escolha dos eixos, cada Observatório local e o ONMT assumiu dois dos eixos ou subeixos para elaborar uma proposta de dicionário de indicadores, conforme demonstra o Quadro 1. Nessa divisão de tarefas, coube à equipe do OMT-PB os subeixos “mobilidade ocupacional” e “saúde do trabalhador”.

Seguindo a ideia central do grupo, em ambos os temas, considerou-se que os indicadores deveriam refletir mais a condição *estrutural* da mobilidade ocupacional e da saúde do trabalhador, fazendo interface com outros eixos que retratem uma dinâmica mais conjuntural como, por exemplo, de “rotatividade e flexibilidade”. Porém, deve-se sempre pensar em ajustes para que tais interfaces entre os eixos não resultem, de fato, em sobreposição ou vieses contraditórios na mirada sobre o mercado de trabalho. Em termos metodológicos, optou-se por utilizar a base de dados da Rais como principal fonte para os indicadores nos subeixos.

A compreensão estrutural da mobilidade ocupacional, assim, passa pela identificação dos mais variados fluxos de “entrada” e “saída” do mercado de trabalho que denotem um movimento em sua constância, de modo a reconhecer o perfil daque-

les que têm maior probabilidade de uma trajetória de ascensão ou de descenso no decorrer dos anos, e quais variáveis mais contribuem para isso. Foram considerados, por exemplo, fluxos de trabalhadores que entram e permanecem no mercado de trabalho com o mesmo vínculo; os que entram e permanecem mudando de vínculo; os que saem e retornam; os que saem e não retornam; os que saem e procuram tornar-se Microempreendedores Individuais (MEI); os que saem e tornam-se beneficiários do Programa Bolsa-Família etc. Foi ainda proposto cruzar tais fluxos com as características pessoais, as características do vínculo, o município, as probabilidades de inclusão e de exclusão etc. Os indicadores do eixo “mobilidade ocupacional” estão listados no Quadro 2<sup>2</sup>.

Com tal perspectiva, foi proposto um corte transversal para acompanhar determinados anos (1991, 1995, 1999, 2003, 2009 e 2015), que tiveram capacidade de inflexão sobre trajetórias individuais no mercado de trabalho: início do governo Collor (1991); início do Plano Real e sua crise (1995 e 1999); início do governo Lula (2003) e sua dinâmica até o enfrentamento da crise financeira global (2009), e seu maior impacto sobre a economia brasileira (2015).

2. Estes indicadores estão em processo de desenvolvimento. Ainda não foram testados, nem proposto uma fórmula de cálculo.



## QUADRO 1

### Divisão de atividades entre observatórios

Eixos / atividade	Responsável
Definir indicadores para o Eixo de “Caracterização Econômica” e o Subeixo de “Rendimento e Jornada” do Eixo de Caracterização da Ocupação.	Observatório – UFPA
Definir indicadores para o Eixo de “Caracterização Demográfica e da Atividade”.	Observatório – UFMA
Definir indicadores para o Eixo de “Caracterização das Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda”.	Observatório – UFPE
Definir indicadores para o Eixo de “Caracterização do Desemprego” e do Subeixo “Posição na Ocupação e Informalidade” do Eixo de Caracterização da Ocupação.	Observatório – UFPel
Definir indicadores para o Subeixo “Saúde do Trabalhador” e “Mobilidade Ocupacional” do Eixo Caracterização da Ocupação	Observatório – UFCG
Definir indicadores para o Subeixo “Estrutura Setorial” e “Rotatividade e Flexibilidade” do Eixo Caracterização da Ocupação	ONMT

## QUADRO 2

### Indicadores de mobilidade ocupacional

#### Indicadores

Número de trabalhadores que saíram e não retornaram ao mercado formal;

Número de trabalhadores que saíram e não retornaram ao mercado formal (em percentual);

Características pessoais dos trabalhadores que saíram e não retornaram ao mercado formal;

Características dos vínculos dos trabalhadores que saíram e não retornaram ao mercado formal;

Identificação dos trabalhadores com maior probabilidade a sair e não retornar ao mercado formal;

Número de trabalhadores que saíram e não retornaram ao mercado formal, cadastrados como microempreendedores individuais;

Número de trabalhadores que saíram e não retornaram ao mercado formal, cadastrados como beneficiários do Programa Bolsa Família;

Número de trabalhadores que saíram e não retornaram ao mercado formal que procuraram uma agência do MTb/Sine;

Número de trabalhadores que permaneceram no mesmo vínculo no mercado formal;

Número de trabalhadores que permaneceram no mesmo vínculo no mercado formal (em percentual);

Características pessoais dos trabalhadores que permaneceram no mesmo vínculo no mercado formal;

Características dos vínculos dos trabalhadores que permaneceram no mesmo vínculo no mercado formal;

Identificação dos trabalhadores com maiores probabilidades a permanecer no mesmo vínculo no mercado formal;

Número de trabalhadores que saíram e voltaram ao mercado formal;

Número de trabalhadores que saíram e voltaram ao mercado formal (em percentual);

Características pessoais dos trabalhadores que saíram e voltaram ao mercado formal;

(continua)

## QUADRO 2

### Indicadores de mobilidade ocupacional (continuação)

#### Indicadores

Características dos vínculos dos trabalhadores que saíram e voltaram ao mercado formal;
Identificação dos trabalhadores com maiores probabilidades a sair e voltar ao mercado formal;
Número de trabalhadores que mudaram de faixa salarial, por tipo de fluxo, por características pessoais;
Número de trabalhadores que mudaram de faixa salarial, por tipo de fluxo (em percentual);
Características pessoais dos trabalhadores que mudaram de faixa salarial, por tipo de fluxo;
Características dos vínculos dos trabalhadores que mudaram de faixa salarial, por tipo de fluxo;
Distribuição dos fluxos intersetoriais;
Distribuição dos fluxos intersetoriais (em percentual);
Probabilidade de encontrar trabalho;
Probabilidade de desistir de encontrar trabalho;
Probabilidade de se manter desempregado;
Probabilidade do trabalhador em manter-se empregado;
Probabilidade de encontrar trabalho no mercado formal ou informal;
Probabilidade de sair da condição de ocupado no mercado formal e ir para uma ocupação informal;
Probabilidade de deixar de estar ocupado no mercado formal como assalariado, empregador ou sem remuneração e ir para uma atividade por conta própria;
Probabilidade de estar ocupado no mercado formal e se retirar da força de trabalho;
Probabilidade de estar ocupado no mercado informal e se retirar da força de trabalho;
Probabilidade de estar ocupado no mercado informal e ir para um emprego formal;
Probabilidade de estar ocupado no mercado informal como assalariado, empregador ou sem remuneração e ir para uma ocupação por conta própria;
Cálculo de tendência para todas as transições acima;
Porcentagem dos Microempreendedores Individuais – MEI – que eram empregados celetistas;
Porcentagem dos MEIs que eram empregados celetistas e mudaram de setor de atividade.

Do ponto de vista da saúde do trabalhador, os indicadores propostos buscam captar as principais características da população que se licencia temporariamente do trabalho ou se retira de modo permanente do mer-

cado de trabalho, seja por motivo de acidente de trabalho (típico ou de trajeto), adoecimento ou aposentadoria por invalidez. Assim, foram elaborados os indicadores demonstrados no Quadro 3.

### QUADRO 3

#### Indicadores de saúde do trabalhador

##### Indicadores

Número de trabalhadores afastados por acidente de trabalho típico por atividade econômica e ocupação;
Número de trabalhadores afastados por acidente de trabalho típico por município;
Características pessoais dos trabalhadores afastados que sofreram acidentes de trabalho típico;
Número de trabalhadores afastados por acidente de trabalho de trajeto por atividade econômica e ocupação;
Número de trabalhadores afastados por acidente de trabalho de trajeto por município;
Características pessoais dos trabalhadores afastados que sofreram acidentes de trabalho de trajeto;
Número de trabalhadores afastados com doença relacionada ao trabalho; por atividade econômica e ocupação;
Número de trabalhadores afastados com doença relacionada ao trabalho; por município;
Número de trabalhadores afastados com doença relacionada ao trabalho por características pessoais;
Número de trabalhadores afastados com doença não-relacionada ao trabalho por atividade econômica e ocupação;
Número de trabalhadores afastados com doença não relacionada ao trabalho por município;
Número de trabalhadores afastados com doença não relacionada ao trabalho por características pessoais;
Número de trabalhadores falecidos em decorrência de acidente de trabalho típico por atividade econômica e ocupação;
Número de trabalhadores falecidos em decorrência de trabalho típico por município;
Número de trabalhadores falecidos em decorrência de trabalho típico por característica pessoal;
Número de trabalhadores falecidos decorrente de acidente de trabalho de trajeto por atividade econômica e ocupação;
Número de trabalhadores falecidos em decorrência de acidente de trabalho de trajeto por município;
Número de trabalhadores falecidos em decorrência de acidente de trabalho de trajeto por característica pessoal;
Número de trabalhadores falecidos decorrente de doença profissional por atividade econômica e ocupação;
Número de trabalhadores falecidos em decorrência de doença profissional por atividade por município;
Número de trabalhadores falecidos em decorrência de doença profissional por característica pessoal;
Número de trabalhadores aposentados por invalidez decorrente de acidente de trabalho, por atividade econômica e ocupação;
Número de trabalhadores aposentados por invalidez decorrente de acidente de trabalho por município;
Número de trabalhadores aposentados por invalidez decorrente de acidente de trabalho por características pessoais;
Número de trabalhadores aposentados por invalidez decorrente de doença profissional por atividade econômica e ocupação;
Número de trabalhadores aposentados por invalidez decorrente de doença profissional por município;
Número de trabalhadores aposentados por invalidez decorrente de doença profissional por característica pessoal.

Este indicador também procura captar a movimentação estrutural de trabalhadores em virtude de questões de adoecimento e de acidente (típico e de trajeto), identificando qual a magnitude do adoecimento dos trabalhadores e dos acidentes relacionados ao trabalho, enfim, como se caracterizam as formas de adoecer e morrer em função das relações com o processo de trabalho. A observação deste fenômeno deverá ser realizada seguindo uma série histórica de 1991 a 2015, com cruzamento de dados sobre causas do afastamento e informações como setor econômico, características pessoais (sexo, idade, cor, escolaridade etc.) e características do vínculo (rendimento, tipo e natureza do vínculo, entre outros), o que se faz de fundamental importância para identificar “probabilidades” de maior incidência das questões relacionadas à saúde frente ao mercado de trabalho.

No que diz respeito às fontes de pesquisa e informações, a base de dados do Relatório Anual de Informações Sociais (Rais) é a principal fonte para os indicadores de “mobilidade ocupacional” e “saúde do trabalhador”. Quando possível, tais indicadores contemplarão cruzamento com outras bases de dados, sobretudo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do IBGE.

Ainda se espera que a partir de tais indicadores possam ser realizados estudos comparativos entre os estados da federação que compõem as unidades locais dos Observatórios, quando, aí sim, buscar-se-á evidenciar as especificidades da realidade regional paraibana.

Quanto aos *eixos temáticos*, o OMT/PB optou por duas linhas de pesquisa ou dois eixos temáticos, a saber: o eixo “*Trabalho, educação e desenvolvimento*”, com o objetivo de analisar a adequação da oferta de ensino superior à dinâmica do mercado de trabalho estadual, entre os anos de 1995 e 2015. A proposta se deu pelo fato de o estado possuir três grandes instituições públicas de ensino superior, das quais, duas sediadas em Campina Grande. O segundo eixo é denominado “*Economia solidária*”, cujo objetivo é mapear as iniciativas de economia solidária na Paraíba, bem como levantar as dificuldades de gestão enfrentadas pelos gestores dos empreendimentos de economia solidária. Esta linha de pesquisa foi escolhida em função dos altos níveis de informalidade do mercado de trabalho local. Contribuiu, também, o fato de ambos os pesquisadores envolvidos no OMT/PB já atuarem, seja como atividade de pesquisa ou extensão universitária, nesses temas.

No que diz respeito aos caminhos de pesquisa adotados pelo observatório paraibano, é importante destacar a escolha do campo de pesquisa. Desse modo, foram adotados os municípios de João Pessoa, Campina Grande, Guarabira, Monteiro e Patos. Os municípios a serem analisados foram escolhidos devido à representatividade socioeconômica em cada mesorregião do estado, ou seja, conforme sua relevância econômica em diferentes regiões do estado, que, geralmente, cumprem um papel de mercado de trabalho atrativo para a população que vive em outras localidades, em um raio de até 50 km da cidade-polo. Maiores especificações sobre os municípios citados serão expostas no item destinado à análise do mercado de trabalho paraibano.

### **3. MERCADO DE TRABALHO DA PARAÍBA: UM QUADRO DE VULNERABILIDADE E PRECARIIDADE**

Feitas as considerações metodológicas do OMT-PB em conjunto com a Rede Observatórios do Trabalho, neste item, passa-se a indicar sucintamente alguns dados preliminares acerca da realidade da Paraíba, como forma de demonstrar, minimamente, os estudos introdutórios realizados pela equipe nesse primeiro ano de trabalho.

Com um Produto Interno Bruto de aproximadamente R\$ 53 bilhões, em

2014, segundo o IBGE, a Paraíba possui uma produção de riqueza extremamente concentrada na capital e no seu entorno. Segundo os dados do IBGE por municípios, disponibilizados pelo Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual (Ideme), em 2014, João Pessoa concentrava 32,9% do PIB estadual. No mesmo ano, Campina Grande, com um PIB de R\$ 7,5 bilhões, foi responsável por 14,2% da geração da riqueza estadual, seguida por Patos (5º maior PIB municipal) com R\$ 1,3 bilhões, que corresponde a aproximadamente 2,5% do PIB paraibano; Guarabira (R\$ 788 milhões e 1,5% do PIB estadual); e Monteiro (18º PIB municipal), que embora tenha aproximadamente R\$ 343,9 milhões e participe com apenas 0,6% da riqueza estadual, caracteriza-se como um polo de atratividade na região do Cariri paraibano, justificando sua escolha para ser uma das cidades a serem analisadas pelo OMT-PB (IDEME, 2014).

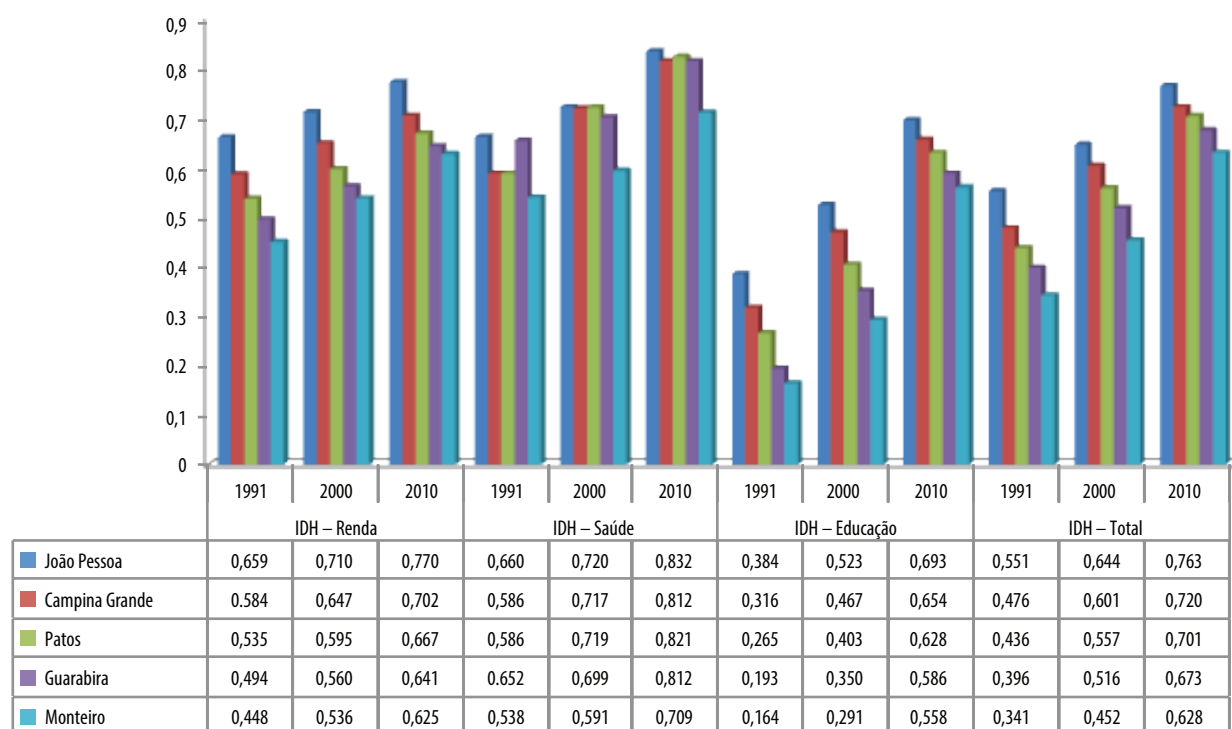
Outro indicador observado quando da escolha dos municípios foi o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM).

No Gráfico 1, observa-se que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos municípios paraibanos selecionados e acompanhados pelo Observatório melhorou no período 1991 – 2010<sup>3</sup>. Partindo de um pata-

3. Os dados do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) foram obtidos do Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, publicado em 2013 em conjunto pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), IBGE e Fundação João Pinheiro, com dados de 1991, 2000 e 2010.

**GRÁFICO 1**  
**Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)**

Municípios selecionados da Paraíba – 1991,2000,2010



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Elaboração dos autores

mar baixo (0,500 a 0,599) ou muito baixo (0,000 a 0,499) em 1991, a maior parte dos municípios analisados atingiu o nível mais elevado (acima de 0,700) no ano mais recente da aferição. Somente Guarabira (0,673) e Monteiro (0,628) ainda estavam no patamar médio de IDH, em 2010. A melhora das condições humanas tem ocorrido, sobretudo, pelo desempenho da área de saúde, com a ampliação da longevidade; tendo no quesito educação, o fator que mais pesa para manter os índices rebaixados. A ren-

da, considerada isoladamente, encontrava-se, em 2010, ligeiramente abaixo das médias de IDH dos municípios, exceto em João Pessoa.

Dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil apontam que, em João Pessoa, em 2010, a escolaridade de 72,8% da População Economicamente Ativa – PEA - ocupada equivalia ao nível fundamental completo; e de 58,2% da PEA correspondia ao nível médio completo. Além disso, em torno de 67,7% dos ocupados

tinham um rendimento de até dois salários mínimos. No caso de Campina Grande, considerando o ano de 2010, o percentual dos ocupados com fundamental completo era de 64,7%; e o dos ocupados com nível médio completo era de 48,9% (PNUD; IPEA; FJP, 2016).

Em Patos, o quadro social da escolaridade e rendimento dos ocupados era o seguinte: 56,8% tinham apenas o fundamental completo; e 41,6%, o médio completo. Aproximadamente 81,8% tinham rendimento até dois salários mínimos. Guarabira, por sua vez, tinha 54,7% da população ocupada com escolaridade no ensino fundamental completo, em 2010, e 41,7% com o ensino médio completo. Em termos de rendimento, no mesmo ano, 83,1% tinham um rendimento de até dois salários mínimos. Por fim, na cidade de Monteiro, a parcela da população ocupada que tinha o ensino fundamental completo era de aproximadamente 40,2%, e a que tinha o ensino médio completo, de 29,6%. O rendimento com até dois salários mínimos correspondia a 90,1% dos ocupados.

O quadro estrutural de concentração da atividade econômica na capital e em Campina Grande e os níveis de baixa escolaridade e vulnerabilidade social do estado refletem-se nos números do mercado de trabalho, onde

também predomina quadros de concentração da geração de emprego, como demonstrada na Tabela 1.

No tocante à atividade econômica, no conjunto dos municípios selecionados, os vínculos de emprego formal se concentram nas atividades de serviços (34,4%), administração pública (31,0%) e comércio (16,5%), segundo os dados da Tabela 2. Na capital do estado, João Pessoa, destaca-se o peso da Administração Pública (37,7%), pois o município registra boa parte dos vínculos de órgãos públicos estaduais, e a maior participação da Construção Civil (7,4%) entre os municípios selecionados. Destoa dessa tendência, apenas o setor da indústria de transformação, onde se destaca a geração de empregos em Guarabira (31,4%) e Campina Grande (17,4%).

Com relação ao nível de remuneração do estado da Paraíba, o Gráfico 2 mostra que os vínculos de emprego formal se concentram na faixa de trabalhadores que têm rendimentos entre 1,0 e 1,5 salário mínimo, ou seja, que recebiam entre R\$ 788,00 e R\$ 1.182,00, segundo valores de 2015. No estado, 44,7% dos trabalhadores concentraram-se nessa faixa, e com exceção de João Pessoa (40,3%), o gráfico ressalta que a concentração de trabalhadores nessa faixa se deve ao peso relativo dos municípios de Campina Grande (53,8%), Patos (54,6%), Guarabira (63,0%) e



Monteiro (50,1%), com quantidade de trabalhadores nas faixas salariais acima da média do estado. Na capital, mais elevadas, comparado com os demais municípios selecionados. Como se vê, há concentração relativa

**TABELA 1**  
**Estoque de vínculos de emprego<sup>1</sup> formal**  
Paraíba e municípios selecionados - 2015

Município	Nº de vínculos	Participação %
Campina Grande	104.215	15,6
Guarabira	9.602	1,4
João Pessoa	291.292	43,7
Monteiro	2.469	0,4
Patos	14.289	2,1
Total municípios selecionados	421.867	63,2
Paraíba	667.030	100,0

Fonte: MTb. Rais 2015

Nota: (1) Estoque de vínculos ativos em 31 de dezembro de 2015

**TABELA 2**  
**Distribuição do estoque de vínculos de emprego formal por setor de atividade econômica**  
Municípios selecionados da Paraíba – 2015 (em %)

Sector de atividade econômica	Campina Grande	Guarabira	João Pessoa	Monteiro	Patos	Total - Municípios Selecionados	Paraíba
Extrativa mineral	0,2	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,2
Indústria de transformação	17,4	31,4	5,6	3,6	9,6	9,2	11,7
Serviços industriais de utilidade pública	1,1	2,1	1,7	1,0	1,9	1,6	1,2
Construção Civil	6,1	1,6	7,4	2,5	4,5	6,9	5,5
Comércio	20,4	24,9	14,1	27,9	29,3	16,5	16,0
Serviços	40,3	16,1	33,3	15,2	28,8	34,4	25,4
Administração Pública	14,2	17,2	37,7	49,0	25,3	31,0	38,1
Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	0,3	6,6	0,2	0,7	0,5	0,4	2,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: MTb. Rais 2015

Nota: (1) Estoque de vínculos ativos em 31 de dezembro de 2015

Conforme o mesmo gráfico, há ainda um percentual significativo de trabalhadores nas faixas de renda de 0,51 a 1 SM; de 1,51 a 2 SM; e de 2,01 a 3 SM, declinando nas faixas salariais seguintes. Somados os números relativos de trabalhadores nestas faixas, tem-se na Paraíba 81,8% de trabalhadores recebendo até três salários-mínimos, ou seja, R\$ 2.640,00 em valores de 2015.

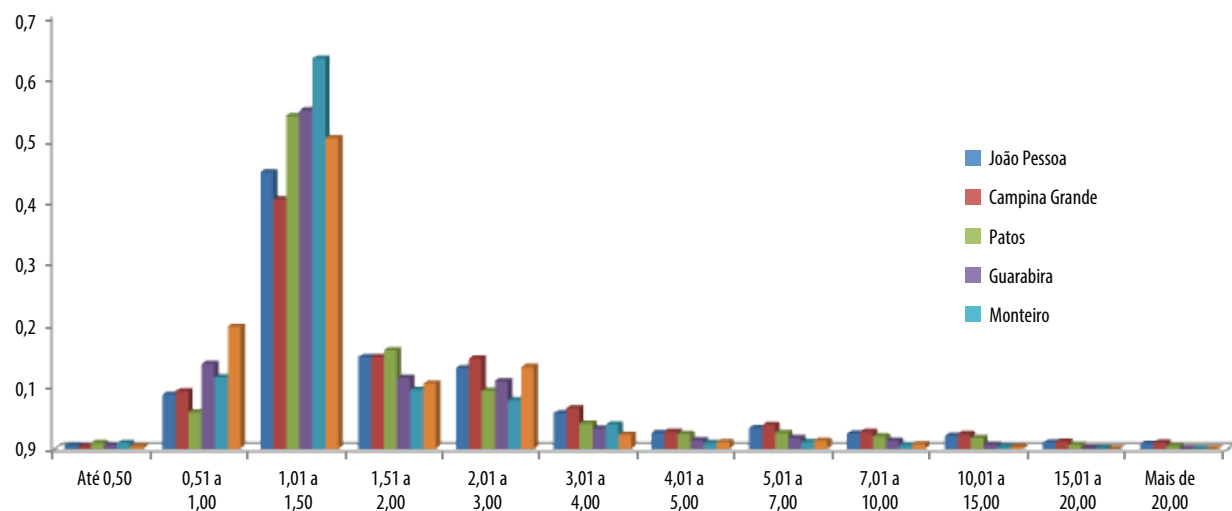
Só uma parcela mínima da população possui renda superior a R\$ 3.000,00, como demonstrado no Gráfico 2.

No que diz respeito ao tipo de vínculo dos empregos formais, apresentados na Tabela 3, o vínculo celetista de trabalhadores urbanos empregados por pessoa jurídica por tempo indeterminado predomina (56,1%), seguido pelos empregos estatutários (19%), muito em função da quantidade de emprego público concentrado na capital. Porém, é importante destacar a quantidade de empregos estatutários não efetivos (12,8%), o que mostra a precariedade das relações de trabalho também no setor público.

## GRÁFICO 2

### Estoque de veículos de emprego formal<sup>1</sup> por faixa de remuneração em salário mínimo

Paraíba e municípios selecionados – 2015



Fonte: MTb. Rais 2015

Nota: (1) Estoque de vínculos ativos em 31 de dezembro de 2015

**TABELA 3**

**Distribuição dos vínculos de emprego formal<sup>1</sup> por tipo de vínculo empregatício do trabalhador**

Paraíba e municípios selecionados

Tipo Vínculo	João Pessoa		Campina Grande		Patos		Guarabira		Monteiro		Paraíba	
	Nr.	%	Nr.	%	Nr.	%	Nr.	%	Nr.	%	Nr.	%
CLT	171.557	58,9%	89.423	85,8%	10.648	74,5%	7.943	82,7%	1.259	51,0%	406.506	60,9%
Trabalhador urbano por prazo indeterminado (empregador PJ)	166.889	57,3%	81.484	78,2%	10.402	72,8%	7.715	80,3%	1.228	49,7%	374.335	56,1%
Demais vínculos regidos pela CLT (2)	4.668	1,6%	7.939	7,6%	246	1,7%	228	2,4%	31	1,3%	32.171	4,8%
Estatutários	119.735	41,1%	14.792	14,2%	3.641	25,5%	1.659	17,3%	1.210	49,0%	260.524	39,1%
Estatutário (3)	71.277	24,5%	12.932	12,4%	2.368	16,6%	1.399	14,6%	0	0,0%	126.739	19,0%
Estatutário não efetivo (4)	48366	16,6%	1.847	1,8%	1.257	8,8%	260	2,7%	102	4,1%	85.343	12,8%
Estatutário RGPS (5)	92	0,0%	13	0,0%	16	0,1%	0	0,0%	1.108	44,9%	48.442	7,3%
<b>Total</b>	<b>291.292</b>	<b>100,0%</b>	<b>104.215</b>	<b>100,0%</b>	<b>14.289</b>	<b>100,0%</b>	<b>9.602</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.469</b>	<b>100,0%</b>	<b>667.030</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: MTb. Rais 2015

Nota: (1) Estoque de vínculos ativos em 31 de dezembro de 2015; (2) inclui trabalhadores urbanos por prazo indeterminado empregados por pessoa física, trabalhadores urbanos empregados por prazo determinado ou obra certa, trabalhadores rurais e trabalhadores temporários, avulsos, aprendizes, entre outras (3) Servidor regido pelo Regime Jurídico Único (federal, estadual e municipal) e militar, vinculado a Regime Próprio de Previdência; (4) Servidor público não efetivo (demissível ad nutum ou admitido por meio de legislação especial, não-regido pela CLT); (5) Servidor regido pelo Regime Jurídico Único (federal, estadual e municipal) e militar, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social

No entanto, falar em emprego na Paraíba não é falar apenas de um mercado formal, com vínculo celetista hegemônico, mas sim, tem que se destacar a grande heterogeneidade desse mercado de trabalho, no qual 44,3% da PEA trabalha sem carteira assinada (IBGE, 2010). Além disso, 50,4% dos trabalhadores vivem na informalidade, segundo estudo do Ministério do Trabalho, na Paraíba, divulgado em 2015, a partir dos dados do IBGE.

Diante do exposto, o quadro socioeconômico precário do estado da

Paraíba apresentado aqui de modo introdutório constitui-se como o principal motivador para implantação do OMT-PB, de forma que a socialização do conhecimento que venha a ser produzido, e o devido diálogo tripartite que venha a ser promovido em torno desse conhecimento, possam contribuir para a melhoria das políticas públicas de emprego, trabalho e renda. Espera-se que a partir daí seja traçado um caminho para ações de transformação da realidade, que venha a ter como resultado uma conscientização em torno da necessidade de disputa por recursos públicos que sejam

efetivamente destinados à melhoria na quantidade e na qualidade dos empregos gerados na Paraíba e das possibilidades de renda pelos empreendimentos da economia solidária.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO PARA OS GESTORES LOCAIS E O DESAFIO DA PROMOÇÃO DO DIÁLOGO TRIPARTITE**

Completando um ano de atividade, o OMT-PB tem logrado êxito na execução do plano de trabalho proposto pelo MTb à rede de observatórios das universidades federais. No decorrer desse ano, foi realizado o Seminário *“Mercado de trabalho da Paraíba em perspectiva”* para que o trabalho fosse apresentado à sociedade civil paraibana, quando se alcançou uma presença expressiva dos atores sociais. O sucesso do evento se deveu, em grande medida, às visitas que foram realizadas aos representantes empresariais, trabalhadores e gestores públicos pela equipe técnica do OMT/PB ao longo do ano.

Do contato direto com várias lideranças municipais e estaduais, pode-se destacar a credibilidade da universidade pública junto à sociedade, segundo os vários depoimentos. Da mesma forma, esse contato ofereceu a rica experiência da escuta, na medida em que empresários, trabalhadores (cen-

trais sindicais reconhecidas pela Lei nº 11.648/2008) e gestores expunham suas demandas e dificuldades, o que funcionou como uma lente a ampliar o olhar sobre a realidade do mercado de trabalho na Paraíba.

A partir dessas visitas, o OMT-PB foi convidado a participar das reuniões do Conselho Estadual de Trabalho e Emprego (Cete), atividade que vem garantindo inserção nos fóruns de discussão institucionalizados, abrindo espaço para divulgação do que vem sendo produzido, além de possibilitar uma ampliação do olhar sobre o fazer-se cotidiano do Sistema Público de Trabalho, Emprego e Renda da Paraíba.

Algumas dificuldades já percebidas na tarefa do OMT-PB em subsidiar os gestores dos cinco municípios escolhidos refletem a própria dificuldade de capilarização das políticas públicas de emprego, trabalho e renda no país. Isso pelo fato de, com exceção de João Pessoa e de Campina Grande, nos demais municípios escolhidos – Patos, Monteiro e Guarabira – não haver uma área dedicada especificamente aos temas de trabalho, emprego e renda, denotando uma fragilidade institucional nas prefeituras. Geralmente, nos municípios menores há uma Secretaria de Desenvolvimento Social que trata de diversos assuntos, desde o Programa Bolsa Família, as-

sistência social, agricultura familiar, distribuição de cestas básicas para a população vulnerável, a qual inclui o tema trabalho. Diante da situação encontrada, a estratégia do OMT-PB foi aproximar-se do Sistema Nacional de Emprego estadual – Sine/PB, responsável pela gerência das agências dos municípios analisados.

Ainda como ponto a ser destacado, um elemento que dificulta a relação do OMT/PB com os atores tripartites é o fato de a sua criação ter prescindido da intervenção desses atores, ocorrendo exclusivamente a partir da interação do MTb com a UFCG.

Assim, mesmo contando com a legitimidade social que a universidade tem enquanto lugar de excelência na elaboração do conhecimento, o Observatório ainda carece de legitimidade como interlocutor das entidades organizadas em torno do trabalho, o que vem sendo conquistado através de passos. O contato com as entidades representativas e os gestores públicos é um desafio contínuo para o OMT-PB e requer um esforço permanente, daí a necessidade de promoção de debates, eventos e da participação nas reuniões ordinárias do Cete, como forma de ampliar a integração universidade e sociedade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Portaria nº 2061**, de 02 de janeiro de 2015. Institui a Comissão Técnica denominada Observatório do Trabalho e dá outras providências. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <http://www.legisweb.com.br>. Acesso em: 30 out. 2016.

BRASIL. Ministério do Trabalho. **Relação Anual de Informação Social: RAIS**. Brasília, DF, vários anos. Disponível em: <http://www.mte.gov.br>. Acesso em: 30 out. 2016.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional de Amostra a Domicílio: PNAD**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 30 out. 2016.

PARAÍBA. Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual – IDEME. **Produto Interno Bruto dos Municípios do estado da Paraíba: 2104**. Disponível em: [http://ideme.pb.gov.br/servicos/pib/nota-tecnica\\_pib-municipal\\_2014.pdf/view](http://ideme.pb.gov.br/servicos/pib/nota-tecnica_pib-municipal_2014.pdf/view). Acesso em: 05 jan. 2017.

PNUD; IPEA; FJP. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil: 2013**. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/>. Acesso em: 13 out. 2016.

# O Observatório Social do Trabalho (Ufpel) e as transformações dos mercados locais de trabalho: abordagens analíticas, limites e desafios

*Francisco E. B. Vargas\**

## 1. INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo apresentar e discutir algumas contribuições metodológicas desenvolvidas pelo Observatório Social do Trabalho da Universidade Federal de Pelotas-RS em suas atividades de monitoramento e análise de mercados locais de trabalho.

O Observatório Social do Trabalho é um projeto de extensão, articulado com o ensino e com a pesquisa, vinculado ao Instituto de Filosofia, Sociologia e Política (IFISP) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e que tem como objetivo geral monitorar e analisar as transformações do trabalho e do mercado de trabalho. As atividades do Observatório estão estruturadas em duas dimensões principais. De um lado, no âmbito acadêmico, procura-se promover o debate interdisciplinar em torno da temática do trabalho e de suas transformações na sociedade contemporânea. De outro, no âmbito da ação propriamente extensionista, procura-se fomentar o debate público, institucional e interinstitucional, bem como o diálogo social, no sentido de subsidiar e qualificar o planejamento, a ação e a avaliação de políticas públicas de emprego, trabalho e renda no âmbito da região sul do estado do Rio Grande do Sul, área de abrangência do Conselho Regional de Desenvolvimento da Região Sul (Corede-Sul)<sup>1</sup>.

O Observatório Social do Trabalho institucionaliza-se como projeto de extensão a partir de 2013, mas sua estruturação já vinha ocorrendo com a criação de um

\* Doutor em Sociologia pela Université de Versailles-Saint-Quentin-En-Yveline (França). Professor associado do departamento de sociologia e política do Instituto de Filosofia, Sociologia e Política (IFISP) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). E-mail: fvargas@via-rs.net.

1. A região sul do Rio Grande do Sul, área de abrangência do Corede-Sul, abrange 22 municípios. Além de Pelotas e Rio Grande, municípios polos, essa região abrange, ainda, os seguintes municípios: Amaral Ferrador, Arroio do Padre, Arroio Grande, Canguçu, Capão do Leão, Cerrito, Chuí, Herval, Jaguarão, Morro Redondo, Pedras Altas, Pedro Osório, Pinheiro Machado, Piratini, Santa Vitória do Palmar, Santana da Boa Vista, São José do Norte, São Lourenço do Sul, Tavares e Turuçu. Situada no extremo sul do estado do Rio Grande do Sul e com uma população estimada pelo IBGE em 881.436 habitantes, em 2016, essa região possui uma área de 34.844,2 km<sup>2</sup>, isto é, 12,4% do território gaúcho (FEE, 2016). Para maiores detalhes sobre essa região ver: (VARGAS, (2012); MOLIN; FIGUEIREDO; TOGEIRO, (2014); OBSERVATÓRIO SOCIAL DO TRABALHO, (2015)).



Portal na internet (OBSERVATÓRIO SOCIAL DO TRABALHO, 2015). Apesar da ambição de ter um alcance regional, o Observatório, estrategicamente, passou a concentrar suas atividades nos municípios de Pelotas e Rio Grande <sup>2</sup>, devido à limitação de recursos materiais e humanos. Além disso, os dois municípios em pauta, sendo polos regionais, têm concentradas, em seus territórios, as principais atividades econômicas da região, o que permite monitorar com amplo alcance os aspectos mais centrais de seu desenvolvimento.

## 2. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS: AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO

O enfoque teórico das atividades extensionistas do Observatório Social do Trabalho está balizado pelas transformações contemporâneas no mundo do trabalho que vêm sendo amplamente analisadas pela sociologia do trabalho. Parte-se do pressuposto de que a dinâmica ocupacional é central na estruturação das formas de integração e conflito nas sociedades modernas e contemporâneas (OFFE, 1989). A sociologia do trabalho tem trazido importantes aportes no sentido de identificar essas transformações, bem como sua importância na configuração das desigualdades e dos problemas sociais enfrentados por

essas sociedades. Tanto a questão do desemprego como aquela referente à multiplicação das formas de ocupação flexíveis e precárias têm ocupado um lugar central no debate sociológico contemporâneo. O processo de reestruturação do capitalismo, que já vem ocorrendo há mais de três décadas, provocou uma profunda transformação no chamado paradigma produtivo, consolidando, ao mesmo tempo, uma revolução tecnológica e uma revolução na organização do trabalho, além de alterar os princípios de regulação do próprio Estado. Um novo capitalismo, flexível, global, financeirizado, marcado pela exacerbação do individualismo, pela instabilidade econômica, psíquica e cultural, constituem a tônica dessas recentes transformações nas sociedades contemporâneas (CASTEL, 2001).

É nesse cenário que o trabalho se converte em um tema central de debate. Isto porque ele é decisivo não só para que os trabalhadores tenham acesso a um rendimento estável – o que é colocado em risco pelo desemprego e pela precariedade do trabalho – mas também porque o trabalho se constitui em um elemento fundamental na construção da cidadania e da identidade social, individual ou coletiva. Como modalidade de pertencimento social, o trabalho tem estado no centro dos

2. Pelotas e Rio Grande são dois municípios que apresentam perfis econômicos e demográficos distintos, mas que foram igualmente impactados pela forte crise do mercado de trabalho dos anos de 1990. Pelotas é um município que possui economia baseada no comércio e serviços, mas que apresenta também importante segmento nas atividades agroindustriais, principalmente no setor de beneficiamento do arroz e nas indústrias de conservas vegetais. Rio Grande abriga um importante complexo industrial portuário, sendo um corredor de entrada e saída de produtos de exportação e que possui atividades relevantes ligadas à indústria naval, à indústria química e de fertilizantes e à indústria pesqueira e de óleos vegetais. Segundo o IBGE, a população estimada para Pelotas, em 2016, era de 343.651 habitantes. Em 2014, o PIB de Pelotas era de R\$ 6.657.759.394,00, ficando em décima posição na economia gaúcha, e com PIB *per capita* de R\$ 19.464,00, bem abaixo da média do estado, de R\$ 31.927,00. O município de Rio Grande, por sua vez, tinha uma população estimada de 208.641 habitantes, em 2016. Em 2014, o PIB era de R\$ 7.357.681.054,00, ficando na oitava posição da economia gaúcha, e seu PIB *per capita* era de R\$ 35.538,00, um dos mais altos do estado do Rio Grande do Sul (FEE, 2016).

mecanismos de integração produzidos pela chamada sociedade salarial (CASTEL, 2001), na qual o Estado de bem-estar social tem funcionado como um princípio básico de solidariedade social (ROSANVALLON, 1995). O avanço da precariedade do trabalho tem como contrapartida, portanto, a precarização das próprias formas institucionais de proteção consolidadas através dos direitos sociais, trabalhistas e previdenciários. Todo esse sistema entra em xeque a partir das transformações do capitalismo contemporâneo.

No Brasil, o problema torna-se ainda mais delicado, visto que a esse processo mais recente de reestruturação capitalista e precarização do trabalho soma-se um processo histórico anterior, gerador de elevada precariedade social e do trabalho. A expansão do capitalismo industrial no Brasil foi marcada por uma extensão limitada do trabalho assalariado protegido e por um forte crescimento das formas de trabalho não assalariadas ou assalariadas não protegidas, o que confere ao mundo do trabalho uma forte heterogeneidade (DRUCK, 2011; CARDOSO, 2010).

Nos anos 1990, com o avanço do processo de reestruturação produtiva, de reforma do Estado, enfim, de avanço das políticas liberalizantes, o mercado de trabalho passa por um forte pro-

cesso de desestruturação, crescendo o desemprego aberto e as formas de ocupação precárias (POCHMANN, 2002). Já nos anos 2000, com a retomada do crescimento econômico e com a proposição de uma nova geração de políticas desenvolvimentistas e de inclusão social, esse quadro se altera significativamente. O mercado de trabalho volta a se estruturar, o desemprego diminui sensivelmente, bem como a informalidade e precariedade do trabalho.

É nesse novo contexto, de melhoria dos indicadores do mercado de trabalho, que surge a proposta do Observatório Social do Trabalho. Tinha-se como alvo analisar o impacto das novas políticas de desenvolvimento para o país, particularmente aquelas que passaram a afetar a região sul do estado do Rio Grande do Sul, destacando-se, nesse caso, a formação do polo naval de Rio Grande<sup>3</sup>, bem como o conjunto de investimentos realizados através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), entre tantos outros investimentos públicos (Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - Reuni, etc.). Uma indagação fundamental, portanto, esteve na raiz de formação do Observatório: em que medida esse novo modelo de desenvolvimento implementado no país seria capaz de integrar, através do trabalho, imensas parcelas da população brasileira

3. A respeito dos aspectos econômicos do desenvolvimento dessa região e do papel do polo naval, ver (CARVALHO; CARVALHO; DOMINGUES, 2013).

historicamente excluídas do acesso aos direitos sociais básicos e de seus mecanismos de proteção.

### 3. ABORDAGENS METODOLÓGICAS E ANALÍTICAS: A PRECARIIDADE E AS TRANSFORMAÇÕES NOS MERCADOS LOCAIS DE TRABALHO

Depois da formação e, sobretudo, a partir da consolidação como projeto de extensão institucionalizado, as ações do Observatório Social do Trabalho se concentraram na tentativa de consolidar uma competência metodológica de análise e interpretação dos principais indicadores locais de mercado de trabalho. A partir das principais fontes estatísticas brasileiras, realizou-se um conjunto de pesquisas visando à consolidação de um banco de dados, acessível no portal do Observatório na internet<sup>4</sup>, e de um boletim informativo sobre a conjuntura do emprego nos municípios de Pelotas e Rio Grande.

Apesar do alcance limitado das fontes de dados estatísticos sobre mercado de trabalho em nível local (municipal), explorou-se vastamente as fontes disponíveis: tanto os censos demográficos realizados e disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), através da ferramenta Sidra<sup>5</sup>, próprios para analisar as transformações estruturais do mercado de traba-

lho, como as fontes administrativas do Ministério do Trabalho (MTb), principalmente a Relação Anual de Informações Sociais (Rais) e o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), esta última fonte sendo mais sistematicamente destinada à análise das mudanças conjunturais nos mercados locais de trabalho<sup>6</sup>.

O boletim informativo sobre a conjuntura do emprego em Pelotas e Rio Grande, publicado mensalmente desde o final de 2012<sup>7</sup>, utiliza dados do Caged para monitorar as variações sazonais do emprego formal nesses dois municípios. Tais análises procuram captar tanto a variação absoluta e relativa do emprego total e setorial através dos saldos do Caged (diferença entre o volume de admissões e desligamentos), como a distribuição setorial do emprego formal, revelando o peso dos diversos setores da geração de emprego formal. No presente momento, esse boletim está sendo reavaliado, sobretudo quanto à forma e à abrangência de apresentação dos dados, com o intuito de facilitar a leitura das informações pelo público em geral e pelos gestores. Pretende-se, também, alterar o período da análise, que passará de mensal para trimestral ou semestral.

Durante estes últimos anos, também foram produzidos relatórios e arti-

4. A esse propósito, ver: <http://wp.ufpel.edu.br/observatoriosocial/>

5. Sistema IBGE de Recuperação Automática (Sidra). Esse sistema, acessível no Portal do IBGE, permite fazer levantamentos de dados nas mais diversas áreas e temas, possibilitando ao pesquisador selecionar variáveis e montar tabelas, automaticamente, segundo suas necessidades (SIDRA, 2015).

6. Estas bases estão disponíveis ao público no Portal do Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho (Pdet) do Ministério do Trabalho (MTb), no seguinte endereço eletrônico: <http://acesso.mte.gov.br/portal-pdet/>.

7. A esse propósito, ver: <http://wp.ufpel.edu.br/observatoriosocial/estudos-e-analises/boletim-informativo/>

gos analisando aspectos estruturais da evolução do mercado de trabalho de Pelotas e Rio Grande, através da análise dos censos demográficos do IBGE e dos dados da Rais. Esses relatórios e artigos estão disponíveis no portal do observatório (OBSERVATÓRIO, 2015; VARGAS, 2014).

Tais abordagens estruturais trataram de mostrar como se deu a variação absoluta e relativa dos principais indicadores demográficos e de mercado de trabalho ao longo da última década e dos últimos anos, identificando suas taxas totais e as taxas médias anuais de variação. Procurou-se, com isso, identificar em que medida os mercados locais de trabalho produzem dinâmicas de inclusão/exclusão ao trabalho protegido, dimensionando suas taxas de vulnerabilidade, isto é, a proporção de pessoas desempregadas e submetidas à informalidade em relação ao conjunto da população economicamente ativa. Trata-se de uma medida de precariedade dos mercados de trabalho, ainda que esse indicador não dê conta de todas as dimensões implicadas nesse fenômeno.

Através desse procedimento, pôde-se comparar, por um lado, como esses diversos indicadores evoluíram em um dado período, dimensionando-se o crescimento demográfico e das taxas de atividade, o crescimento da ocupação, do emprego assalariado, da deso-

cupação e das taxas de desocupação, bem como o crescimento da informalidade e dos níveis de vulnerabilidade nos mercados locais de trabalho.

Além disso, o procedimento comparativo permite, por outro lado, confrontar esses indicadores entre os municípios estudados e com indicadores estadual e nacional. Assim, pode-se medir em que medida esses mercados locais de trabalho não só se assemelham ou se diferenciam entre si, mas também em que medida se afastam ou se aproximam da situação média do estado do Rio Grande do Sul e do Brasil.

A seguir, são apresentados alguns resultados das análises sobre a evolução dos mercados locais de trabalho de Pelotas e Rio Grande ao longo da década de 2000, elaborados a partir dos dados dos censos demográficos de 2000 e 2010, do IBGE.

Como a literatura tem apontado, a análise desses dados revela que, de fato, ocorreu, em nível local, um processo de “desprecarização” do trabalho e do mercado de trabalho ao longo da década de 2000. No entanto, esses dados revelam igualmente que a precariedade do trabalho continua se apresentando como um dilema fundamental a ser enfrentado pela sociedade brasileira através das políticas públicas.

Conforme a Tabela 1, observa-se, nesse período, um forte crescimento da ocupação, acompanhada de uma correspondente redução das taxas de desocupação, tanto em Pelotas como em Rio Grande. Em Pelotas, a população ocupada cresceu 18,8% nesse período e a taxa de desocupação caiu de 17,3%, em 2000, para 7,6%, em 2010. Em Rio Grande, a taxa de crescimento da população ocupada foi ainda maior, de 25,8%, com a taxa de desocupação caindo de 19,1%, em 2000, para 8,6%, em 2010. A taxa de crescimento da população ocupada foi superior à da população economicamente ativa, que foi de 6,3%, em Pelotas, e de 11,5%, em Rio Grande.<sup>8</sup>

Além disso, é possível observar, igualmente, no mesmo período, o crescimento do emprego protegido, com carteira de trabalho assinada, e uma redução do emprego sem carteira de trabalho. O crescimento do emprego protegido se deu em níveis superiores ao próprio crescimento da ocupação, o inverso ocorrendo com o emprego sem carteira de trabalho assinada. Na década, a taxa de crescimento do emprego com carteira, em Pelotas, foi de 35,4% e, em Rio Grande, de 45,7%, o que corresponde a taxas médias anuais de 3,07% e 3,84%, respectivamente.<sup>9</sup>

Finalmente, a taxa de informalidade da população ocupada diminuiu sen-

sivelmente durante a década de 2000. Em Pelotas, essa taxa caiu de 39,8%, em 2000, para 33,6%, em 2010. Em Rio Grande, ela caiu de 36,9% para 29,9% nesse mesmo período<sup>10</sup>.

Apesar dessa melhoria dos principais indicadores de mercado de trabalho nesse período, evidenciando-se, portanto, um processo de “desprecarização” dos mercados locais de trabalho em seu conjunto, é importante registrar que os níveis de precariedade desses mercados continuam muito elevados em 2010. Somando-se a população ocupada, submetida a uma situação de informalidade, com a população desempregada, identifica-se um número elevado de trabalhadores em uma situação de vulnerabilidade no mercado de trabalho. Trata-se, neste caso, de trabalhadores em situação de risco e de limitado acesso a seus direitos sociais, trabalhistas e previdenciários. Em 2010, o volume de trabalhadores em condição de vulnerabilidade é de 62.483 pessoas em Pelotas e de 32.342 em Rio Grande. Trata-se, respectivamente, de 38,6% e de 35,9% de suas populações economicamente ativas<sup>11</sup>. A forte dinâmica de crescimento da economia brasileira e da economia local, bem como de melhoria de seus indicadores de mercado de trabalho, não deu conta de superar esse patamar elevado de vulnerabilidade, uma vez que é enorme a “dívida histórica” herdada do período

8. Essas mesmas tendências são igualmente observáveis no Rio Grande do Sul e no Brasil. No Rio Grande do Sul, a taxa de crescimento da população ocupada foi de 22% e, no Brasil, de 31,6%. No Rio Grande do Sul, as taxas de desocupação caem de 12,2%, em 2000, para 4,9%, em 2010. No Brasil, essas taxas caem de 15,3%, em 2000, para 7,6%, em 2010. A taxa de crescimento da população ativa foi de 12,7% no Rio Grande do Sul e de 20,7% no Brasil.

9. No Rio Grande do Sul, a taxa de crescimento do emprego com carteira no referido período foi de 45,2% e, no Brasil, de 63,4%. As taxas médias anuais de crescimento do emprego com carteira foram, respectivamente, de 3,80% e 5,03% nesses dois níveis geográficos.

10. Vale registrar que, no estado do Rio Grande do Sul, essas taxas caem de 39,9% para 32,7%, no mesmo período, enquanto no Brasil, elas caem de 48,5% para 39,5%.

11. Para o estado do Rio Grande do Sul e para o Brasil, essas taxas de vulnerabilidade são de 36,0% e de 44,1%, respectivamente. No Rio Grande do Sul, nesse mesmo ano, eram 2.092.901 pessoas nessa condição. No Brasil, eram 41.246.271 pessoas.

auge de expansão capitalista no Brasil (1930-1980) e do período de crise econômica e ajuste liberal (1980-2000)<sup>12</sup>.

Além disso, a tendência positiva de “desprecarização” rompeu-se a partir

de meados de 2014, quando a economia brasileira começa a apresentar sinais de crise, quadro esse que se acentua em 2015 e 2016, com a recessão econômica e o crescimento das taxas de desemprego.

12. Em 2000, essas taxas de vulnerabilidade eram de 56,3% para o Brasil, de 47,2% para o Rio Grande do Sul, de 50,2% para Pelotas e de 49,0% para Rio Grande.

**TABELA 1**  
**Indicadores demográficos e de mercado de trabalho**  
Pelotas e Rio Grande, 2000 e 2010

Indicadores	Pelotas					Rio Grande				
	2000	2010	Var.Abs.	Var.Rel. (em %)	Var.Anual (em %)	2000	2010	Var.Abs.	Var.Rel. (em %)	Var.Anual (em %)
População Total	323.034	328.275	5.241	1,6	0,16	186.544	197.228	10.684	5,7	0,56
PIA	270.427	288.984	18.557	6,9	0,67	154.739	171.530	16.791	10,9	1,04
PEA	152.095	161.707	9.612	6,3	0,61	80.751	90.004	9.253	11,5	1,09
PO	125.768	149.472	23.704	18,8	1,74	65.363	82.230	16.867	25,8	2,32
Emp. c/cart. (1)	49.561	67.087	17.526	35,4	3,07	27.112	39.509	12.397	45,7	3,84
Emp. s/cart.	21.629	23.330	1.701	7,9	0,76	12.880	14.078	1.198	9,3	0,89
Ocup. s/ cont. prev.	50.025	50.247	222	0,4	0,04	24.148	24.568	420	1,7	0,17
PD	26.327	12.236	-14.091	-53,5	-7,38	15.388	7.774	-7.614	-49,5	-6,60
PNEA	118.332	127.277	8.945	7,6	0,73	73.988	81.525	7.537	10,2	0,97
Taxa de Ativ. (em %)	56,2	56,0	-0,3	-0,5		52,2	52,5	0,3	0,5	
Taxa de Des. (em %)	17,3	7,6	-9,7	-56,3		19,1	8,6	-10,4	-54,7	
Taxa de Inform. (2) (em %)	39,8	33,6	-6,2	-15,5		36,9	29,9	-7,1	-19,1	
Taxa de Vulner.(3) (em %)	50,2	38,6	-11,6	-23,0		49,0	35,9	-13,0	-26,6	

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 2000 e 2010

Nota: (1) Incluídos os trabalhadores domésticos e excluídos os militares e funcionários públicos estatutários; (2) Participação percentual dos ocupados que não contribuem para a previdência social em relação ao total da população ocupada. (3) Soma dos ocupados que não contribuem para a previdência social com os desocupados, dividido pela população economicamente ativa e multiplicado por 100



Os dados do Gráfico 1 sobre a evolução anual do estoque de vínculos de emprego formal, com base na Rais, revelam essa tendência. De 2010 a 2014, o crescimento do emprego formal em Pelotas e Rio Grande se mostrou bastante elevado, especialmente neste último município, pois foi entre 2011 e 2014 que as atividades do polo naval atingiram seu ápice. Nesse período, tomando como base o ano de 2010, foram criados 9.958 novos postos de trabalho em Pelotas e 17.011 em Rio Grande. A taxa de crescimento do emprego formal nesses municípios foi de 14,3% e 42,7%, respectivamente. A taxa média anual de crescimento do emprego formal foi de 3,4% em Pelotas e de 9,3% em Rio Grande<sup>13</sup>. Nota-se o impressionante crescimento do emprego neste último município, capitaneado pelo crescimento do emprego industrial nas atividades do polo naval.

Esses dados levam a crer que a melhoria dos indicadores de mercado de trabalho tenha continuado depois de 2010, principalmente em Rio Grande. No entanto, em relação a este município, que já apresentava melhores indicadores de mercado de trabalho que Pelotas, é preciso considerar que o crescimento do emprego deve ter estimulado um aumento significativo da população ativa, pressionando o mercado de trabalho e minimizando os efeitos

desse quadro positivo de crescimento do emprego. O elevado crescimento do emprego em Rio Grande foi fortemente marcado pela migração de trabalhadores de outras cidades e estados da federação, uma vez que para um sem número de postos de trabalho gerados pela indústria naval não existiam trabalhadores locais qualificados<sup>14</sup>. Para minimizar essa situação, vários programas de formação profissional foram implementados com o objetivo de qualificar a população local para trabalhar no polo, mas essas iniciativas não deram conta de atender à elevada demanda de força de trabalho nesse período de *boom* econômico local. Portanto, o fluxo migratório e a busca de oportunidades de emprego no polo pelos trabalhadores locais explicam, em parte, as diferenças de crescimento da população total, da população em idade ativa e da população economicamente ativa entre os dois municípios na década de 2000, conforme a Tabela 1. Em Rio Grande, o crescimento dessas populações foi bem superior ao de Pelotas. Todo esse quadro leva a crer que a redução dos níveis de vulnerabilidade da população trabalhadora de Rio Grande não tenha sido capaz de dar conta do déficit histórico de integração desses trabalhadores, conforme constatado através da análise dos indicadores de mercado de trabalho realizada acima.

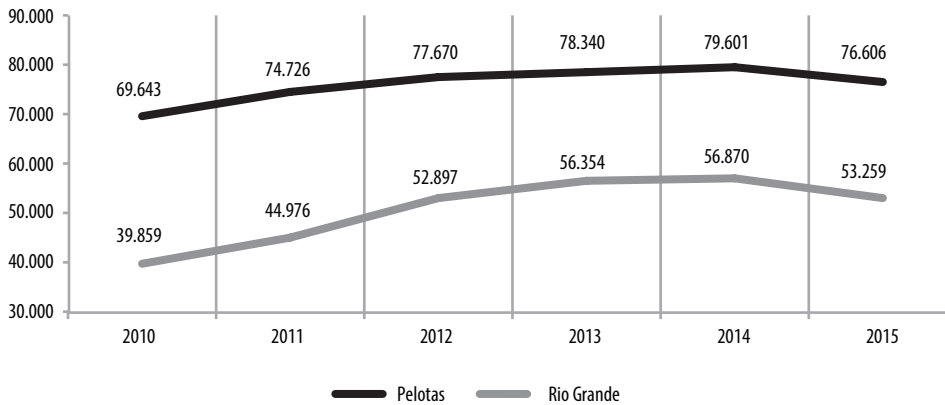
13. Entre 2010 e 2014, no estado do Rio Grande do Sul, o crescimento do emprego formal foi de 10,9%, o que representa uma taxa média anual de 2,6%. No Brasil, esse crescimento foi de 12,5%, a uma taxa média anual de 3,0%.

14. Algumas estimativas, provavelmente superestimadas, dão conta de que em torno de 10.000 trabalhadores de fora do estado teriam ido trabalhar no polo durante o período de auge da produção naval (SIMON, 2015).



## GRÁFICO 1

### Evolução anual do estoque de empregos formais, vínculos ativos em 31 de dezembro Pelotas e Rio Grande – 2010 a 2015 (em números absolutos)



Fonte: MTb, Rais

Finalmente, é preciso registrar que o impacto da crise econômica nacional foi muito mais acentuado em Rio Grande que em Pelotas. Em 2015, observa-se, neste último município, uma perda de 2.995 postos de emprego formal, segundo a Rais, o que corresponde a uma redução de 3,8% em relação ao ano anterior. Em Rio Grande, foram eliminados 3.611 postos de trabalho nesse mesmo ano, correspondendo a uma redução de 6,3% em relação ao ano anterior. Esse quadro de perdas continuou ao longo de 2016. Até outubro desse ano, foram registrados saldos de -1.991 empregos formais em Pelotas e de -1.171 em Rio Grande, segundo dados do Caged. Ou seja, os mercados locais de trabalho deterioraram-se sensivelmente nos últimos dois anos.

A fim de aprofundar a análise sobre as transformações dos mercados locais de trabalho, procura-se examinar mais detidamente, a seguir, o impacto dos investimentos do polo naval sobre a estrutura setorial do emprego formal no município de Rio Grande.

## 4. UM BALANÇO DAS AÇÕES DO OBSERVATÓRIO SOCIAL DO TRABALHO E O DIÁLOGO SOCIAL E ACADÊMICO

As análises acima apresentadas dão conta de que os mercados locais de trabalho passam por transformações importantes e apresentam uma série de problemas que devem ser enfrentados tanto no âmbito do debate público e da implementação de políticas públi-

cas – em especial aquelas referentes a emprego, trabalho e renda – como no âmbito do debate acadêmico.

O Observatório Social do Trabalho tem tentado atuar nessas duas dimensões, apesar das dificuldades enfrentadas até o presente momento.

No que diz respeito à aproximação do Observatório com outras instituições ligadas ao mundo do trabalho, procurou-se implementar algumas parcerias, levantando e publicando uma série de indicadores como, por exemplo, aqueles referentes à intermediação de mão de obra do Sistema Nacional de Emprego (Sine) e aqueles referentes à saúde dos trabalhadores do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest). Procurou-se, ainda, organizar e analisar os indicadores do Ministério da Previdência Social sobre a concessão de benefícios acidentários e de doença profissional, mas a publicação desses indicadores ainda não foi implementada. Criou-se, também, um espaço inicial de reflexão, no âmbito acadêmico (seminários, debates), no qual vem se discutindo a ação de algumas dessas instituições, destacando-se, nesse particular, a participação do Sine/Pelotas, do Ministério Público do Trabalho e do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest)<sup>15</sup>.

Em função da desarticulação das políticas públicas de emprego, bem como devido à inexistência de comissões municipais de emprego e de secretarias municipais especializadas na área de trabalho e emprego<sup>16</sup>, o Observatório não conseguiu avançar no sentido de produzir subsídios efetivos aos gestores na análise e avaliação dessas políticas em âmbito municipal, uma vez que as mesmas são, com frequência, pensadas como o resultado de políticas mais amplas de desenvolvimento local e regional. As diversas instituições públicas que atuam na área de trabalho e emprego também não conseguem dialogar e estabelecer um debate sobre suas ações. Neste sentido, as ações do Observatório pouco avançaram nessa direção.

Um passo decisivo nessa direção foi dado com a formação da Rede Observatórios do Trabalho, desencadeada em meados de 2015 por iniciativa do Ministério do Trabalho e do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). Naquele ano, foram realizadas duas oficinas e um seminário nacional destinados a discutir e formar a rede que se encontra em processo avançado de estruturação e que terá um papel fundamental na consolidação técnica e metodológica dos observatórios do trabalho no Brasil.

15. Em 2014, entre 14 de outubro e 04 de novembro, promoveu-se um Ciclo de Debates intitulado "As Transformações do Trabalho na Região Sul do RS e o Papel das Instituições Públicas", dele participando o Sine/Pelotas e o Cerest.

16. O município de Pelotas não possui uma secretaria focalizada em políticas de emprego, trabalho e renda, apenas secretarias de desenvolvimento, quais sejam: "Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo" e "Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural", além da "Secretaria Municipal de Assistência Social", que faz a gestão das políticas de inclusão social no município (PELOTAS, 2015). Já o município de Rio Grande possui uma secretaria especializada que inclui tanto a questão do desenvolvimento como a questão do emprego, denominada "Secretaria de Município de Desenvolvimento, Inovação, Emprego e Renda". No entanto, na descrição das atribuições dessa secretaria consta que ela "tem por finalidade o planejamento, a proposição, a articulação, a coordenação, a execução e a avaliação das políticas municipais voltadas ao desenvolvimento da indústria, do comércio, da prestação de serviço, da ciência e tecnologia, do emprego e renda no âmbito local e, de forma integrada, regional, valendo-se da criatividade, da inovação e do planejamento estratégico" (RIO GRANDE, 2015). Aparelmente, a questão do emprego aparece subsumida à questão do desenvolvimento, algo muito comum nos discursos políticos dominantes.

Ao final de 2015, assinou-se, igualmente, um importante acordo de cooperação técnica com o Ministério do Trabalho destinado a apoiar as atividades do Observatório e estabelecer um debate sistemático com os gestores de políticas públicas e atores sociais relevantes no mundo do trabalho em âmbito local. Esta foi uma iniciativa do Observatório Nacional do Mercado de Trabalho, órgão vinculado à Secretaria de Políticas Públicas de Emprego do Ministério do Trabalho (SPPE/MTb) e envolve a participação de mais quatro universidades federais. A primeira etapa do plano de trabalho desses convênios já foi executada, com a definição da metodologia inicial de análise dos mercados locais de trabalho e das políticas de emprego, trabalho e renda<sup>17</sup>. Trata-se, pois, de um projeto ainda em fase de implantação, mas que apresenta uma perspectiva concreta de estreitamento dos laços entre algumas universidades – entre as quais a UFPel, através do Observatório Social de Trabalho – e os gestores locais de políticas públicas de emprego, trabalho e renda.

No âmbito propriamente acadêmico, além das atividades de extensão mencionadas, conseguiu-se estabelecer uma conexão ainda incipiente, mas consistente, com o ensino de graduação, ocorrida, principalmente, através de atividades de ensino, em

particular no Curso de Ciências Sociais<sup>18</sup>. No âmbito da pesquisa acadêmica, observa-se o maior avanço das atividades do Observatório, considerando que em torno de suas atividades vários trabalhos acadêmicos (Trabalhos de Conclusão de Curso) e artigos foram elaborados e publicados. Nesse sentido, o Observatório está inserido numa rede de pesquisa, ainda embrionária, mas que reúne vários professores do Instituto de Filosofia, Sociologia e Política da UFPel e uma parceria com o Núcleo de Análises Urbanas (NAU), ligado à Fundação Universidade de Rio Grande (FURG). Destaca-se, neste sentido, os vários trabalhos acadêmicos que têm procurado analisar o impacto do setor naval sobre o trabalho e o mercado de trabalho local.<sup>19</sup>

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O impacto positivo mais importante do Observatório Social do Trabalho, até o presente momento, tem se dado principalmente no âmbito acadêmico, na medida em que este projeto tem colaborado para colocar e manter a temática do trabalho na agenda de pesquisa, estimulando alunos e professores a investigarem e a se dedicarem aos estudos do trabalho focalizados no âmbito regional.

As principais dificuldades e limitações do Observatório Social do

17. Cada uma das universidades públicas envolvidas no convênio, em diferentes estados da federação, deverá desenvolver análises de mercados locais de trabalho, num total de cinco municípios mais o próprio Estado. As universidades que mantêm convênio com o Ministério do Trabalho são as seguintes: Universidade Federal de Pelotas, estado do Rio Grande do Sul; Universidade Federal de Pernambuco, estado de Pernambuco; Universidade Federal de Campina Grande, estado da Paraíba; Universidade Federal do Maranhão, estado do Maranhão; e Universidade Federal do Pará, estado do Pará.

18. Trata-se, neste caso, das disciplinas optativas denominadas "Trabalho, Sociedade e Desigualdades I e II", nas quais são trabalhados conteúdos de sociologia do trabalho voltados para a pesquisa sobre mercado de trabalho e políticas de emprego. Vale salientar que, nestas disciplinas, são amplamente apresentadas, discutidas e utilizadas as bases de dados estatísticos sobre mercado de trabalho no Brasil.

19. Vargas; Fabres (2015); Vargas; Fabres; Salvador (2015); Vargas (2014); Fabres (2013).

Trabalho se manifestam no âmbito propriamente exterior ao ambiente acadêmico, face não só à precariedade das políticas públicas de emprego e ao frágil debate público e diálogo social sobre o tema trabalho, como também à limitação de recursos para ampliar suas ações. Nesse sentido, duas dimensões devem ser priorizadas nas ações futuras do Observatório.

De um lado, no âmbito interno, precisa-se ampliar as parcerias acadêmicas que podem propiciar não apenas um maior volume de atividades na área, mas também um rico diálogo interdisciplinar. A qualificação do Observatório é possível através da participação de diversas áreas acadêmicas, dentro ou fora das ciências sociais, como as áreas de jornalismo (qualificação da comunicação social), matemática e estatística (qualificação do tratamento das bases de dados estatísticos sobre mercado de trabalho), gestão pública e administração (qualificação da intervenção junto às instituições públicas), direito (qualificação da pesquisa e do debate no âmbito dos direitos sociais e trabalhistas), psicologia e terapia ocupacional (qualificação da intervenção no âmbito da questão da saúde no trabalho), além das áreas tradicionais das ciências sociais (ciência política e antropologia), com as quais as parcerias podem ser intensificadas, visando qualificar a

intervenção no âmbito das políticas públicas de emprego.

De outro lado, no âmbito externo, e dotado de recursos suficientes, o Observatório pode ampliar suas ações tanto no sentido de estreitar os laços e parcerias com os atores e instituições ligados ao mundo do trabalho, como no sentido de ampliar a produção de conhecimentos acadêmicos que sirvam também para subsidiar a ação dos gestores. Neste sentido, o passo dado nessa direção através do acordo de cooperação técnica firmado entre algumas universidades públicas e o Ministério do Trabalho mostra-se estratégico.

Os próximos passos na execução desse projeto envolverão a intensificação da interação e do diálogo com os gestores das políticas públicas e com os demais atores envolvidos com a temática do trabalho. As experiências desses gestores constituem um importante repositório de conhecimento não só sobre o funcionamento do mercado de trabalho, mas também sobre a estrutura e funcionamento das políticas públicas e seus problemas.

Além disso, essa aproximação também implicará o estímulo à dimensão essencial do diálogo social, que envolve tanto os trabalhadores como com os empregadores. Trabalhadores

e empregadores também apresentam, a partir de suas experiências, um conjunto de vivências e conhecimentos fundamentais para a compreensão do mercado de trabalho e para a qualificação das políticas públicas. Nesse contexto, começa a se desenhar um quadro mais adequado a partir do qual as atividades do Observatório podem se tornar mais aplicáveis em termos práticos, estimulando o diálogo e a capacidade de construir diagnósticos e ações convergentes. O aperfeiçoamento da metodologia de análise dos mercados locais de trabalho, além de se assentar em uma

dimensão técnica, de identificação e uso de indicadores relevantes, assenta-se fortemente também nessa dimensão dialógica a partir da qual se constrói perspectivas de análise e grades de leitura dos dados disponíveis. Assim, as atividades do Observatório Social do Trabalho podem se converter, efetivamente, em um importante pilar na ampliação do debate público e do diálogo social para o enfrentamento dos dilemas apresentados pelo mundo do trabalho na contemporaneidade e, particularmente, no Brasil, tais como a precariedade do trabalho.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARBOSA, A.F. **A formação do mercado de trabalho no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2008.
- CARDOSO, Adalberto. **A construção da sociedade do trabalho no Brasil**: uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- CARVALHO, D. S.; CARVALHO, A. B.; DOMINGUES, M. V. Polo Naval e Offshore e o Desenvolvimento Regional na Metade Sul do Rio Grande do Sul. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 34, n. Especial, p. 933-954, 2013.
- CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 2001.
- DRUCK, Graça. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios? In: DRUCK; FRANCO (Org.). Trabalho, precarização e resistências. **Caderno CRH**. v. 24, n. spe 01, 2011.
- FABRES, Ana Cristina P. **Indústria naval de Rio Grande**: modelo de trabalhadores da base produtiva. Trabalho de Conclusão de Curso. (Ciências Sociais Bacharelado) - IFISP/UFPel. Pelotas: 2013.
- FEE, Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser. Governo do Estado do Rio Grande do Sul. **Portal**. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/>. Acesso em: 02 nov. 2016
- MOLIN, N.; FIGUEIREDO, C.; TOGEIRO, T. Caracterização socioeconômica e política dos municípios de Pelotas e de Rio Grande. In: MOLIN, N.; FIGUEIREDO, C. A. S. (Orgs.). **Políticas públicas e desenvolvimento nos municípios gaúchos de Pelotas e Rio Grande**. Porto Alegre: Cirkula, 2014.
- OBSERVATÓRIOS DO TRABALHO. Pesquisa Social para Políticas Públicas. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL, 1. 2002. Porto Alegre. **Exposição e debates**: anais. Porto Alegre: Armazém Digital, 2002.
- OBSERVATÓRIO SOCIAL DO TRABALHO. Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas. **Portal na internet**. Disponível em: <http://wp.ufpel.edu.br/observatoriosocial/>. Acesso em: 15 jul. 2015.
- OFFE, C. Trabalho como categoria sociológica chave? In: OFFE, C. (Org.). **Trabalho & sociedade**: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho. v. I – A crise. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
- PELOTAS. Prefeitura Municipal de Pelotas. **Cadastro público**. Disponível em: 6. Acesso em: 15 jul. 2015.
- POCHMANN, Márcio. **O emprego na globalização**. São Paulo: Boitempo, 2002.
- RIO GRANDE. Prefeitura Municipal de Rio Grande. **Portal na internet**. Disponível em: <http://www.riogrande.rs.gov.br/pagina/index.php/secretarias+20a,,pagina-1.html>. Acesso em: 15 jul. 2015.
- ROSANVALLON, P. **La nouvelle question sociale**: repenser l'Etat-providence. Paris: Éditions du Seuil, 1995.
- SIDRA. **Sistema IBGE de Recuperação Automática**. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/>. Acesso em: 15 jul. 2015.
- SIMON, Gilberto. Falta de vagas expulsa trabalhadores de Rio Grande. **Blog**

**Porto Imagem.** 24 mar. 2015. Disponível em: <https://portoimagem.wordpress.com/2015/03/24/falta-de-vagas-expulsa-trabalhadores-de-rio-grande/>. Acesso em: 06 nov. 2016.

VARGAS, F. Emprego e Desenvolvimento Regional: contornos de uma questão social. Revista da ABET, v. XI, n. 2, Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, LTr Editora Ltda., jul/dez de 2012.

VARGAS, F. Desenvolvimento e desigualdades de gênero: as transformações do mercado de trabalho em Pelotas e Rio Grande. 2014. In: MOLIN, N.; FIGUEIREDO, C. A. S. (Orgs.). **Políticas públicas e desenvolvimento nos municípios gaúchos de Pelotas e Rio Grande.** Porto Alegre: Cirkula, 2014.

VARGAS, F.; FABRES, Ana C. Mercado de trabalho e relações de gênero em um contexto de desenvolvimento regional: o caso do Polo Naval de Rio Grande-RS. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 39. Caxambu, MG. **Textos...** Caxambu, MG, 26 a 30 out. 2015.

VARGAS, F., FABRES, Ana C.; SALVADOR, B. Flexibilidade produtiva na indústria naval de Rio Grande-RS: novas e velhas formas de trabalho. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 17. Porto Alegre – RS, **Textos...** Porto Alegre, 20 a 23 jun. 2015.



# As dimensões da forma social do mercado de trabalho e as fontes de informação necessárias à sua compreensão: breve exposição do caso paraense\*

José Raimundo Trindade\*\*

## 1. INTRODUÇÃO

Nas últimas duas décadas, mudanças profundas nas relações de trabalho capitalistas se observaram: novas práticas de gestão e organização do processo de trabalho, além do uso de tecnologias flexíveis e, principalmente, uma crescente desregulamentação das relações de assalariamento em nível internacional. Em diversos países, observou-se a reestruturação produtiva e industrial como parte das estratégias empresariais de adequação à crise do padrão de acumulação assentado no pós-guerra (fordismo) e a insurgência de um regime de “acumulação flexível”, pautado em uma “nova racionalização econômica” que ensejou uma “crescente insegurança” no mundo do trabalho<sup>1</sup>. A retomada de estudos que acompanhem as atuais alterações no mercado de trabalho brasileiro, buscando desenvolver metodologia de acompanhamento periódico e de oferecimento de análises qualificadas para a sociedade, constitui a fundamentação da construção de observatórios locais do mercado de trabalho.

Por solicitação do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) e do Observatório Nacional do Mercado de Trabalho (ONMT/MTb) preparamos o artigo que segue, tendo, justamente como um dos objetivos tratar de elementos metodológicos, inclusive categoriais, para análise do mercado de trabalho. Cumpre, também, objetivo deste breve texto, ensejar elementos da construção, ainda embrionária, do observatório local do mercado de trabalho.

\* Agradeço à equipe do Observatório Paraense do Mercado de Trabalho (Opamet) e as críticas do DIEESE que tornaram este trabalho melhor. Erros e incompreensões, no entanto, são somente de responsabilidade do autor.

\*\* Professor do Programa de Pós-graduação em Economia da UFPA e Coordenador do Opamet

1. A bibliografia que trata das alterações no regime de assalariamento ao nível brasileiro e global é variada. Podemos citar a título de ilustração os seguintes trabalhos: Mattoso (1995); Oliveira et al. (1996); Alves (2009); DIEESE (2008); Braga (2012); Harvey (2010).

Deste modo, o texto segue dividido nas seguintes seções: primeiramente, busca-se apresentar as condições de formação e assentamento do Observatório Paraense; na segunda seção, trata-se do que seria o centro da dinâmica das relações de trabalho nas sociedades modernas: as relações de assalariamento. Para tal, está em desenvolvimento a categoria Relação de Trabalho Assalariado Normal (RTAN), categoria desenvolvida com vistas a analisar os fatores que influenciam a regulamentação das relações de trabalho e direcionar os aspectos metodológicos da construção de indicadores necessários ao entendimento do mercado de trabalho. Na terceira seção, explora-se alguns elementos objetivos das relações de trabalho paraense, buscando somente uma primeira aproximação de indicadores necessários ao acompanhamento e análise do mercado de trabalho do estado do Pará; por fim faz-se as considerações finais.

## **2. A CONSTRUÇÃO DO OBSERVATÓRIO PARAENSE DO MERCADO DE TRABALHO: CONDICIONANTES E DIFICULDADES**

O projeto de pesquisa e extensão *Observatório Paraense do Mercado de Trabalho* (Opamet), constitui esforço conjunto da Universidade Federal do Pará (UFPA) e do Ministério do Trabalho (MTb), por meio do *Observató-*

*rio Nacional do Mercado de Trabalho* (ONMT). O Opamet se encontra articulado à Rede Observatórios do Trabalho que organiza um conjunto de unidades estaduais e municipais de análise e acompanhamento do mercado de trabalho, coordenada nacionalmente pelo ONMT/MTb.

Neste sentido, o *Observatório Paraense do Mercado de Trabalho* (Opamet) realizará o acompanhamento mais detido do mercado de trabalho em cinco municípios: na capital paraense (Belém), na segunda maior cidade do estado na escala demográfica (Ananindeua), nos dois principais centros regionais e municípios de polarização (Marabá e Santarém), e no maior representante do polo mineral estadual (Parauapebas).

Os dados dos registros administrativos da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) e do Sistema de Registro de Empresas de Trabalho Temporário (Sirett), do sistema *Mais Emprego* e as pesquisas domiciliares Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (Pnad) e Pesquisa Mensal de Emprego (PME), publicadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), além de documentos disponibilizados pelo Observatório Nacional do Mercado de Trabalho, serão os instrumentos de base para cons-

trução de indicadores e análises desenvolvidas pelo Opamet.

A conformação do observatório deve-se à articulação do Programa de Pós-graduação em Economia da Universidade Federal do Pará (PPGE/UFPa) com a Secretaria de Políticas Públicas de Emprego do Ministério do Trabalho (MTb), tendo sido firmado convênio entre as duas instituições, com responsabilidades compartilhadas através de um Termo de Cooperação Técnica<sup>2</sup>. Um dos objetivos fundamentais do observatório é estabelecer um grupo permanente de especialistas no grande tema das relações de trabalho, algo que inclui, de um lado, a análise de cenários de mercado de trabalho e indicadores de acompanhamento da situação de empregabilidade e de renda no estado do Pará e nos cinco municípios foco de estudo e, por outro, promover estudos sobre o mercado de trabalho, a fim de subsidiar a gestão e o planejamento das políticas públicas de emprego e renda.

O esforço inicial foi de mobilizar e engajar um grupo de pesquisadores que, a partir do interesse de análise do mundo do trabalho, buscassem também uma postura mais proativa de debate com a sociedade. O núcleo atual conta com dois professores, nove alunos de graduação dos cursos de Economia, Ciências Sociais e Direito e quatro da pós-graduação (mes-

trado e doutorado em economia). Este núcleo se reúne semanalmente (às terças-feiras), estabelecendo uma agenda que inclui quatro atividades permanentes: a confecção do Boletim Conjuntural do Emprego Formal, o debate dos indicadores que comporão o Relatório Anual do Mercado de Trabalho, a agenda de pesquisa do grupo (constituída por planos de trabalho individuais) e estudos sobre temas específicos eleitos semanalmente para discussão<sup>3</sup>.

Vale notar que o debate público e acadêmico do mundo do trabalho ganha com o observatório uma importante ferramenta de produção e socialização de conhecimento, ao mesmo tempo em que pode gerar capacidade institucional de articulação dos atores sociais comprometidos com as políticas públicas de emprego, trabalho e renda. Fruto deste esforço foi o desenvolvimento do Relatório Estrutural do Mercado de Trabalho<sup>4</sup>, que foi apresentado para sindicatos e gestores públicos enquanto primeira atividade de interlocução com os principais atores sociais do mundo do trabalho.

### 3. ELEMENTOS ESTRUTURAIS DA FORMA SOCIAL MERCADO DE TRABALHO

A análise do mercado de trabalho pressupõe o entendimento da própria

2. O Termo de Compromisso assim como o Plano de Trabalho firmado entre a UFPa e o MTb relacionam um conjunto de objetivos cujo principal é “implantar e manter uma unidade local de observação do mercado de trabalho, integrada ao observatório nacional do mercado de trabalho”. Este Termo foi assinado em sua primeira versão em novembro de 2015.

3. O *site* do Opamet (<https://goo.gl/p6kG0r>) e sua página no *facebook* (<https://goo.gl/wfTTC5>) disponibilizam os principais trabalhos e atividades desenvolvidas.

4. O Relatório consolida uma primeira versão de aplicação da base metodológica formulada conjuntamente entre os Observatórios Locais e coordenada pelo Observatório Nacional (ONT). O Relatório é constituído de cinco seções de análise do mercado de trabalho paraense centrada na apresentação de 18 indicadores, para acesso ao Relatório: <https://goo.gl/gm2MMS>.

dinâmica mais geral das relações de produção capitalistas, especialmente os fatores condicionantes das relações de assalariamento e de disponibilidade de formas de reprodução social da população trabalhadora. Deste modo, na seção seguinte, são abordados os principais condicionantes das relações de trabalho assalariada como forma principal de reprodução social. Assim, o refinamento teórico realizado será importante para a construção metodológica de indicadores, na medida em que estabelece um padrão de entendimento da realidade social sobre a qual se apoiará a construção dos indicadores.

### 3.1 ELEMENTOS DA RELAÇÃO DE TRABALHO ASSALARIADA NORMAL

A compreensão estrutural do sistema capitalista passa pela possibilidade de formalização das relações sociais de produção em torno de um *modelo de desenvolvimento* constituído com base em três elementos:

i) um modelo de organização do trabalho assalariado como forma predominante de relações de trabalho, estruturado em princípios gerais de controle do trabalho e englobando não apenas as formas de organização do trabalho no interior das empresas, mas as formas de divisão do trabalho entre as empresas, aspectos como a

relação entre empresas de diversos tamanhos (pequenas, médias, grandes); assim como de distintas composições tecnológicas;

ii) um regime de acumulação, “compreendendo uma lógica econômica geral que descreve a estabilização a longo prazo da destinação do produto social entre o consumo e a acumulação” (LIPIETZ, 1988, p. 30), ou seja, as condições mais ou menos propícias à acumulação de capital relacionada à *taxa de investimento e aos setores produtivos estimulados*, o que implica uma correspondência entre a transformação das condições de produção e as das condições de reprodução do trabalho assalariado; e

iii) um modo de regulação, ou seja, o conjunto de “regras interiorizadas e de procedimentos sociais, que incorpora o social nos comportamentos individuais, o que implica o desenvolvimento de instituições, formas de relações contratuais e a atuação do Estado capitalista” (LIPIETZ, 1988, p. 30), elemento fundamental para a compreensão do processo de reprodução das sociedades capitalistas contemporâneas<sup>5</sup>.

A compreensão central envolvida na análise das relações de trabalho no capitalismo refere-se a uma tipifi-

5. Conferir, entre outros: Aglietta (1979); Lipietz (1988 e 1991); Trindade (2001); Boyer (1990 e 2009); Freyssenet (2009).

cação institucional macroestrutural desta forma de reprodução econômica: o regime salarial. Para desenvolver os componentes dimensionais do que se convencionou chamar de “mercado de trabalho” faz-se necessário entender o caráter da reprodução econômica do capitalismo e das relações de trabalho dominantes.

Vale notar que o assalariamento constitui, antes de tudo, o padrão de organização social capitalista, cuja importância corresponde tanto à produção da riqueza líquida (excedente econômico), quanto à reprodução das condições sociais e econômicas gerais. Esse padrão, porém, não é homogêneo nas diferentes sociedades e economias, havendo graus diferenciados de preponderância de assalariamento conforme a formação social.

No caso brasileiro, por exemplo, as condições estruturais capitalistas não processaram a universalização do assalariamento e, mesmo nos setores em que ele é a regra, parcelas importantes da força de trabalho ocupada não é contratada mediante o regime de assinatura da carteira de trabalho, constituindo formas mais ou menos precárias de assalariamento, característicos da heterogeneidade ocupacional no mercado de trabalho. Assim, a base de determinação a partir da acumulação de capital – de-

manda por força de trabalho assalariada – se combina com as formas de auto reprodução das mais variadas, além da oferta de bens e serviços relativamente autônoma aos vetores de acumulação de capital formais (informalidades diversas), por mais que não haja na relação entre “formal” e “informal” nenhum traço de “dualismo” e sim complementariedade entre os mesmos, constituindo uma interação presente permanentemente, e estrutural à formação capitalista nacional (THEODORO, 2005; OLIVEIRA, 2003).

Em termos clássicos, o mercado de trabalho converge para a contraposição entre ofertantes e demandantes da mercadoria força de trabalho. O entendimento da especificidade dessa mercadoria é central para a análise estrutural do capitalismo (BRUNHOFF, 1985, 1991). A mercadoria força de trabalho proporciona uma massa de valor superior ao seu próprio valor de reprodução, agindo no processo produtivo de forma diferente das demais mercadorias que somente integram o referido processo.

A relação de troca desta mercadoria estabelece a base contratual fundamental do sistema, sendo que o assalariamento é o centro dinâmico do próprio capitalismo. A relação salarial é uma contratação conflituosa que envolve processos mercantis con-

vencionais, como a atribuição de um preço à mercadoria força de trabalho (salário médio), como interações de regulação social (jornada de trabalho, contrato coletivo, seguridade social).

Vale considerar que não é possível tratar das relações de trabalho isoladas dos componentes macroestruturais que a definem, isso porque, a expansão da acumulação de capital, ou sua retração, produz efeitos tanto de criação quanto de destruição de postos de trabalho, o que define sua dupla capacidade de influência, tanto sobre a demanda por força de trabalho (lado das empresas), quanto sobre a oferta de força de trabalho (lado dos trabalhadores). Assim, qualquer análise das tendências de emprego deve, por um lado, partir dos condicionantes e alterações sobre o regime de acumulação, especialmente a dinâmica de elevação das taxas de investimento e composição setorial dos mesmos. Por outro, o tratamento dos condicionantes estruturais que definem o assalariamento também se faz necessário.

Os três condicionantes centrais que definem a principal forma de interação social no capitalismo são: i) a produtividade média do trabalho; ii) a regulamentação social da disponibilidade da força de trabalho; iii) o grau de organização dos trabalhadores. Antes de tratar as dimensões

de análise propostas, convém visitar cada um desses condicionantes.

A produtividade do trabalho em uma sociedade de elevada complexidade supõe tanto certo grau de exploração da força de trabalho, quanto a utilização de mecanismos técnicos (sociais e organizacionais) que definem padrões de desenvolvimento ou regimes de acumulação. O crescimento da produtividade define a elevação da massa de valores-riqueza produzidos em certo período de tempo, sendo que as diversas formas econômicas nacionais apresentam diferentes padrões de produtividade, integradas, por sua vez, a diferentes formas de regulação social do uso da mercadoria força de trabalho. Convém observar que a maior ou menor exploração média da força de trabalho possibilita a expansão absoluta ou relativa da riqueza nacional produzida, sendo que os mecanismos tecnológicos e sociais levam a maior ou menor expansão do “exército” de trabalhadores inativos, desempregados e em ocupações não assalariadas, porém todos em estado de espera de utilização econômica capitalista.

A incorporação dos ganhos de produtividade aos salários foi o fermento necessário ao longo ciclo econômico de crescimento das economias centrais, produzindo um importante efeito de relacionamento entre ofer-



ta e consumo de massas (LIPIETZ, 1988; BOYER, 2009). No caso brasileiro, a sustentabilidade das dinâmicas indústrias dos duráveis se deu com base em um consumo restringido de produtos primários e crédito facilitado – implicando o endividamento interno – com vistas ao alargamento desta demanda. A opção pelo modelo de concentração da renda ou de demanda restringida implicou, no caso brasileiro, entre outros aspectos, a não incorporação dos ganhos de produtividade à determinação do nível real de salários, mesmo nos setores dinâmicos da economia (OLIVEIRA, 2003; MATTOSO, 1995).

A regulação social refere-se, por sua vez, à interação de formas sociais vinculadas ao estabelecimento de regramentos sobre o “uso e disponibilidade” da mercadoria força de trabalho. A forma mais visível refere-se à legislação social, compondo um sistema de regras de contratualidades que garantiram a institucionalização dos mercados de trabalho nos países centrais, estabelecendo normas de controle social sobre as empresas quanto à contratação e demissão de mão de obra, remuneração mínima e jornada de trabalho máxima, o que propomos denominar de Relação de Trabalho Assalariado Normal (RTAN). Essa forma contratual, normal na maioria dos países, é subme-

tida a certa regulação por legislação nacional, correspondendo a certo padrão médio de assalariamento, sendo estabelecidas jornadas médias de trabalho, salários mínimos e médios, produtividade média setorial e grau médio setorial de intensidade de esforço de trabalho. No caso brasileiro este padrão inclui os trabalhadores assalariados com carteira de trabalho assinada, assim como os estatutários e os militares. A categoria proposta tem o objetivo de verificar como a regulamentação e as condições de normalidade das relações de trabalho se projetam historicamente.

A RTAN é uma forma social histórica, sendo estabelecida em conformidade com as realidades nacionais, podendo ser mais ou menos flexíveis a depender das características estruturais de cada formação nacional. Segundo Lipietz (1988, p. 52) o regime salarial estabelecido no pós-guerra nas chamadas economias centrais, caracterizava-se pelos “acordos coletivos constringentes para o conjunto dos empregadores de um ramo ou região de produção”, o que inviabilizava a concorrência pelos salários baixos<sup>6</sup>. As alterações mais recentes, nas duas últimas décadas, demonstram que a flexibilidade da relação normal se impõe historicamente, porém com certo nível de rigidez necessária à manutenção da ordem reprodutiva capitalista<sup>7</sup>. As-

6. Esta legislação social das relações de trabalho teve no famoso “Fair Labor Standards Act”, de 1938, do “New Deal” de Roosevelt, um primeiro ensaio de gestão estatal da força de trabalho. Essa lei determinava, entre outras coisas, um salário mínimo, jornada máxima de trabalho, regulamentava a hora-extra e proibiu o trabalho infantil (BRUNHOFF, 1985, p. 76). No Brasil o governo de Vargas cria em maio de 1943 a chamada Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), cujas normas atributivas e regulamentadoras regem, até hoje, as relações formais de trabalho no país.

7. Freyssenet (2009, p. 27) observa que, na Europa como um todo, houve, nas últimas três décadas, a disseminação de “formas particulares de emprego”, sendo que as relações contratuais de trabalho são distintas dos contratos “normais”, ou seja, “do trabalho em tempo integral, de duração indeterminada, com um empregador único que é o usuário efetivo da força de trabalho”, porém os contratos normais ainda se mantêm como forma majoritária no emprego total.



pecto importante refere-se à maior pressão pela flexibilidade (salarial e contratual) de uso da força de trabalho, impondo-se um “regime de acumulação flexível” (HARVEY, 1993) como característica mais importante do atual “regime salarial” em termos internacionais.

Por último, mas sem menor importância, os aspectos de organização e luta coletiva dos trabalhadores também temperam e condicionam os diferentes “regimes salariais nacionais”. Brunhoff (1991, p. 68) lembra que o *Estado-Providência* e as políticas sociais adjacentes foram um *contraponto à organização sindical e política (socialista) do movimento operário*, ressaltando-se a importância destes movimentos sociais organizados como força motivadora do estabelecimento de normas sociais reguladoras das relações de compra e uso da força de trabalho. No caso brasileiro, as alterações históricas foram marcadas por baixa capacidade organizativa dos setores assalariados, bastante influenciado pela presença de um extenso “exército” de trabalhadores inativos, desempregados e em ocupações não assalariadas<sup>8</sup>. A maior conflitualidade e disputa social definem, por sua vez, as condições de uso flexível da força de trabalho<sup>9</sup>, sendo que a regulação social, em grande medida, acompanha esses fatores e a produtividade do trabalho.

### 3.2 AS MULTIDIMENSÕES DO MERCADO DE TRABALHO

Para tratar analiticamente o mercado de trabalho a partir da percepção anunciada, qual seja em conformidade com a categoria de Relação de Trabalho Assalariada Normal, propõe-se o estabelecimento de dimensões que favoreçam sua compreensão histórica, econômica e social. Cada conjunto de dimensionalidades se relaciona ou permite entender um dos componentes de condicionalidade de acordo com o já exposto. Vale notar que estas dimensões serão tratadas como componente analítico que possibilite colaborar com as políticas públicas no sentido de aprofundar a regulamentação do mercado de trabalho nacional. Por outro lado, vale notar que, como uma forma multidimensional, o mercado de trabalho apresenta um conjunto de dimensões outras além daquelas aqui consideradas, reconhecendo as limitações dos aspectos aqui destacados.

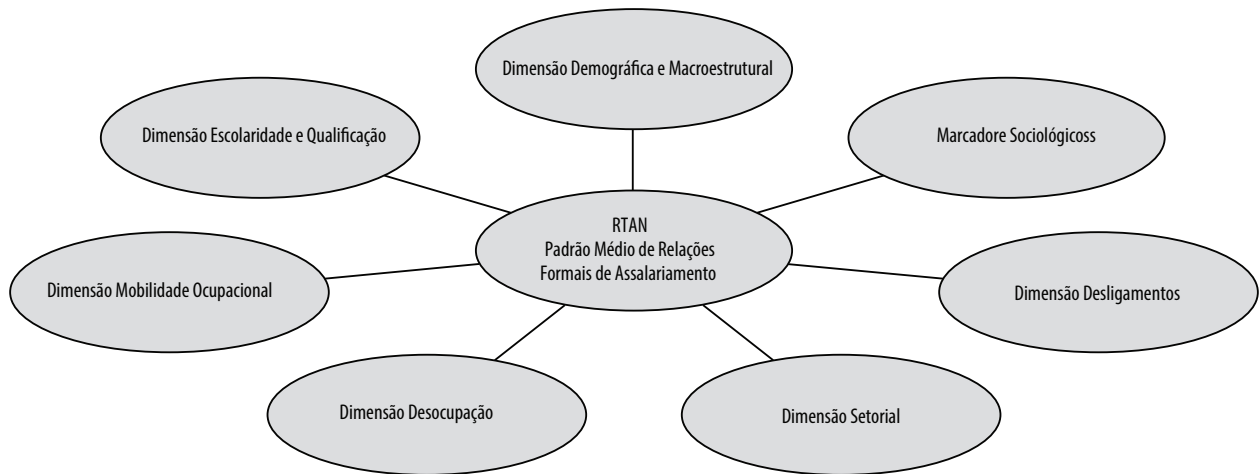
Propõe-se as seguintes dimensões de análise, cuja capacidade de acompanhamento é pertinente ao acompanhamento estrutural do mercado de trabalho:

- i) Macroestruturais e Demográficas: a configuração social necessária para pensar a dinâmica de expansão ou retração da população eco-

8. Marx (2013, p. 704-705) estabelece a categoria de “exército industrial de reserva”, uma “superpopulação relativa” produzida pela própria acumulação capitalista, “isto é, excessiva para as necessidades médias de valorização do capital e, portanto, supérflua”. Podemos tratar as características estruturais flexíveis do mercado de trabalho brasileiro como um formato próprio de superpopulação relativa, própria de sociedades dependentes ou periféricas, conforme Neto (1996). Assim a massa de trabalhadores assalariados sem carteira de trabalho assinada constitui elemento próprio da heterogeneidade do mercado de trabalho brasileiro (DIEESE, 2016, p. 78-79), fator de reforço das características de flexibilidade e de fragilidade da RTAN nacional.

9. A elevada rotatividade da força de trabalho no Brasil constitui característica estrutural do mercado de trabalho nacional. Alguns dados comparativos nos dão a dimensão das altas taxas de rotatividade aqui praticadas, segundo o DIEESE (2011, p. 13): “45,1%, em 2001, 43,6% em 2004; 46,8% em 2007; 52,8%, em 2008, e 49,4%, em 2009”, atingindo em 2010 “o patamar de 53,8%”.

**FIGURA 1**  
**Eixos de análise do mercado de trabalho**



nomicamente ativa, possibilita o entendimento das diferentes realidades locais. Essa dimensão define os limites absolutos de expansão do “exército” de trabalhadores ativos e inativos, tendo grande importância no acompanhamento de políticas públicas voltadas para a regulação das taxas de desemprego. Por outro lado, não há como tratar a análise e o acompanhamento do mercado de trabalho sem indicadores macroestruturais, especialmente aqueles que permitam acompanhar as tendências de expansão do investimento e sua composição.

ii) Mobilidade Ocupacional: as características de alteração internas e segmentadas da força de trabalho impõem a particularidade de

regimes salariais menos “organizados” e sujeitos a fortes pressões sazonais e cíclicas, estabelecendo, do mesmo modo, baixa proteção social e movimentos de informalização das relações de trabalho. A clivagem no mercado de trabalho brasileiro sempre se mostrou acentuada, fundada em forte fluidez nas relações de trabalho e em relações contratuais muito flexíveis. Estes fatores se traduziram na grande instabilidade no emprego, nos baixos níveis de remuneração salarial e nas variadas formas (precárias) de uso da força de trabalho. O acompanhamento desse eixo dimensional se constitui ponto central para o estabelecimento de políticas de regulação do mercado de trabalho.

- iii) O acompanhamento da “desocupação” permite visualizar uma das principais características do regime salarial brasileiro: a “baixa inserção das pessoas no mundo da proteção social pela via do trabalho” (IPEA, 2009), o que define, por sua vez, uma modalidade de regulação social brasileira muito frouxa, um padrão estrutural historicamente flexível no uso e disposição da força de trabalho. As condições de “desocupação” referem-se tanto à formação estrutural brasileira, quanto aos mecanismos contemporâneos de expansão da produtividade. Por outro lado, a crítica a qualquer dualismo se faz necessária. A desocupação, caracterizada pela impossibilidade de inserção no mercado de trabalho ou pela momentânea condição de desemprego, estabelece uma dimensão forte para identificação de formas de superexploração da força de trabalho ou reforço ao processo de precarização das relações de trabalho.
- iv) A dimensão “desligamentos” busca analisar um dos aspectos internos a dinâmica dos mercados de trabalho estruturados (de maior organicidade e regulação), buscando visualizar as características de “*turn over*” e impactos sobre rendimento e ascensão funcional. Essa dimensão é particularmente importante para se entender movimentos cíclicos no mercado de trabalho, buscando regular, mesmo que parcialmente, a partir de gestão localizada, as oscilações mais abruptas.
- v) A dimensão “setorial” compreende, a exemplo da anterior, a focalizada em mercados de trabalho estruturados. O acompanhamento setorial possibilita a análise pontual das alterações em processo. Interessa aos gestores e reguladores públicos o acesso a desequilíbrios localizados, possibilitando o estabelecimento de políticas de regulação setoriais.
- vi) A dimensão “escolaridade e qualificação” está fortemente atinente ao acompanhamento da produtividade e influência sobre os demais aspectos. Vale observar que a objetivação da escolarização não é somente formal, pois a apreensão de conhecimentos tácitos, assim como a sua transferência na forma de “aprendizagem profissional” não se constituem movimentos automáticos e se interligam ao desenvolvimento de procedimentos técnicos e de “aprendizagem social”.
- vii) Por último, a multidimensionalidade das relações de trabalho (e do mercado de trabalho) compreende nichos de acompanhamento que são marcadamente influen-

ciados por aspectos característicos próprios e que, em função desses “marcadores” sociais, requerem acompanhamento. Definimos cinco marcadores sociológicos que estabelecem nichos de acompanhamento específicos: a) cor/raça; b) gênero; c) juventude; d) idosos; e) deficiência física e mental. A característica e dimensão volumétrica própria de cada um desses segmentos influenciam, por sua vez, as demais dimensões, bem como têm impacto nos condicionantes primários estabelecidos (produtividade, regulação social e conflitos sociais).

O domínio e capacidade de uso das fontes de informação disponíveis sobre as relações de trabalho, considerado “o manejo de códigos em permanente atualização, articulando os trabalhadores intelectuais dos diferentes campos do saber” (BOLAÑO, 2007, p. 42), possibilita a melhor interação entre os agentes sociais envolvidos com as políticas públicas de emprego e renda e, ao mesmo tempo, posiciona a sociedade quanto aos possíveis agravamentos das crises econômicas e suas consequências sociais. Uma das etapas principais necessárias ao domínio das fontes de informações disponíveis refere-se à compreensão de sua codificação e origem. O conhecimento sobre esses aspectos possibilita o uso mais efi-

ciente dos dados tratados, sendo que a socialização do conhecimento das principais fontes de dados disponíveis possibilita condições favoráveis ao desenvolvimento econômico e social. A análise das unidades estaduais e municipais, quanto aos aspectos mais gerais do mercado de trabalho, como teoricamente tratado, possibilita uma melhor ação dos agentes sociais, a seção seguinte busca desenvolver essa primeira aproximação em relação ao estado do Pará e alguns dos municípios que o constitui.

#### **4. EMPREGO E RENDA NO PARÁ E NAS PRINCIPAIS CIDADES: UMA PRIMEIRA ANÁLISE APROXIMATIVA A PARTIR DAS DIMENSÕES PROPOSTAS**

Com base em dados do Censo Demográfico e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) do Ministério do Trabalho (MTb) fazemos neste texto breve balanço crítico da evolução do mercado de trabalho do Pará e de suas cinco maiores cidades em termos do PIB e da população (Belém, Ananindeua, Marabá, Santarém e Parauapebas), sob o ponto de vista das condições de emprego e renda, visualizando aspectos como desemprego, grau de informalidade, renda média e principais setores de emprego formal.

#### 4.1 A RELAÇÃO DE TRABALHO ASSALARIADO NORMAL NO PARÁ

Segundo o Censo Demográfico de 2010, o município de Belém concentrava 18,38% da população estadual, ou seja, 1,3 milhão de habitantes. Desse total, aproximadamente 51% (663 mil) refere-se à população economicamente ativa (PEA)<sup>10</sup>, ou seja, à parcela da população acima de 10 anos de idade que se encontra disponível para o mercado de trabalho na condição de ocupada ou desocupada. A taxa de desocupação<sup>11</sup>, calculada pelos dados do Censo 2010, alcançou a marca de 10,3%, muito superior aos níveis nacionais e mesmo do estado do Pará, cuja taxa foi de 5,5% em nível nacional e de 9,5% em nível estadual, para aquele ano.

O segundo maior município do estado, em termos demográficos, e com a maior taxa de desocupação (11,2%), Ananindeua se constitui um município dormitório da grande Belém, e parcela das atividades econômicas ali estabelecidas resulta de serviços e atividades industriais que se deslocam para o cinturão (em torno) mais exterior da capital nos últimos 20 anos.

Marabá e Parauapebas são os núcleos regionais do sudeste paraense<sup>12</sup>, concentrando parcela expressiva da produção mineral do estado. Na última década, estes municípios foram

os que mais cresceram demograficamente no estado, com taxa média de crescimento anual de 3,3% e 8,0%, respectivamente. Em 2000, o município de Parauapebas contava com 71.568 habitantes, já em 2010 concentrava 153.908 habitantes. No caso de Marabá, em 2000, o município possuía 168.020 habitantes e chega a 233.669 habitantes em 2010.

O município de Santarém constitui o polo regional do oeste paraense, tendo uma dinâmica econômica historicamente estabelecida enquanto centro de fornecimento de serviços públicos e comerciais para o conjunto da região<sup>13</sup>. Sua taxa de atividade é a menor do estado, influenciada pelas fortes características ainda rurais e com um grau de urbanização inferior aos demais municípios focos dos estudos.

Os dados censitários refletem, por um lado, uma relativa melhora na oferta de empregos ao longo da década, especialmente o aspecto positivo de elevação do grau de formalidade empregatícia em Belém e Parauapebas, por mais que nas demais cidades e no estado como um todo não se tenha verificado melhoria sensível.

Vale destacar que o quadro local do mercado de trabalho paraense acompanha a forte flexibilidade da Relação de Trabalho Assalariada Normal

10. PEA é a parcela da população em idade ativa que está ocupada ou desempregada.

11. Refere-se ao valor percentual da população desocupada em relação a população economicamente ativa. Esta taxa apresenta alguns problemas referentes a já mencionada heterogeneidade do mercado de trabalho brasileiro. Em termos metodológicos, o DIEESE (2016, p. 78) observa que em mercados heterogêneos “a classificação tradicional da condição de atividade e ocupação através das polarizações entre situações de trabalho/não trabalho e com procura/sem procura de trabalho” seria inadequada, sendo necessário, ainda captar situações de intersecção “entre ocupação, desocupação e inatividade”, próprias de sociedades dependentes ou periféricas.

12. Esta mesorregião é formada por 39 municípios, cujos polos são Marabá e Parauapebas, conferir: <https://goo.gl/Z3qqzH>.

13. Esta mesorregião é formada por 14 municípios, cujo polo é Santarém, que pode ser visto em: <https://goo.gl/Z3qqzH>.

(RTAN), com municípios com informalidade acima de 60% da PEA (Santarém). Mesmo no caso da capital (Belém), as relações formalizadas incluem somente metade da população ocupada. Neste caso, considera-se, para efeito de análise, a informalidade como sendo resultante dos trabalhadores empregados sem carteira e os conta-próprias, que inclui tanto os trabalhadores urbanos, quanto rurais<sup>14</sup>.

O principal avanço registrado na década passada pode ser observado nos números referentes à ocupação assalariada formal (celetistas, estatutários e militares), com o parcial avanço das relações do tipo RTAN, porém com elevada instabilidade e

pouca capacidade de manutenção no médio prazo, como se verá com a rápida desestruturação recente, a partir da crise de 2011. Por mais que se tenha tido uma certa elevação do assalariamento celetista, o nível de informalidade permanece muito elevado, preponderando empregos informais e precários, ou seja, assalariamento sem carteira de trabalho assinada, algo visível em todo Estado e relevante nos municípios focalizados, como pode ser visto no Gráfico 1. A restrição do trabalho assalariado formal (Gráfico 2), que correspondia a 54,4% dos ocupados no Pará, em 2014, também é um indicador da fragilidade das relações de trabalho no estado.

**TABELA 1**  
**Indicadores de atividade econômica e ocupação no mercado de trabalho**  
Pará e Municípios Selecionados (2010)

Indicador	Unidade Federativa					
	Belém	Ananindeua	Santarém	Marabá	Parauapebas	Pará
População Total	1.393.399	471.980	294.580	233.669	153.908	7.581.051
PIB Per Capita (em R\$)	13.506,19	8.692,24	7.835,47	14.814,51	97.342,96	10.876,00
Pop. em Idade Ativa (PIA) <sup>(1)</sup>	1.188.026	394.224	234.565	185.156	122.067	5.701.872
Pop. Econ. Ativa (PEA)	663.589	225.162	125.665	103.197	71.569	3.206.614
Pop. Ocupada (PO)	595.399	199.899	114.556	93.234	63.804	2.901.986
Pop. Desocupada (PD)	68.190	25.263	11.109	9.963	7.765	304.628
Taxa de Atividade (PEA/PIA)	55,9%	57,1%	53,6%	55,7%	58,6%	52,8%

(continua)

14. A taxa de informalidade considerada corresponde a razão entre o total da população empregada sem carteira de trabalho assinada (SCart) e aqueles que trabalham por conta própria (CC) em relação a população empregada com carteira de trabalho assinada, do setor público (ME) e do setor privado (CCart); empregadores (E); como também a população empregada sem carteira de trabalho assinada e por conta própria. Em termos formais,

$$\text{Taxa de informalidade} = \frac{\text{SCart} + \text{CC}}{\text{CCart} + \text{ME} + \text{E} + \text{SCart} + \text{CC}} \times 100.$$

**TABELA 1**  
**Indicadores de atividade econômica e ocupação no mercado de trabalho**  
Pará e Municípios Seleccionados (2010) (continuação)

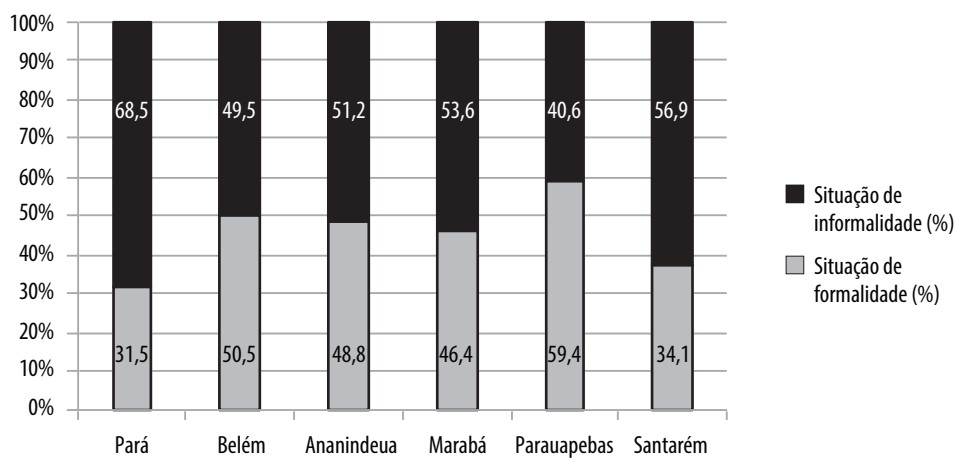
Indicador	Unidade Federativa					
	Belém	Ananindeua	Santarém	Marabá	Parauapebas	Pará
Taxa de Desocupação (PD/PEA)	10,3%	11,2%	8,8%	9,7%	10,8%	9,5%
Nível de Ocupação (PO/PIA)	50,1%	50,7%	48,8%	50,4%	52,3%	50,89%

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010

Elaboração do autor

Nota (1): Considera-se a parcela da população acima de 10 anos de idade que se encontra ocupada ou desocupada

**GRÁFICO 1**  
**Distribuição dos ocupados no Estado do Pará e municípios selecionados, segundo formalidade e informalidade**  
2010 (em %)

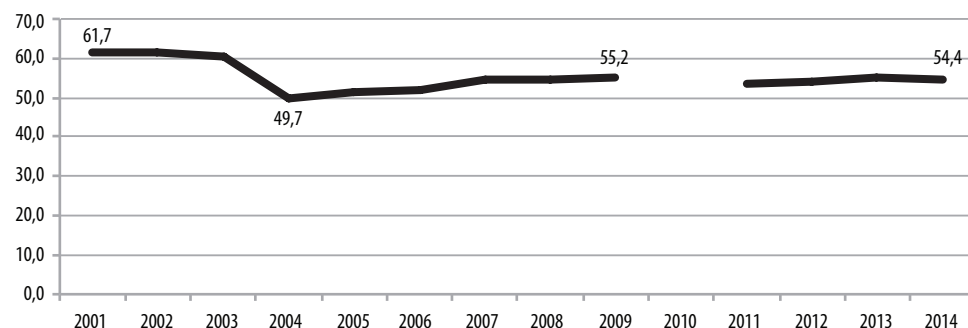


Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010

Elaboração do autor



**GRÁFICO 2**  
**Taxa de assalariamento (em %)**  
Pará (2001-2014)



Fonte: IBGE. Pnad

Elaboração do autor

Obs.: Em 2000 e 2010, em vez da Pnad, o IBGE, realizou o Censo Demográfico

Nas duas últimas décadas, a economia de Belém aprofundou uma tendência já presente na década anterior: a perda de dinamicidade industrial para outros municípios, porém revertendo, parcialmente, o peso econômico via setor terciário, especialmente serviços especializados e um novo *boom* imobiliário centrado na capacidade comercial da cidade, principalmente a partir de 2005 com o crescimento da indústria de construção civil, puxada pelos investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e Minha Casa Minha Vida.

Vale observar, pelos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged/MTb), que em 10 anos o estoque de empregos com carteira assinada na capital paraense passou de aproximadamente

261 mil, em 2000, para 357 mil, em 2009, com uma taxa de crescimento médio de emprego de 3,6%, distribuídos em quatro segmentos principais: administração pública, que em 2000 respondia por quase 41,0% dos empregos formais; serviços e comércio, responsáveis no início da década por 46,5% dos empregos; indústria de transformação com uma participação de 5,6% e finalmente, construção civil, com 4,7% do total. Em 2009, os setores de serviços e comércio já respondiam por 51,5% daquele total, e a indústria de transformação tinha reduzido sua participação para somente 4,5% do total.

Esses números aparentemente acompanham a tendência de aumento da importância do setor terciário nas economias urbanas no país, porém as

características de renda média recebida, assim como a precariedade das condições ocupacionais, refletem um terciário pouco moderno e centrado em serviços de baixo valor agregado.

O Gráfico 3 representa o grau de informalidade<sup>15</sup> por grande setor, a partir dos dados da Pnad<sup>16</sup>. Evidencia-se o alto grau de informalidade na agropecuária, enquanto na indústria percebe-se uma oscilação no período, mas com volta ao crescimento num patamar de 67,7%, para 2014; no setor da construção civil ocorreu oscilação no grau de informalidade, ao passo que no comércio a taxa de informalidade vem perdendo força, quando se observa o período analisado e no setor de serviços a informalidade vem oscilando na série, mas, para 2014, identifica-se mais uma baixa na taxa, que foi de 47,8%.

Como mostram os Gráficos 2 e 3, as taxas de assalariamento tiveram pouca inflexão, mantendo-se bastante estáveis mesmo durante o período de crescimento, o que reforça as conhecidas teses de que não há dualismo entre o assalariamento formal e o informal e sim complementariedade, como já tratado na seção 2 deste artigo.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do texto, foram apresentados elementos constitutivos do

desenvolvimento do Observatório Paraense do Mercado de Trabalho, notando-se que a experiência conjunta de uma instituição acadêmica (UFPA) com uma instituição dedicada à regulamentação nacional das relações de trabalho (MTb), constitui um esforço para melhor acompanhamento do mercado de trabalho local, fator importante para se pensar o fortalecimento de uma ampla rede de análise e acompanhamento do mundo do trabalho em nível nacional.

Buscou-se também explicitar as características próprias das relações de assalariamento nacionais, tratando a chamada Relação de Trabalho Assalariada Normal como resultante de intervenções regulacionais sobre o mercado de trabalho, bem como pela preponderância da forma assalariada. A perspectiva é de que a interação entre o assalariamento regular e as diversas formas de emprego não regulares corresponde a complementariedade entre as mesmas e não a uma dualidade.

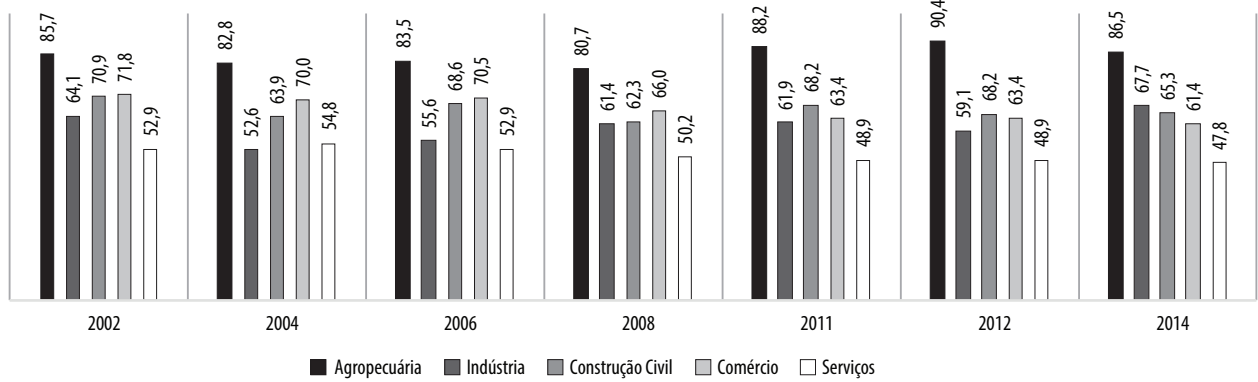
Por fim ao se analisar brevemente o mercado de trabalho paraense, observou-se como as referidas relações se refletem em uma economia com frágil presença do assalariamento normal, mesmo frente ao crescimento econômico das últimas duas décadas.

15. Define-se informalidade pelo percentual dos trabalhadores assalariados sem carteira, conta própria e sem remuneração em relação ao total de ocupados.

16. Vale anotar as diferenças, no que tange à desagregação geográfica e abrangência, das bases Censo e Pnad. O Censo abrange a totalidade da população, ou seja, apresenta o caráter universal. A Pnad é de caráter somente amostral e apresenta menor abrangência (Brasil, Grandes Regiões, unidades da Federação, Regiões Metropolitanas), conferir: <http://ibge.gov.br/home>.

**GRÁFICO 3****Proporção de ocupados em relações informais por grande setor**

PARÁ (em %) – 2002 a 2014



Fonte: IBGE, Sidra/Pnad

Elaboração do autor

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, G. **A condição de proletariedade**: a precariedade do trabalho no capitalismo global. Londrina: Praxis, 2009.
- AGLIETTA, M. **Regulacion y crisis del capitalismo**: la experiencia de los EUA. Madri: Sigglo XXI, 1979.
- BALTAR, P. E. de Andrade; DEDECCA, C. S.; KREIN, J. D. (Orgs). **Salário mínimo e desenvolvimento**. Campinas (SP): Unicamp (IE), 2005.
- BOLAÑO, C. R. S. Economia do conhecimento, lógica rentista e a superação do capitalismo. In: MACIEL, M. L.; ALBAGLI, S. **Informação e desenvolvimento**: conhecimento, inovação e apropriação social. Brasília, DF: IBICT; UNESCO, 2007.
- BOYER, R. **A teoria da regulação**: uma análise crítica. São Paulo: Nobel, 1990.
- \_\_\_\_\_. **A teoria da regulação**: os fundamentos. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.
- BRAGA, R. **A política do precariado**: do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo, 2012.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados: Caged**. Brasília, DF: Ministério do Trabalho e Emprego, [2010]. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/caged/>>. Acesso em: set. 2016.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relação Anual de Informações Sociais: RAIS**. Brasília, DF: Ministério do Trabalho e Emprego, [2010]. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/rais/>>. Acesso em: set. 2016.
- BRUNHOFF, Suzanne de. **Estado e capital**: uma análise da política econômica. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1985.
- \_\_\_\_\_. **A hora do mercado**: crítica ao liberalismo. São Paulo; Unesp, 1991.
- DIEESE. **Trajetórias da juventude nos mercados de trabalho metropolitanos**: mudanças na inserção entre 1998 e 2007. São Paulo: DIEESE, 2008.
- \_\_\_\_\_. **Rotatividade e flexibilidade no mercado de trabalho**. São Paulo: DIEESE, 2011.
- \_\_\_\_\_. **Caderno metodológico Observatórios do Trabalho**: conhecer para transformar. São Paulo: DIEESE, 2016.
- FREYSSINET, J. As trajetórias nacionais rumo à flexibilidade da relação salarial: a experiência europeia. In: GUIMARÃES, N. A. (Org.). **Trabalho flexível, empregos precários?**: uma comparação Brasil, França, Japão. São Paulo: Editora da USP, 2009.
- HARVEY, David. **A condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 5. ed. São Paulo: Loyola, 1993.
- \_\_\_\_\_. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo demográfico 2000**: resultados do universo. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: set. 2016.
- \_\_\_\_\_. **Censo demográfico 2010**: resultados do universo. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: set. 2016.
- LIPIETZ, Alain. **Miragens e milagres**: problemas da industrialização no terceiro mundo. São Paulo: Nobel, 1988.

\_\_\_\_\_. **Audácia**: uma alternativa para o século XXI. São Paulo: Nobel, 1991.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política (Livro I). São Paulo: Boitempo, 2013.

MATOSO, Jorge. **A desordem do trabalho**. São Paulo: Scritta, 1995.

NETO, J. M. Desemprego e luta de classes: as novas determinidades do conceito marxista de exército industrial de reserva. In: TEIXEIRA, F (Org.). **Neoliberalismo e reestruturação produtiva**. São Paulo: Cortez, 1996.

OLIVEIRA, C. E. B. De; MATTOSO, J. E. L. **Crise e trabalho no Brasil**: modernidade ou volta ao passado? São Paulo: Scritta, 1996.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista**. São Paulo: Boitempo, 2003.

THEODORO, M. As características do mercado de trabalho e as origens do informal no Brasil. In: SILVA, F. B. da et al. [Orgs.]. **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília, DF: Ipea, 2005.

TRINDADE, J. R. B. **A metamorfose do trabalho na Amazônia**. Belém: Editora da UFPA/NAEA, 2001.

# Observatório do Mercado de Trabalho do Maranhão: considerações sobre o processo de implantação e organização

Tadeu Gomes Teixeira, Flávia de Almeida Moura,  
Bruno Rogens Ramos Bezerra\*

## 1. APRESENTAÇÃO

O objetivo deste artigo é apresentar o processo de constituição do Observatório do Mercado de Trabalho do Maranhão (OMT-MA), descrever seus objetivos, proposta metodológica e, sumariamente, apresentar as características da ocupação no estado do Maranhão, indicando o processo de produção de informações para análise do mercado local de trabalho.

O surgimento da unidade maranhense do Observatório do Trabalho, em parceria com o Observatório Nacional do Mercado de Trabalho (ONMT/MTb), teve início em outubro de 2015. À época, a Universidade Federal do Maranhão (UFMA), por meio do Grupo de Pesquisa Trabalho e Sociedade, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, celebrou convênio com a Secretaria de Políticas Públicas de Emprego do Ministério do Trabalho (SPPE/MTb) para a implantação da unidade local, compondo a Rede Observatórios do Trabalho.

O OMT-MA foi concebido para aliar pesquisas sobre o mercado de trabalho maranhense às atividades de extensão. O propósito central do OMT-MA é difundir informações sobre o mercado de trabalho e subsidiar políticas públicas de emprego e renda por meio da divulgação de estatísticas sobre o mercado de trabalho, incentivando o debate público sobre o tema.

\* Os autores são integrantes do OMT-MA e professores da Universidade Federal do Maranhão.  
E-mail: omtmaranhao@gmail.com

Além disso, os objetivos específicos são a) impulsionar estudos sobre trabalho e mercado de trabalho na Universidade Federal do Maranhão; b) analisar as características do mercado de trabalho maranhense; c) difundir estatísticas sobre trabalho e d) subsidiar políticas públicas de trabalho, emprego e renda no Maranhão.

Desde o início do processo de implantação, o OMT-MA foi estruturado em Coordenação Geral<sup>1</sup>, Coordenação Técnica, Coordenação Organizacional, Pesquisadores e Assistentes de Pesquisa. A equipe é formada por três professores doutores, que estão na Coordenação, um pesquisador de nível técnico com mestrado na área de Ciências Sociais e cinco alunos de graduação.

Na próxima seção, apresenta-se o percurso metodológico seguido no OMT-MA para a compilação e divulgação de estatísticas do trabalho e, a partir disso, proceder à interlocução com o poder público e a sociedade maranhense.

### **IMPLANTAÇÃO DO OMT-MA: DESAFIOS METODOLÓGICOS E INTERLOCUÇÃO SOCIAL**

Após celebrar o convênio com a SPPE/MTb, o OMT-MA teve acesso aos dicionários, relatórios e estudos preparados pela Rede Observatórios

do Trabalho e pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), pelos Observatórios do Trabalho da Bahia, do Instituto Federal de Goiás, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), entre outros.

A diretriz para constituição dos Observatórios do Trabalho estabelecia o desenvolvimento e a apropriação de um conjunto de indicadores sobre os temas da demografia, setores de atividade econômica, ocupação e desocupação, políticas de emprego, trabalho e renda, para acompanhamento das características do mercado de trabalho em âmbito local e regional.

O processo de apropriação metodológica por parte dos integrantes do OMT-MA foi acompanhado pela interlocução com representantes do poder público, sobretudo com a Secretaria de Estado de Trabalho e Economia Solidária do Estado do Maranhão (Setres) e representantes locais do Sistema Nacional de Emprego (Sine-MA).

Nesse sentido, desde a primeira atividade, o OMT-MA incentivou a participação de atores sociais e agentes públicos, com uma oficina ministrada pelo analista técnico de Políticas Sociais da SPPE/MTb e Coordenador Geral do Observatório Nacional do Mercado de Trabalho, Vinícius

1. Os integrantes do OMT-MA são os seguintes: Dr. Marcelo Sampaio Carneiro (coordenador geral), dra. Flávia de Almeida Moura (coordenadora organizacional), Dr. Tadeu Gomes Teixeira (pesquisador desde a implantação e coordenador técnico a partir de agosto de 2016), Dr. Paulo Keller (coordenador técnico até julho de 2016 e pesquisador a partir de então), prof. ME. Bruno Rogens (pesquisador), Anacleto Aníbal Xavier Domingos e Cellyna Manuelle Silva da Paixão (assistentes de pesquisa), sendo incluídos posteriormente mais três assistentes de pesquisa.



Gomes Lobo, ocorrida em dezembro de 2015, na UFMA. O objetivo foi discutir a utilização dos registros administrativos mantidos pelo MTb, como é o caso do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) e da Relação Anual de Informações Sociais (Rais).

Após essa atividade, a equipe do OMT-MA começou a trabalhar com estas bases de dados e com as estatísticas do IBGE, iniciando um processo de compilação de dados sobre o estado do Maranhão. Ao mesmo tempo, buscou acompanhar as discussões metodológicas adotadas em âmbito nacional pela Rede Observatórios do Trabalho.

Em fevereiro de 2016, a SPPE convocou uma reunião conjunta dos Observatórios integrantes da Rede para definição de metodologia de trabalho. Participaram da reunião integrantes do DIEESE e segmentos de trabalhadores e empresários participantes do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat).

Definiu-se que os Observatórios das Universidades Federais parceiras fariam uma revisão do conjunto de indicadores proposto pelo ONMT e proporiam novos indicadores que tivessem, sobretudo, um recorte adequado ao contexto regional, seja

para acompanhamento da conjuntura ou para análise de mudanças estruturais. A partir disso, foram definidos os seguintes eixos analíticos para a composição de uma Cesta de Indicadores: Caracterização Econômica, Caracterização Demográfica e da Atividade, Caracterização da Ocupação, Rendimento e Jornada de Trabalho, Saúde do Trabalhador, Mobilidade Urbana, Mobilidade Ocupacional, Estrutura Setorial, Rotatividade e Flexibilidade, Posição na Ocupação e Informalidade, Caracterização do Desemprego, Caracterização das Políticas de Emprego, Trabalho e Renda, Políticas para os assalariados e Políticas para posições não assalariadas. Os eixos foram distribuídos aos Observatórios das Universidades Federais para elaboração de uma proposta inicial, com revisão pelos pares. Coube ao OMT-MA propor indicadores do eixo de Caracterização Demográfica e da Atividade.

O contato com pesquisadores da rede de observadores ajudou o OMT-MA a se apropriar das bases e a construir critérios metodológicos para realizar análises com um recorte estrutural e conjuntural e, conseqüentemente, começar a acompanhar a dinâmica do mercado de trabalho no Maranhão.

Para além da análise em âmbito estadual, o OMT-MA também é respon-

sável em acompanhar a dinâmica do mercado de trabalho de cinco municípios maranhenses, como previsto no convênio com o Ministério do Trabalho: São Luís, Açailândia, Imperatriz, Codó e Barreirinhas.

Ainda no âmbito da qualificação dos membros do OMT-MA, a equipe do DIEESE, através do Convênio com o MTb, realizou uma oficina durante três dias no mês de maio de 2016, da qual participaram os integrantes do Observatório e servidores do Sine do Maranhão. O objetivo foi capacitar os participantes para utilizar os registros administrativos do Ministério do Trabalho nas análises sobre o mercado de trabalho local.

A consolidação do OMT-MA junto à comunidade acadêmica e também à sociedade maranhense se deu na realização do I Encontro do Observatório do Mercado de Trabalho no Maranhão, ocorrido em julho de 2016 na UFMA. Na ocasião, além dos pesquisadores do Maranhão, estiveram presentes integrantes da Rede Observatórios do Trabalho (Pelotas, Pernambuco, Bahia, Pará e Campina Grande), especialistas na área de trabalho, como os professores José Dari Krein, do Instituto de Economia da Unicamp e pesquisador do Cesit (Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho) e José Giacomo Baccarin, da Universidade

Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp) e pesquisador de temas relacionados ao trabalhador rural, complexo sucroalcooleiro e políticas agrícolas. O objetivo principal do evento foi reunir pesquisadores, professores, agentes públicos, sindicalistas, estudantes e sociedade para discutir os desafios relacionados ao mercado de trabalho no contexto atual. Neste sentido, o encontro possibilitou estreitar vínculos com a sociedade civil e divulgar o processo de implantação do OMT-MA.

Durante a organização do I Encontro, a equipe do OMT-MA pode estreitar o relacionamento com o poder público estadual, principalmente com a Setres do Maranhão, que além de ajudar com recursos para viabilizar o evento, também se interessou pela proposta e tem realizado várias parcerias com a equipe do observatório. Desde então, a equipe do Observatório esteve presente em várias reuniões e eventos promovidos pela Setres, integrando o Grupo de Trabalho sobre Mulheres e Pessoas com Deficiência, além de ministrar formações para agentes públicos de emprego, representantes de agências estaduais do Sine da capital e de municípios do interior do estado. Realizaram-se também reuniões técnicas com a diretoria do Sindicato dos Bancários do Maranhão, tendo em vista possíveis articulações de trabalho.

Para encerrar o primeiro ano de implantação do OMT-MA, foi realizada a I Oficina de articulação com agentes públicos no dia 15 de dezembro de 2016, ocasião em que foram publicados os Boletins Estruturais e Conjunturais.

### 3. ESTUDOS E RELATÓRIOS: PRODUTOS DO OMT-MA

O OMT-MA elaborou, a partir dos eixos metodológicos, quatro relatórios para atender à demanda do ONMT e para acompanhar a dinâmica local do mercado de trabalho: 1) Relatório Mensal; 2) Relatório Conjuntural; 3) Relatório Estrutural Municipal e, por fim, 4) Relatório Estrutural do Maranhão<sup>2</sup>.

O propósito do Boletim Mensal é acompanhar a dinâmica do mercado formal de trabalho maranhense por meio dos dados administrativos do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), registro administrativo do Ministério do Trabalho que acompanha as admissões e desligamentos dos vínculos de emprego regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) no Brasil. Busca-se situar o desempenho do mercado de trabalho local, sobretudo em relação ao saldo de vínculo de empregos gerados, com o desempenho da região Nordeste. Há uma demanda, por parte de veículos de comunica-

ção e sindicalistas, sobretudo, por essas informações mensalmente.

O Boletim Mensal abrange o Estado do Maranhão.

Os temas e indicadores presentes no boletim foram selecionados para 1) evidenciar o desempenho do mercado de trabalho e 2) indicar o perfil do trabalhador admitido e desligado no mês de referência.

Assim, na primeira seção do Boletim, há informações sobre os seguintes temas no que se refere ao desempenho do mercado de trabalho maranhense:

- Saldo de empregos formais no Nordeste e no Maranhão;
- Variação absoluta e relativa nos vínculos formais de emprego (total de admissões e demissões no mês de referência);
- Variação absoluta dos vínculos formais de emprego nos últimos 12 meses;
- Variação absoluta de vínculos dos empregos formais por setor de atividade econômica (Extrativa Mineral, Indústria de Transformação, Construção Civil etc.)
- Cinco municípios que mais demitiram no mês de referência;

2. Indicadores e modelo em elaboração, aperfeiçoamento e revisão.

- Cinco municípios que mais criaram postos de trabalho no mês de referência.

Quanto ao perfil do trabalhador, os seguintes aspectos foram selecionados para acompanhamento:

- Admitidos e desligados por sexo no mês de referência;
- Grau de instrução dos admitidos no mês de referência;
- 10 ocupações que mais admitiram no mês de referência;
- 10 ocupações que mais demitiram no mês de referência;
- Faixa salarial média dos admitidos e desligados no mês de referência;
- Saldo dos admitidos e desligados por sexo no mês de referência;
- Saldo dos admitidos e desligados por faixa etária no mês de referência;

A proposta do Boletim Conjuntural é sistematizar e divulgar dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - Contínua (Pnad-Contínua) e uma síntese do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do período analisado. O ob-

jetivo é monitorar o desempenho do mercado de trabalho e as características demográficas. Com periodicidade trimestral, abrange o Estado e a capital, São Luís.

O Boletim Conjuntural está organizado em três seções: 1) Caracterização Demográfica; 2) Aspectos Estruturais do Mercado de Trabalho e 3) Mercado de Trabalho Formal.

Os indicadores e temas monitorados são os seguintes:

- Distribuição da população maranhense por sexo;
- Distribuição da população maranhense por grupos de idade;
- Distribuição da população maranhense por nível de instrução;
- Taxa de participação no mercado de trabalho (População economicamente ativa em relação à população em idade ativa) por sexo
- Distribuição da população ocupada por sexo;
- Taxa de ocupação e desocupação no mercado de trabalho por nível de instrução;
- Taxa de desocupação por grupos de idade;

- Pessoas ocupadas por posição na ocupação no trabalho principal;
- Pessoas ocupadas por agrupamento de atividade no trabalho principal;
- Pessoas ocupadas por agrupamentos ocupacionais;
- Rendimento médio real do trabalho principal e de todos os trabalhos por sexo (Brasil, Nordeste, Maranhão e São Luís);
- Saldo de movimentação (admissão e demissão) de empregos formais por setor de atividade em 12 meses
- Saldo da movimentação de vínculos de empregos formais por setor de atividade;
- Pessoas ocupadas por agrupamento de atividade no trabalho principal;
- Faixa salarial média das admissões formais em 12 meses.

O Relatório Municipal Estrutural tem como propósito sistematizar e divulgar informações semestrais de municípios selecionados. Serão utilizados dados do Censo Demográfico (IBGE), do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) e do Sistema de Contas Nacionais. Os municípios acom-

panhados são: São Luís, Açailândia, Imperatriz, Codó, Barreirinhas e, a partir de 2017, Balsas.

O Relatório Estrutural possui as seguintes seções: 1) caracterização demográfica; 2) aspectos estruturais do mercado de trabalho e 3) comportamento do emprego formal.<sup>3</sup> Os indicadores compilados e sistematizados a partir de uma abordagem longitudinal são os seguintes:

- População residente por situação de domicílio
- Evolução da população por situação de domicílio
- População por sexo
- Evolução da população por cor
- População por faixa etária
- População Economicamente Ativa (PEA)
- PEA por faixa de idade
- Distribuição da PEA por sexo
- Saldo dos vínculos de emprego formal
- Saldo dos vínculos de emprego formal por setor de atividade econômica

3. O Relatório Estrutural estadual é mais abrangente, com as seguintes seções: Caracterização demográfica do estado do Maranhão, aspectos estruturais da força de trabalho maranhense, características e tendências da ocupação, rendimento da população e comportamento e tendências do emprego formal.

- População em Idade Ativa (PIA)
- População Ocupada (PO) por escolaridade
- População Ocupada (PO) por posição na ocupação
- Rendimento mensal da População
- Rendimento médio da população em 2010
- Rendimento das pessoas com deficiência

A partir desses indicadores, apresenta-se, na próxima seção, uma caracterização e tendências da ocupação no Maranhão.

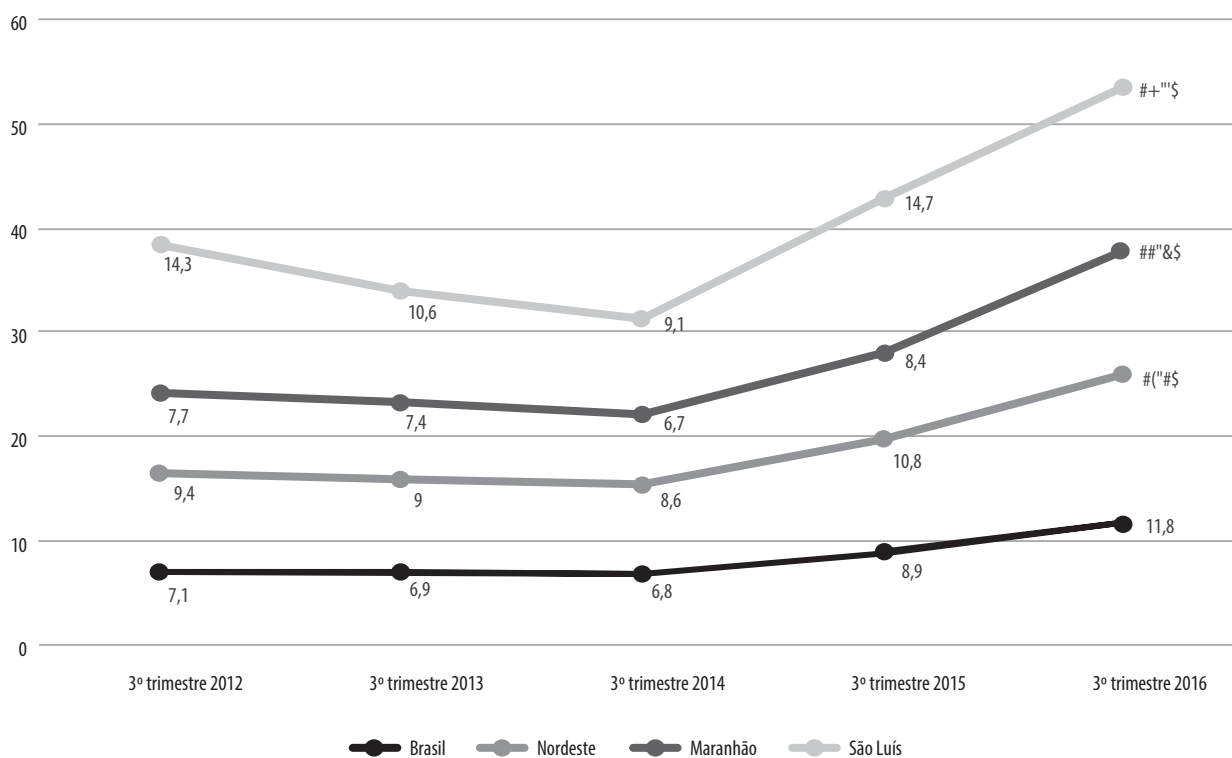
#### 4. CARACTERÍSTICAS E TENDÊNCIAS DA OCUPAÇÃO NO MARANHÃO

A taxa de desocupação no mercado de trabalho tem sido crescente desde o 3º trimestre de 2013 no Brasil, no Nordeste, no Maranhão e em São Luís, de acordo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do IBGE, como verificado no Gráfico 1.

### GRÁFICO 1

#### Evolução da taxa de desocupação no Brasil, Nordeste, Maranhão e São Luís

3º trimestre de 2013 ao 3º trimestre de 2016 - Em %



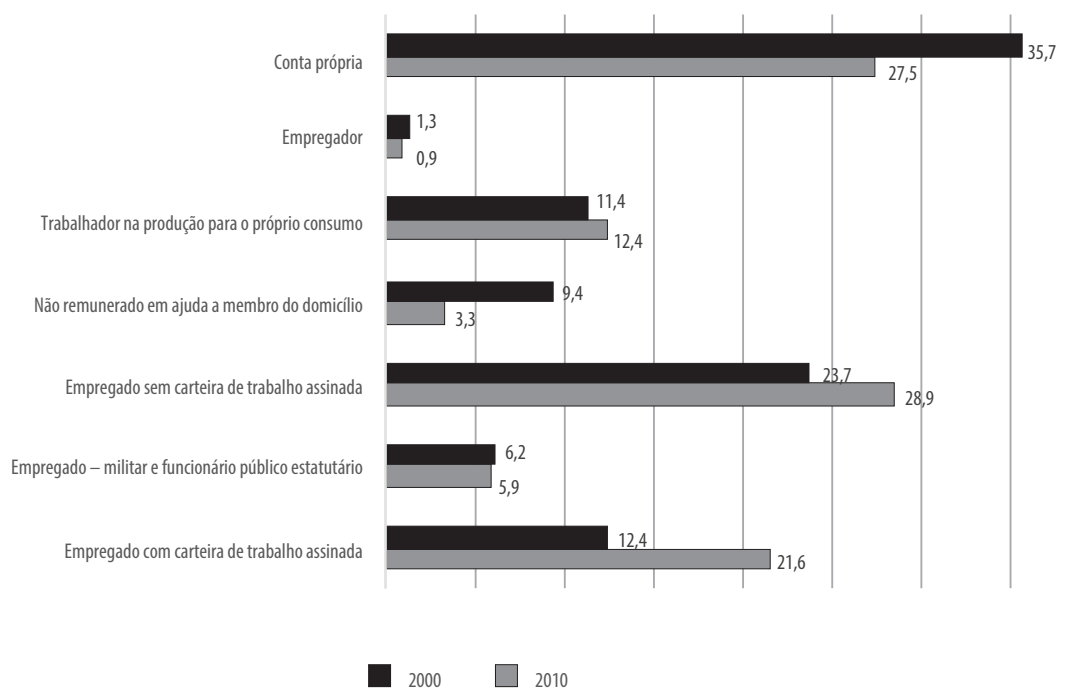
Entre 2000 e 2010 houve diminuição do percentual de trabalhadores por conta própria no Maranhão de 35,7% para 27,5%, de acordo com dados dos Censos de 2000 e 2010. Por outro lado, os dados revelam que houve um ligeiro aumento dos trabalhadores que trabalhavam para o próprio consumo, que passaram de 11,4% para 12,4%. Apesar da pequena redução da participação dos militares e funcionários públicos estatutários (de 6,2% para 5,9%), no mesmo período houve o aumento do número total de trabalhadores empregados, em virtude da elevação da participação dos empregados com

carteira de trabalho assinada que saltou de 12,4% para 21,6%, e dos empregados sem carteira de trabalho assinada, que elevaram sua participação de 23,7% para 28,5%, como mostram os dados no Gráfico 2.

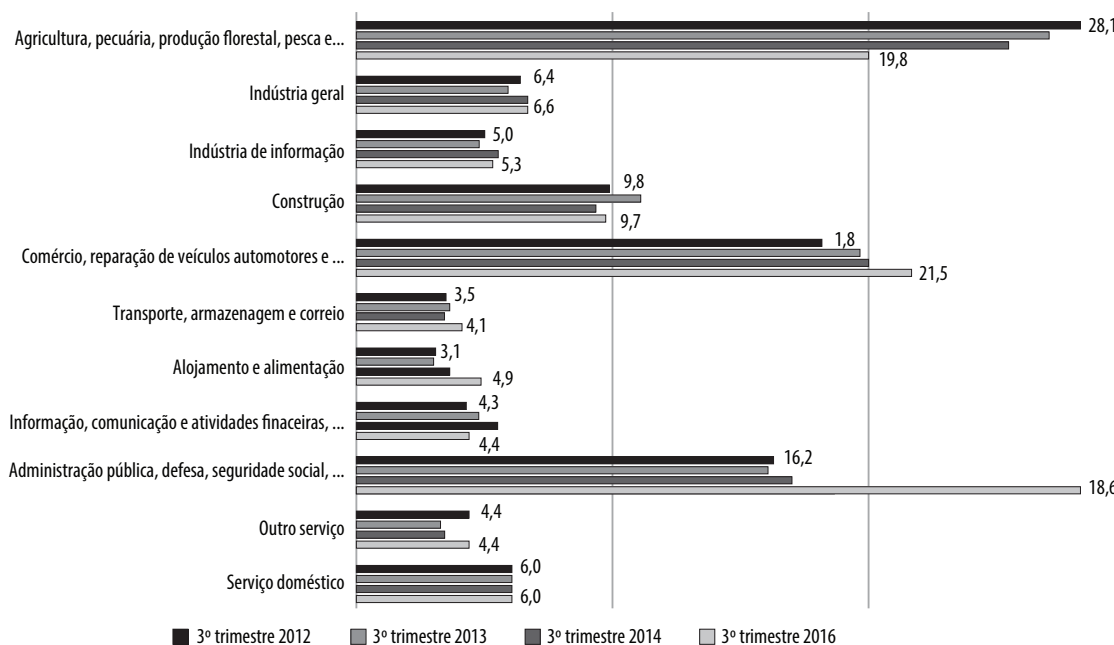
A Pnad Contínua mostra também uma tendência importante do emprego por setor de atividade do trabalho principal desde o 3º trimestre de 2012. O setor Agropecuária, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura que ocupava 28,1% da população ocupada, vem diminuindo sua participação até atingir 19,8% no 3º trimestre de 2016 (Gráfico 3).

## GRÁFICO 2

### Evolução da População Ocupada por Posição na Ocupação entre 2000 e 2010 - Em %





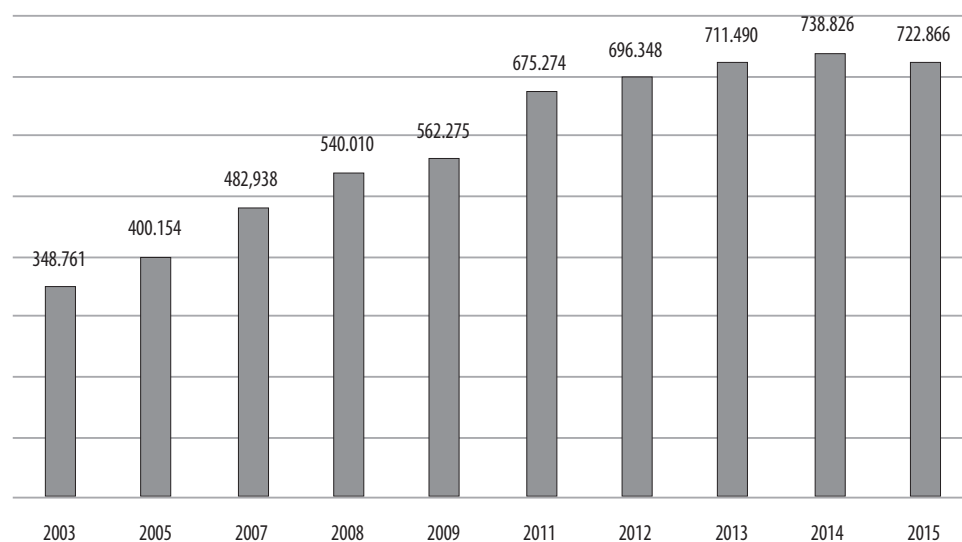
**GRÁFICO 3****Pessoas ocupadas por grupamento de atividade principal - Em %**

Fonte: IBGE. Phad Contínua

A Indústria de Transformação, por outro lado, teve pequena elevação na população ocupada de 5% no 3º trimestre de 2012, chegando a 2016 com 5,3%. As atividades que empregaram a maior parte da população maranhense no 3º trimestre de 2016, contudo, são Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Bicicletas (21,5%) e Administração Pública, Defesa, Seguridade Social, Educação, Saúde Humana e Serviço Social (18,6%), além da Agropecuária, produção florestal, pesca e aquicultura, como apontado no parágrafo anterior.

Em relação ao emprego formal, verifica-se que o volume de postos de trabalho tem crescido nas últimas duas décadas no Maranhão. Em 2003, o estado possuía um estoque de 348.761 vínculos de emprego formal, enquanto em 2015, o montante chegou a 722.866, ou seja, um crescimento absoluto de 107% no volume de empregos formais, conforme o Gráfico 4, embora a crise iniciada em 2014 tenha imposto uma severa perda de postos de trabalho entre 2014 e 2015.

**GRÁFICO 4**  
**Evolução do estoque de vínculos de empregos formais no Maranhão**  
2003 a 2015 (em números absolutos)



Fonte: MTb, Rais

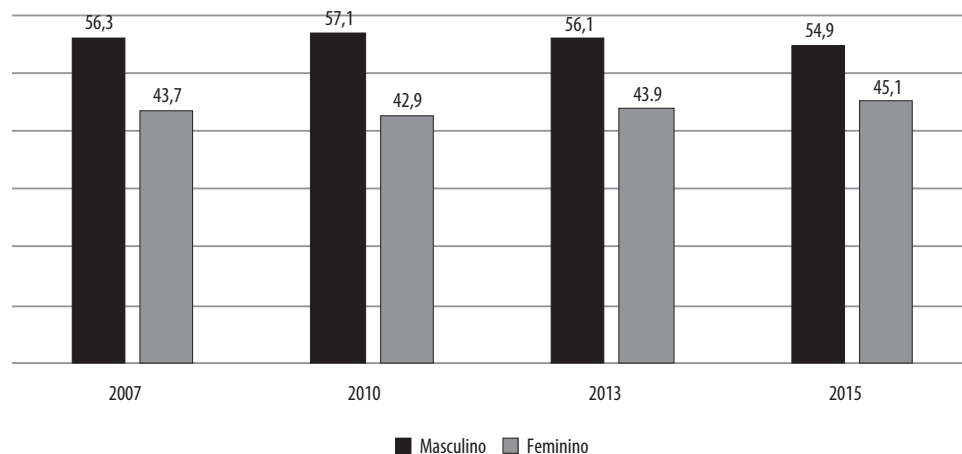
O aumento do estoque de empregos formais tem sido acompanhado pelo aumento gradativo da participação feminina, conforme o Gráfico 5. Em 2007 elas ocupavam 43,7% dos vínculos formais, percentual que se elevou para 45,1% em 2015.

Quanto ao rendimento da população maranhense, os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio do IBGE mostram a distribuição do rendimento médio mensal da população em idade ativa (pessoas com mais de 10 anos de idade). De acordo com os dados, verifica-se que, em 2015, 18,1% da população auferiam até

meio salário mínimo (1.024.000 pessoas). Em 2013, eram 16,5% nessa faixa de rendimento (908 mil pessoas), como consta na Tabela 1. O aumento do percentual de pessoas nessa faixa de rendimento pode estar relacionado ao decréscimo da população sem rendimento.

Em 2015, 23,4% auferiam entre meio e um salário mínimo (1.322.000 pessoas), enquanto em 2013 o percentual era de 22,0% (1.211.000 pessoas). O percentual dos que ganhavam entre um e dois salários mínimos também aumentou entre 2011 e 2015, saindo de 15,0% em 2011 e chegando a 16,4% em 2015.

**GRÁFICO 5**  
Participação de homens e mulheres no estoque de empregos formais entre 2007 e 2015 - (em %)



Fonte: MTb. Rais

**TABELA 1**  
Distribuição da população maranhense por faixa de rendimento médio mensal Maranhão - 2011, 2013 e 2015 (em %)

Faixas de rendimento	2011	2013	2015
Sem rendimento	38,2	35,6	33,9
Até 1/2 salário mínimo	15,9	16,5	18,1
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	21,4	22,0	23,4
Mais de 1 a 2 salários mínimos	15,0	16,2	16,4
Mais de 2 a 3 salários mínimos	3,6	4,0	3,0
Mais de 3 a 5 salários mínimos	2,1	2,2	2,3
Mais de 5 a 10 salários mínimos	1,3	1,4	1,4
Mais de 10 a 20 salários mínimos	0,5	0,5	0,6
Mais de 20 salários mínimos	0,2	0,2	0,2
Sem declaração	1,8	1,5	0,9

Fonte: IBGE. Pnad

Houve, contudo, uma redução no percentual dos que ganhavam entre dois e três salários mínimos, que aumentou entre 2011 e 2013, quando chegou a 4,0%, e regrediu para 3,0% em 2015 (redução de 223 mil pessoas para 167 mil). Houve também um ligeiro aumento dos que ganham entre três e cinco salários mínimos entre 2013 e 2015 (de 122 para 128 mil pessoas), ou seja, de 2,2 % para 2,3%. Os que ganham de cinco a 10 salários mínimos entre 2013 e 2014 se mantiveram em 1,4% da população, ainda que tenham passado de 79 para 78 mil pessoas. Ainda no topo, houve um aumento entre os que ganham mais de 10 a 20 salários mínimos, que saíram de 0,5% para 0,6% (de 25 para 30 mil pessoas).

Em 2015, no cômputo geral, há 57,9% da população recebendo até dois salários mínimos, 7,4% recebendo valores acima e 33,9% sem rendimento, sendo que 0,9% da população não declarou rendimento.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Busca-se, com a constituição do OMT-MA, dinamizar as pesquisas sobre o mercado de trabalho e, a partir disso, subsidiar o processo de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas que visem a geração de trabalho, emprego e renda no Maranhão. A produção local

de informações sobre o mercado de trabalho, portanto, é o principal foco da implantação da unidade do Observatório do trabalho no estado.

As dificuldades iniciais para implantação do OMT-MA foram, sobretudo, relacionadas à uniformização dos relatórios e mecanismos de extração dos dados dos registros administrativos mantidos pelo Ministério do Trabalho. Essas atividades foram o foco, no que concerne aos procedimentos operacionais, do primeiro ano de OMT-MA. A partir disso, buscar-se-á aperfeiçoar a qualidade dos dados apresentados nos relatórios e elaborar, de forma mais profícua, estudos setoriais. Tais propósitos são factíveis ao se desenvolver uma rotina no processo de elaboração dos relatórios.

O OMT-MA elaborou, conforme convênio com o Ministério do Trabalho, mecanismos para subsidiar o governo do estado por meio da Secretaria de Estado de Trabalho e Economia Solidária, alcançando também as agências do Sine. Como diretriz, tem-se como desafio articular parcerias com representantes dos trabalhadores e patronais que estejam engajados no processo de compreensão e discussão do mercado de trabalho local.

Além disso, o convênio com o Ministério do Trabalho tem sido atendido pela elaboração dos Boletins

sobre o mercado de trabalho em diversos formatos: mensal, trimestral e semestral, contemplando tanto uma análise de municípios selecionados, como também aspectos conjunturais

e estruturais do mercado de trabalho maranhense, elementos que estão alinhados, portanto, ao propósito de produção de informações locais sobre o mercado de trabalho.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério do Trabalho. **Relação Anual de Informações Sociais: RAIS**. Brasília, DF: MTE, 2015.

IBGE. **Censo demográfico 2010: séries históricas**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

BRASIL. Ministério do Trabalho. **Manual da RAIS**. Brasília, DF: MTE, 2010.

# Observatório do Mercado do Trabalho de Pernambuco: atividades iniciais e alguns resultados preliminares

Cristiano Wellington Noberto Ramalho\*

Sidarta Sória e Silva\*\*

## 1. APRESENTAÇÃO

O objetivo deste texto é apresentar as questões e os processos que fundamentaram o surgimento do Observatório do Mercado de Trabalho de Pernambuco (OMT-PE) no âmbito do Departamento de Sociologia (DS) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), seja em termos práticos, seja quanto aos elementos de ordem metodológica e teórica que o estruturaram (e o estruturam). Ademais, realizar-se-á, com base na utilização do banco de dados, um balanço sobre o mercado de trabalho em Pernambuco, especialmente o da Região Metropolitana do Recife, de 2004 a 2015, porque nesses anos foram observados grandes avanços, recuos e transformações no universo do trabalho.

Cabe destacar que a implantação do OMT-PE expressa um acúmulo de estudos construídos pelo DS e pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da UFPE nas últimas décadas, pois pesquisas com diversos recortes foram produzidas sobre profissões, trabalho no meio rural<sup>1</sup>, na educação ou nas organizações etc., apesar de a sociologia do trabalho não ser o eixo dessas análises.

Em 2015, a combinação de alguns fatores permitiu a criação do Observatório do Mercado do Trabalho de Pernambuco (OMT-PE), na UFPE, a saber:

- (1) O contato estabelecido pelo Ministério do Trabalho (MTb)<sup>2</sup> com o DS<sup>3</sup> e o PPGS, e, de outro lado, o grande interesse de tais instâncias da Universidade em implantar o OMT-PE na UFPE;

\* Doutor em Sociologia (Unicamp), professor do Departamento de Sociologia da UFPE e um dos coordenadores do Observatório do Mercado de Trabalho de Pernambuco (OMT-PE) da UFPE. E-mail: sidarta.soria@gmail.com

\*\* Doutor em Ciências Sociais (Unicamp), professor do Departamento de Sociologia da UFPE e um dos coordenadores do Observatório do Mercado de Trabalho de Pernambuco (OMT-PE) da UFPE. E-mail: cristiano.ramalho@ufpe.br

1. Sobre isso, é importante destacar alguns aspectos: (a) os trabalhos de pesquisa e de orientação realizados pela prof<sup>a</sup>. dra<sup>a</sup>. Josefa Salete Barbosa Cavalcanti (UFPE), os quais versam sobre o universo do trabalho ligado às suas reflexões na área da sociologia da agricultura, principalmente a produção de frutas para exportação no Vale do São Francisco, Nordeste do Brasil; e (b) a existência, na grade curricular do curso de graduação em Ciências Sociais, na condição de eletiva, da disciplina Sociologia do Trabalho.

2. O contato e estímulo para a criação do OMT-PE partiu do Sr. Vinicius Lobos do Observatório Nacional do Mercado de Trabalho (ONMT/MTb).

3. O interesse e o empenho do chefe e do Subchefe do DS (professores doutores Emílio de Brito Negreiros e Arthur Perrusi, respectivamente) e da coordenadora do PPGS (prof<sup>a</sup>. dra<sup>a</sup>. Eliane Veras) foram decisivos.



(2) A chegada de docentes<sup>4</sup> ao DS – entre o final do primeiro e início do segundo semestre de 2015 – com preocupações voltadas para pesquisas ligadas, de maneira direta, ao mundo do trabalho, o que foi um dos elementos motivadores do interesse, tanto do DS, quanto do PPGS, para instalação do OMT-PE. A isto se somou o fato de também existir, em seus quadros, professores e pesquisadores dedicados ao tema da estatística<sup>5</sup> (o OMT-PE se valerá de um expressivo banco de dados estatísticos para seu trabalho) e da sociologia do desenvolvimento<sup>6</sup>;

(3) O vácuo e a necessidade da produção de informações sistêmicas, também por parte da Universidade, sobre o Mercado do Trabalho em Pernambuco (a exemplo da Região Metropolitana do Grande Recife e outras localidades do estado), que venham a servir de subsídios para que os gestores públicos, movimentos sociais, sindicatos de trabalhadores e do patronato pressionem e/ou elaborem políticas públicas voltadas ao mundo do trabalho nas suas mais diversas conformações.

Esses aspectos foram decisivos para a constituição do OMT-PE.

## 2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

No segundo semestre de 2015, foram feitas discussões almejando a formulação e preparação para montagem do projeto e instalação do OMT-PE da UFPE, junto com debates internos da equipe<sup>7</sup> a respeito de temas teóricos e metodológicos sobre o trabalho e o mercado de trabalho.

No geral, o OMT-PE foi constituído para realizar: (a) o monitoramento, a produção de dados e análises sobre o mercado de trabalho (formal e a informalidade); saúde e adoecimento no trabalho; negociações coletivas; (b) subsidiar políticas públicas, a ação de gestores públicos, entidades sindicais e movimentos sociais; (c) produzir estudos temáticos sobre o mercado de trabalho (juventude, questões raciais, gênero, meio ambiente, pescadores etc.); (d) produzir pesquisas sobre o trabalho no meio rural; e (e) atender demandas específicas oriundas dos sujeitos vinculados ao mercado do trabalho.

Para tanto, o estabelecimento, de maneira contínua, de parcerias com gestores públicos e grupos da sociedade que demandem estudos e levantamentos de informações sobre o mercado de trabalho é algo que deverá permear e alimentar também os procedimentos das ativi-

4. Professores doutores Cristiano Wellington Noberto Ramalho e Sidartha Sória e Silva.

5. Professores doutores Francisco Jatobá (DS/PPGS/UFPE) e Remo Mutzenberg (DS/PPGS/UFPE).

6. Prof. Ricardo Santiago. Ademais, vale lembrar a presença de Victor Rodrigues (na época, professor substituto em sociologia do DS/UFPE e doutorando em sociologia pela UFPB), que hoje compõe a equipe do OMT-PE.

7. Equipe do OMT-PE: coordenadores prof. dr. Cristiano Wellington Noberto Ramalho - DS/UFPE - e prof. dr. Sidartha Sória e Silva - DS/UFPE); Pesquisadores Emílio de Britto Negreiros (DS/UFPE), Francisco Jatobá de Andrade (DS/UFPE), Ricardo Santiago (DS/UFPE) e Romero Maia (IBGE); técnica Fabiana Bernardino Guedes; alunos(as) bolsistas e voluntários: Clara de Lima Hordonho, Daiana Angelo, Jean Maciel da Costa Silva, Jonathan Cartaxo Lopes, Patrícia Marília Felix da Silva, Ramona Raissa do Nascimento Guerra Melo Ribeiro, Stephanie Gueiros e Victor de Oliveira Rodrigues

8. Equipe do OMT-PE: coordenadores prof. dr. Cristiano Wellington Noberto Ramalho - DS/UFPE - e prof. dr. Sidartha Sória e Silva - DS/UFPE); Pesquisadores Emílio de Britto Negreiros (DS/UFPE), Francisco Jatobá de Andrade (DS/UFPE), Ricardo Santiago (DS/UFPE) e Romero Maia (IBGE); técnica Fabiana Bernardino Guedes; alunos(as) bolsistas e voluntários: Clara de Lima Hordonho, Daiana Angelo, Jean Maciel da Costa Silva, Jonathan Cartaxo Lopes, Patrícia Marília Felix da Silva, Ramona Raissa do Nascimento Guerra Melo Ribeiro, Stephanie Gueiros e Victor de Oliveira Rodrigues

dades a serem desenvolvidas pelo OMNT-PE.

Mesmo com os objetivos destacados, uma pergunta de caráter geral tornou-se fundamental, pois orientará, ao menos até novos questionamentos, os subsídios levantados/pesquisados, enriquecendo o saber-fazer em termos de procedimentos metodológicos e também teóricos do OMT-PE.

Assim, no âmbito mais geral, uma questão estruturou nosso horizonte teórico-metodológico: *A partir da Influência de Aspectos Estruturais e Conjunturais do Mercado do Trabalho, como é possível compreender e identificar quem é a nossa Classe Trabalhadora?* Isso se desdobrou em duas importantes indagações: (1) *Quem é e como é o fazer-se trabalhador(a)? e* (2) *Como o mercado de trabalho está organizado em termos de suas dinâmicas de modo diacrônico e sincrônico?*

Aqui, reflexões clássicas e contemporâneas sobre classe social (ALVES, 2000; ANTUNES, 2005; BOURDIEU, 2008; BRAGA, 2012; POCHMANN, 2012; SOUZA, 2011; STANDING, 2013; THOMPSON, 1997; WRIGHT, 2015) e mercado de trabalho (BARBOSA, 2008; CARDOSO, 2010; SORENSEN, 2015) apresentam-se como essenciais, especialmente a depender dos sujeitos focalizados na análise a ser

realizada. Sem dúvida, o OMT-PE não demarcará seus estudos de dados levantados a partir de uma única opção teórica.

A abrangência das questões destacadas permite agregar, além das informações em caráter de subsídios para análise do mercado do trabalho (mais técnico-descritivo do que teórico<sup>9</sup>), possibilidades de reflexões variadas sobre o tema, as quais não deixarão de dialogar com as mais diversas linhas teóricas, mas que deverão possibilitar, antes de tudo, necessárias interpretações do mercado de trabalho em Pernambuco em termos estruturais e conjunturais

O OMT-PE foi instalado e teve o início formal de suas atividades em fevereiro de 2016, com a formalização do convênio entre a UFPE e o Ministério do Trabalho, embora - como destacado - as ações tenham começado a ser desenvolvidas meses antes.

Inicialmente o foco dos estudos, que será ampliado a partir de 2017, tem em seis municípios da Região Metropolitana do Recife (RMR) sua fonte empírica de análise: Cabo de Santo Agostinho, Camaragibe, Jaboatão dos Guararapes, Paulista, Olinda e Recife compõem o nosso quadro para desenvolvimento de análises e debates dos dados.

9. Em alguns momentos, existirá a produção de informações com caráter mais descritivo (sem que isso signifique ausência de análises mais aprofundadas) e, em outros (a depender do público solicitante e da necessidade), a pesquisa poderá ter um caráter mais acadêmico (sem deixar de expressar e conter uma linguagem acessível ao público em geral).

Tais municípios foram selecionados por conta das seguintes questões:

- (a) Para as atividades do OMT-PE, especialmente relativas aos 12 meses iniciais de instalação, esses municípios eram os mais promissores para serem mobilizados, no que concerne à construção de parcerias com a UFPE e para participarem das oficinas do Observatório, inclusive por questões de ordem geográfica e logística.
- (b) Ademais, tais localidades concentram parte considerável do PIB de Pernambuco, ou seja, elas têm importância para o mercado de trabalho pernambucano em decorrência do PIB, da geração de emprego e renda, da maior pluralidade de atividades econômicas existentes, da presença do setor da construção (Recife, Jaboatão); pelo acelerado crescimento econômico vivido nos últimos anos (a exemplo do Cabo); por já terem sido importantes polos para alguns setores industriais (Paulista e Camaragibe); pelas características rurais e pesqueiras que algumas dessas cidades ainda mantêm, devido a alguns distritos ou comunidades (Cabo, Jaboatão, Olinda, Paulista); por serem cidades dormitório (Olinda, Paulista e Camaragibe); pela forte presença do setor de serviços (todos os municípios); e pela presença de importantes sujeitos do universo do trabalho (sindicatos, movimentos sociais, federações, associações dos trabalhadores e patronais, além de gestores de alguns dos principais municípios de Pernambuco, incluindo a capital, em termos econômicos, sociais e políticos).
- (c) Como o OMT-PE está no início de suas atividades, a partir da montagem da equipe e, ao mesmo tempo, construindo uma cultura institucional de pesquisa na área do trabalho vinculado ao DS, a primeira decisão foi direcionar os esforços iniciais para os municípios da RMR, seja pelo conjunto de informações já existentes ou que podem ser levantadas com maior facilidade e, acima de tudo, profundidade; seja pela possibilidade de maior e melhor articulação junto aos poderes públicos e sindicatos. O acúmulo gerado por meio da experiência a ser desenvolvida no trabalho sobre os seis municípios permitirá agregar outras localidades e/ou regiões pernambucanas até o segundo semestre de 2017;
- (d) No que diz respeito à infraestrutura estão disponíveis, na própria UFPE, condições para mobilizar e trazer para as oficinas do OM-

T-PE os gestores públicos e movimento sindical e setores do patronato, o que se torna mais ágil.

Através desses encaminhamentos, partiu-se para o desenvolvimento dos indicadores sobre o mercado do trabalho de acordo com os compromissos estabelecidos na reunião nacional dos Observatórios com o Ministério do Trabalho, que ocorreu em junho de 2016 em São Luís – MA, ocasião em que o OMT-PE ficou responsável pelo eixo *Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda*. Foram utilizados, acima de tudo, indicadores do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), constantes no Anuário do Sistema Público de Emprego Trabalho e Renda 2015 (fruto de convênio com o MTb), o qual foi também uma referência importante para dar certa unidade aos indicadores também produzidos no âmbito de outros observatórios. O uso como referência deste material do DIEESE foi importante pelo fato de já existir toda a construção formal dos indicadores (fonte, fórmula de cálculo, periodicidade, granularidade etc.) definidos a partir de acúmulo construído pelo próprio DIEESE em termos teórico-metodológicos. Infelizmente a publicação não indica a “ficha de qualificação das variáveis” (a ficha que disponibilizaria todos esses detalhes), mas já apresenta algumas

informações que podem ser usadas na composição da tabela (como as diferentes fontes e bancos de dados).

No *site* do DIEESE, na seção do Sistema Público de Emprego Trabalho e Renda, existe uma ampla gama de indicadores para consulta por campo, temática e área. No *site* é possível encontrar parte dos indicadores que selecionamos (alguns estão um pouco diferentes, mas é possível fazer uma comparação na similaridade). No material do DIEESE encontram-se alguns documentos com uma ampla qualificação de indicadores (bastante detalhada) que segue as orientações do Departamento. Também foi utilizado material do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Os indicadores que foram discutidos pelo OMT-PE vincularam-se ao tema Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda, focalizando dados como: (a) Mercado de Trabalho; (b) Intermediação da força de trabalho; (c) qualificação; (d) Economia solidária, microcrédito, Proger; (e) Seguro-desemprego formal: Aspectos gerais do público potencial do Seguro-desemprego formal; (f) Perfil das vagas oferecidas pelo Sine,

No geral, as bases de dados, que já estão sendo utilizadas, são: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/IBGE), Sistema de Con-

tas Nacionais (SCN/IBGE), Relação Anual de Informações Sociais (Rais/MTb), Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged/MTb), Sistema Nacional de Emprego (Sine/MTb), Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) do DIEESE/Seade e parceiros regionais e do Censo Escolar da Educação Básica do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep).

Por fim, o curso ofertado pelo DIEESE por meio do convênio com o MTb de 8 a 10 de agosto de 2016 intitulado “A produção de informações sobre o mercado de trabalho local a partir das estatísticas do MTb” foi valiosa em termos de procedimentos metodológicos.

Os mecanismos que serão desenvolvidos para divulgação e debate com os gestores públicos, sindicatos de trabalhadores e patronais, entre outros, apoiar-se-ão em elementos como:

- (a) a publicação de boletins será feita de maneira quadrimestral, em formato simples e acessível, sendo seguido de discussão dos seus dados com o público alvo. Além da escrita acessível para todos os públicos, os lançamentos desses boletins contarão com a presença de gestores públicos, entidades patronais e dos trabalhadores, movimentos sociais, vinculados direta e indiretamente ao universo do trabalho. Além disso, os mesmos serão disponibilizados na página do OMT-PE; entregues, em formato impresso, às pessoas presentes nos respectivos lançamentos e também enviados por e-mail;
- (b) produção de documentos especiais voltados a temas específicos (juventude, mulher, informalidade, educação, população negra etc.), que podem ser feitos por meio de demandas dos grupos sociais e/ou devido à relevância dos mesmos para a compreensão do próprio mercado de trabalho em suas dinâmicas e estruturas;
- (c) realização de oficinas para apresentação e discussão dos dados, que ocorrerão, na fase inicial, no Campus Recife da UFPE;
- (d) reuniões com setores (secretarias municipais e estadual, justiça do trabalho, entidades sindicais, movimentos sociais) do mundo do trabalho para discussões voltadas para a necessidade de produção de determinados dados;
- (e) debates e divulgação de resultados através da programação da rádio Universitária FM 99.9 da UFPE. Planeja-se fazer chamadas a cada lançamento dos boletins sobre seus resultados.

### 3. MERCADO DE TRABALHO FORMAL EM PERNAMBUCO

#### 3.1 EVOLUÇÃO DO EMPREGO FORMAL – 2004-2015

Saída de uma década de grandes dificuldades econômicas (os anos 1990) que apresentou um quadro recessivo com profundas repercussões negativas no mercado de trabalho em todo país (aumento da informalidade, precarização das relações de trabalho, desemprego, por exemplo), a primeira metade do decênio de 2000 ainda sentiu a força desse impacto negativo. Dois indicadores sintetizam tal questão no País: se, por um lado, o Brasil foi palco do decréscimo da renda no universo do trabalhador, de outro, houve uma considerável concentração da renda da propriedade entre os anos de 1995 a 2004. A partir de dados do IBGE, Marcio Pochmann frisou o seguinte sobre esse momento histórico nacional:

Assim, por nove anos seguidos houve a trajetória de queda na participação salarial na renda nacional, acompanhada simultaneamente pela expansão das rendas da propriedade, ou seja, lucros, juros, renda da terra e aluguéis. Entre 1995 e 2004, por exemplo, a renda do trabalho perdeu 9% de seu peso relativo na renda nacional, ao passo que a renda da propriedade cresceu 12,3% (POCHMANN, 2012, p. 9).

Após 2004, existiu um aumento considerável na participação dos salários na renda nacional, ocorrendo uma inversão no que tinha acontecido anteriormente, porque “entre 2004 e 2010, o peso dos salários subiu 10,3% e o da renda da propriedade decresceu 12,8%” (POCHMANN, 2012, p. 9).

Distintamente do que ocorreu no decênio de 1990 no Brasil, houve, no início do século XXI, a retomada do crescimento econômico a partir de 2003, o que conduziu o país a 10 anos seguidos de saldos positivos no que diz respeito ao número de vínculos de empregos formais gerados conforme revela o Gráfico 1.

Nos últimos anos, a estagnação e a queda do Produto Interno Bruto nacional (que variou 0,1% em 2014, e -3,8% em 2015) refletiram-se em um mercado de trabalho formal com menor potencial de geração de postos de trabalho, bem como uma elevação dos números referentes a desligamentos.

Observa-se, também no Gráfico 1, que a partir de 2012 o mercado de trabalho formal começou a dar sinais de menor dinamismo, com os saldos positivos declinando acentuadamente nos três anos seguintes. Em 2014, o crescimento zero da economia coincidiu com um saldo positivo pequeno na geração de vín-

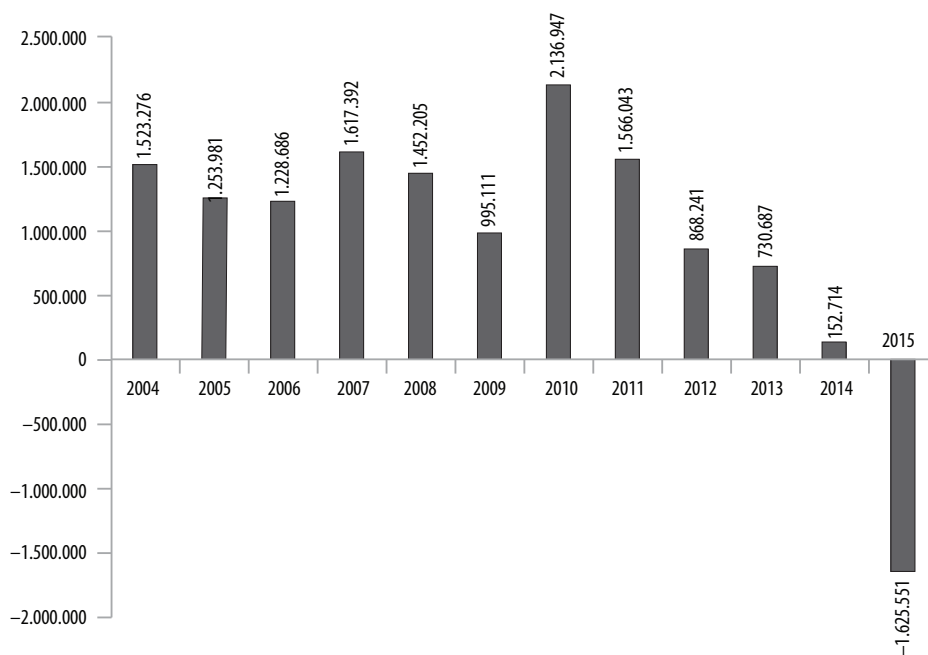


culos de empregos formais. E, com a recessão no ano seguinte, ocorreu um forte saldo negativo, com a eliminação de mais de 1,6 milhão de vínculos formais. Assim, estava, de fato, instalada a crise econômica e no mundo do trabalho.

Sob o impacto do quadro brasileiro, visto que parte considerável dos investimentos que alavancaram a economia, direta e indiretamente, nos anos destacados, originaram-se do governo federal, Pernambuco acompanhou as tendências gerais observadas no mercado de trabalho

nacional (Gráfico 2). Se existiu, por um lado, avanço considerável em 2010, o que fez deste ano o auge no saldo de vagas, quase 100 mil vínculos de emprego formal, do outro lado, depois deste ano aconteceu um recuo nos números positivos, o que torna possível verificar um declínio bastante acelerado, e já em 2014 o saldo tornou-se negativo em mais de 25 mil vagas, Com a recessão econômica consolidada, o ano de 2015 sentiu a força desse contexto econômico desfavorável, pois mais de 92 mil vínculos formais foram extintos no estado.

**GRÁFICO 1**  
**Saldos anuais de vínculos de empregos formais gerados**  
Brasil - 2004-2015

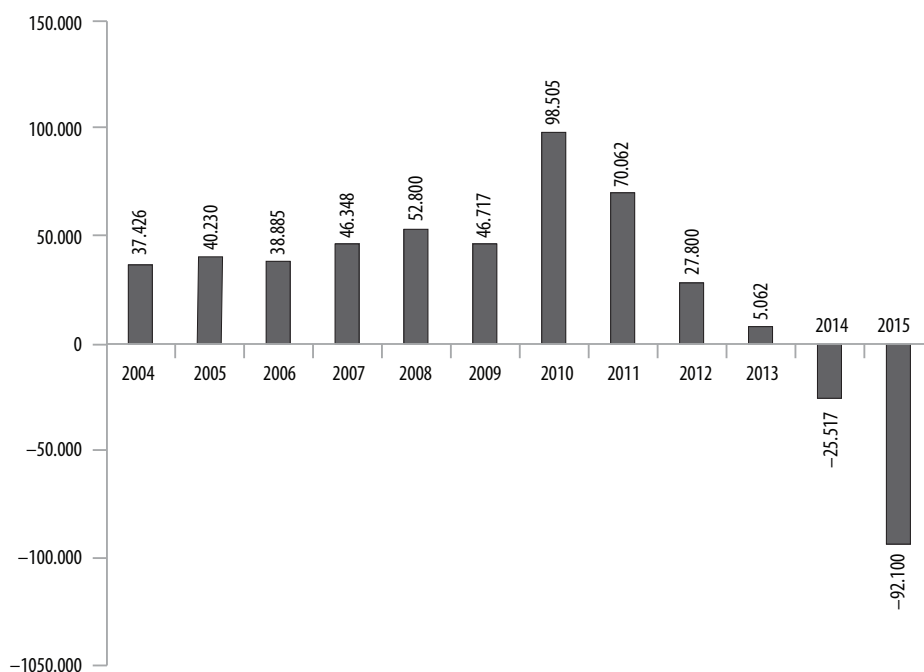


Fonte: MTb. Caged

Elaboração: Observatório do Trabalho de Pernambuco



**GRÁFICO 2**  
**Saldos anuais de vínculos de empregos formais**  
Pernambuco - 2004-2015



Fonte: MTb, Caged

Elaboração: Observatório do Trabalho de Pernambuco

Tais transformações negativas fizeram-se presentes nos mais diversos setores da economia pernambucana, afetando os empreendimentos do complexo Portuário de Suape – entre os municípios do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, como a Refinaria Abreu e Lima e o Estaleiro Atlântico Sul - e no setor da construção civil, repercutindo vertiginosamente a nova dinâmica (ou o refluxo) no universo do mercado do trabalho formal. E isso pode ser visto no caso da Região Metropolitana do Recife (RMR).

### 3.2 EVOLUÇÃO RECENTE DO MERCADO DE TRABALHO FORMAL EM PERNAMBUCO E CIDADES DA RMR

Em 2016, a situação do mercado de trabalho formal pernambucano parece menos precária, se comparada ao ano anterior, o que pode ser observado comparando o período entre janeiro e setembro de 2016 e igual período em 2015 (Gráfico 3).

Deve-se observar que persistem, para ambos os anos, saldos negativos em

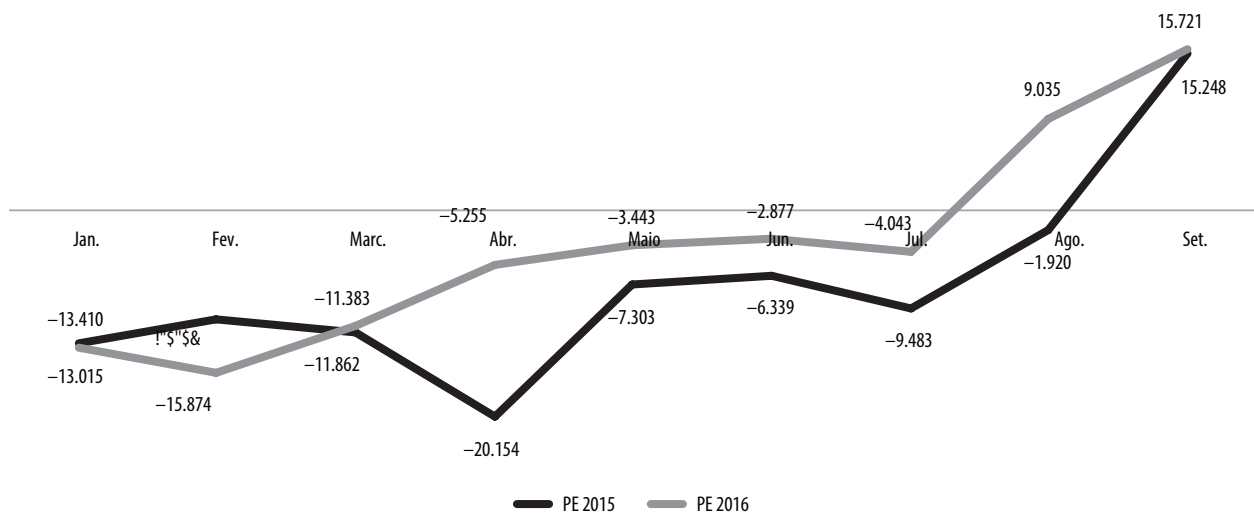
quase todo o período, com exceção dos meses de setembro em 2015, e de agosto e setembro em 2016, tradicionalmente meses de demanda por força de trabalho aquecida. Nota-se, também, que os saldos negativos, em 2016, são menos elevados do que os de 2015. O mês de setembro de 2016, inclusive, teve saldo positivo superior ao do mesmo mês do ano anterior.

No acumulado do ano, Pernambuco registra ainda um saldo negativo, com -31.529 vínculos de emprego entre janeiro e setembro de 2016. Mesmo assim, é um resultado melhor do que o mesmo período em 2015, quando

o saldo negativo ultrapassou 65 mil postos de trabalho, o que precisa, de certa maneira, ser um fato melhor analisado em futuro próximo.

No que diz respeito às principais cidades que compõem a Região Metropolitana do Recife, foram gerados dados para os municípios de Cabo de Santo Agostinho, Camaragibe, Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Paulista e Recife (municípios que são os alvos iniciais do OMT-PE). A cidade do Recife revela saldos negativos sucessivos, ao longo de todo o ano, e, mais ainda, há dois anos seguidos esse fenômeno vem se reproduzindo.

**GRÁFICO 3**  
**Saldo mensal de vínculos de emprego formal em PE**  
Janeiro a setembro - 2015-2016



Fonte: MTb. Caged

Elaboração: Observatório do Trabalho de Pernambuco

**TABELA 1****Distribuição do estoque de vínculos de emprego formal por atividade econômica (CNAE 2.0 Seção) – 2006 x 2015 (em %)**

Setores de atividade econômica	CABO		CAMARAGIBE		JABOATÃO		OLINDA		PAULISTA		RECIFE	
	2006	2015	2006	2015	2006	2015	2006	2015	2006	2015	2006	2015
Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura	4,4	1,9	1,9	1,2	2,0	0,6	0,1	0,0	0,1	0,5	0,5	0,3
Indústrias Extrativas	0,0	0,1	0,0	0,0	0,2	0,2	0,0	0,0	0,0	0,2	0,1	0,0
Indústrias de Transformação	39,9	30,8	9,1	10,1	18,0	15,0	6,6	4,9	20,8	18,6	5,4	4,1
Eletricidade e Gás	0,4	0,4	0,0	0,0	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,1	0,5	0,5
Água, Esgoto, Atividades de Gestão de Resíduos e Descontaminação	0,0	0,2	0,1	0,1	2,8	0,7	1,6	1,6	0,3	1,2	1,0	1,1
Construção	6,7	9,2	1,4	2,6	3,1	5,3	7,1	8,8	2,6	5,1	5,8	7,5
Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas	12,7	17,7	23,9	31,5	18,2	22,5	11,9	12,8	19,0	24,1	17,5	16,5
Transporte, Armazenagem e Correio	4,0	9,8	11,3	1,5	9,8	11,7	6,9	6,9	0,5	1,5	3,3	3,9
Alojamento e Alimentação	2,8	3,4	1,8	3,6	3,4	4,6	3,1	3,5	1,8	3,9	4,0	4,4
Informação e Comunicação	0,1	0,2	0,1	0,7	1,9	3,8	1,6	0,9	0,2	0,5	1,7	2,1
Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados	0,4	0,8	0,8	1,1	0,5	0,5	1,1	0,8	0,7	0,6	1,9	1,7
Atividades Imobiliárias	0,0	0,1	0,3	1,1	0,1	0,2	0,0	0,1	0,0	0,0	0,2	0,3
Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas	0,8	0,9	0,4	0,8	0,3	8,1	2,5	4,0	0,7	4,4	2,3	3,1
Atividades Administrativas e Serviços Complementares	2,8	2,5	2,9	9,4	19,6	9,2	39,4	36,3	15,9	8,9	11,0	13,4
Administração Pública, Defesa e Seguridade Social	21,8	14,7	32,4	24,7	13,1	9,1	8,8	8,3	27,3	15,6	31,1	24,8
Educação	1,3	2,5	4,1	7,4	3,4	3,5	3,9	4,8	5,1	5,8	3,7	6,0
Saúde Humana e Serviços Sociais	0,9	4,0	7,2	1,3	1,5	3,2	2,6	4,1	2,4	5,5	5,7	6,7

(continua)

**TABELA 1****Distribuição do estoque de vínculos de emprego formal por atividade econômica (CNAE 2.0 Seção) – 2006 x 2015 (em %) (continuação)**

Setores de atividade econômica	CABO		CAMARAGIBE		JABOATÃO		OLINDA		PAULISTA		RECIFE	
	2006	2015	2006	2015	2006	2015	2006	2015	2006	2015	2006	2015
Artes, Cultura, Esporte e Recreação	0,0	0,1	1,1	1,4	0,2	0,2	0,4	0,4	1,4	0,7	0,5	0,6
Outras Atividades de Serviços	0,9	1,0	1,2	1,5	2,0	1,4	2,3	1,7	1,1	2,8	3,8	3,2
Serviços Domésticos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Organismos Internacionais e Outras Instituições Extraterritoriais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Total	100	100	100	100	100	100	100	100,0	100	100	100	100

Fonte: MTb. Rais

Elaboração: Observatório do Trabalho de Pernambuco

Os demais municípios observados (Olinda, Jaboatão, Cabo e Camaragibe) registram saldos negativos um pouco menores, bem como saldos positivos nos meses típicos de agosto e setembro. Cada um deles, contudo, manifesta dinâmica com características bastante específicas, as quais precisam ser averiguadas de maneira mais detalhada (Tabela 1).

### 3.4. EVOLUÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DOS VÍNCULOS DE EMPREGO FORMAL POR SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA

A seguir faz-se uma breve análise da participação dos setores de atividade econômica no emprego total, para as cidades selecionadas neste estudo. A fim de observar a variação desta par-

ticipação, realizou-se uma comparação entre os anos de 2006 e 2015, a partir da Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE, em sua configuração mais atualizada (CNAE 2.0), e na forma de suas seções de atividades econômicas (CNAE 2.0 Seção).

Cabe destacar que a Tabela 1 apresenta a distribuição do estoque de vínculos de emprego formal por seção de atividade econômica para cada uma das cidades componentes da RMR aqui abordada

Algumas observações podem ser feitas, a partir da Tabela 1, a respeito do vínculo formal dos trabalhadores e trabalhadoras na RMR:

1. Houve aumento da participação de vínculos de emprego formal na construção civil entre 2006 e 2015, em todas as cidades observadas, reproduzindo, de certa maneira, um fenômeno nacional que atingiu a maioria das cidades brasileiras, principalmente as regiões metropolitanas.
2. Cresceu a participação dos vínculos de emprego formal nos setores de educação e saúde na maioria dos municípios.
3. Ocorreu queda da participação percentual da Administração pública, defesa e seguridade social (esta categoria abrange atividades típicas de Estado, compreendendo a administração geral nos três poderes, regulamentação e fiscalização de atividades de defesa, justiça, gestão do sistema de seguridade social obrigatória etc.), em todos os municípios. As cidades observadas aqui seguem a tendência geral brasileira, qual seja, a de diminuição da participação percentual do setor público no total de vínculos de emprego.
4. Houve redução de vínculos de emprego na Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura na RMR. Contudo, cabe uma observação oportuna: tal redução, quando são considerados os números de Recife (o que parece um paradoxo, pois as cidades que ainda possuem grandes áreas rurais como Jaboatão e o Cabo de Santo Agostinho tiveram um decréscimo), não foi expressiva em uma década. No caso de Camaragibe, manteve-se praticamente inalterado o quadro e, em Paulista, houve um crescimento. Talvez, o que justifique esses números em Recife, Camaragibe e em Paulista seja o crescimento legal (via registro no Ministério da Pesca e Aquicultura) de trabalhadores (as) pertencentes à pesca e à aquicultura (isso merece uma abordagem mais detalhada em futuro próximo) para que pudessem ter acesso a várias políticas governamentais, dentre as quais o seguro defeso da pesca.
5. Outro setor que apresentou crescimento no geral, embora isso seja algo pouco significativo dentro do âmbito total de empregos, foi o de Artes, Cultura, Esporte e Recreação. De maneira geral, houve uma valorização e/ou estímulo a essa área, especialmente a partir da construção de várias políticas públicas nos âmbitos federal, estadual e municipais.
6. A participação considerável das indústrias de transformação em alguns municípios da RMR, não

obstante a perda de participação das mesmas, entre outros.

## ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A constituição do OMT-PE é fruto de uma necessidade de se construir informações e estudos sobre o mercado de trabalho em Pernambuco, que possam servir para os sujeitos do universo do trabalho, como já destacamos inicialmente, visto que há carência nesse universo. Assim, além da organização, sistematização e produção de dados, análises e pesquisas, a parceria com gestores públicos, entidades sindicais (patronais e de trabalhadores), movimentos sociais e demais grupos sociais é essencial.

Além dos municípios destacados no presente texto, outros farão parte dos estudos do OMT-PE, inclusive cidades do interior de Pernambuco. A ideia é dar conta de informações gerais sobre o mercado de trabalho pernambucano, subdividindo o mesmo de acordo com regiões e sub-regiões, para traçar um cenário e um contexto rico e diversificado de análise.

Nesse sentido, os procedimentos metodológicos, a partir do uso de ban-

cos de dados disponibilizados pelo Ministério do Trabalho e, no futuro próximo, a efetivação de alguns estudos de caso (com base em dados primários) que possam ser demandados pelas entidades, instituições, movimentos sociais e gestores públicos, expressam e expressarão um conjunto inestimável de possibilidades oriundas da interlocução do OMT-PE com a sociedade e os poderes públicos, o que será capaz de conferir um caráter vivo a este Observatório.

O balanço aqui feito sobre o mercado de trabalho em Pernambuco buscou refletir as questões metodológicas e dar conta, ao menos minimamente, da pergunta geral orientadora: *A partir da Influência de Aspectos Estruturais e Conjunturais do Mercado do Trabalho, como é possível compreender e identificar quem é a nossa Classe Trabalhadora?*

Ademais, o desafio, além da produção de estudos e sistematização de dados, é a divulgação das informações produzidas pelo OMT-PE para a sociedade. Dessa maneira, uma atividade que ganhará - cada vez mais força no OMT-PE - será a comunicação, para que as informações possam ser melhor disseminadas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2000.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- BARBOSA, Alexandre Freitas. **A formação do mercado de trabalho no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2008.
- BRAGA, Ruy. **A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- CARDOSO, Adalberto. **A construção da sociedade do trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2010.
- POCHMANN, Marcio. **Nova classe média?: o trabalho na base da pirâmide social brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- SORENSEN, Aage B. Fundamentos de uma análise de classe com base na renda. In: WRIGTH, Eric Olin. (Org.). **Análise de classe**. Petrópolis: Vozes, 2015. p. 133-166.
- SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira: quem é como vive**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2011.
- STANDING, Guy. **O precariado: a nova classe perigosa**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- WRIGTH, Eric Olin. Fundamentos de uma análise de classe neomarxista. In: WRIGTH, Eric Olin. (Org.). **Análise de classe**. Petrópolis: Vozes, 2015. p. 19-45.



